



Organizadores:
LEANDRO B. BRUSADIN
LEONARDO BARCI CASTRIOTA

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL:

Gestão, Preservação
e Interpretação



MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL:

Gestão, Preservação e Interpretação

© 2023 copyright by LEANDRO B. BRUSADIN, LEONARDO BARCI CASTRIOTA

Impresso no Brasil/Printed in Brasil

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Memória e patrimônio cultural [livro eletrônico] :
gestão, preservação e interpretação /
organização Leandro B. Brusadin , Leonardo
Barci Castriota. -- Pacoti, CE :
Geplam Assessoria : Programa de Pós-Graduação
em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
da UFMG, 2023.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-999271-2-6

1. Patrimônio arquitetônico - Preservação
2. Patrimônio cultural 3. Patrimônio histórico -
Conservação e restauração 4. Sustentabilidade
ambiental 5. Tombamento - Brasil I. Brusadin, Leandro
B. II. Castriota, Leonardo Barci.

23-152777

CDD-720.288

Índices para catálogo sistemático:

1. Patrimônio histórico : Preservação : Arquitetura
720.288

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

**INTERSUBJETIVIDADE NO PATRIMÔNIO,
UM DESAFIO METODOLÓGICO: A ELABORAÇÃO DO DOSSIÊ
DE TOMBAMENTO DE BENTO RODRIGUES (MG) 7**

Leonardo Barci Castriota

Samantha de Oliveira Nery

Cláudia Nunes de Lima e Andrade

João Pedro Otoni

**O DESAFIO DA PROTEÇÃO DE UMA REFERÊNCIA DA HISTÓRIA
DO TEATRO BRASILEIRO: PASCHOAL CARLOS MAGNO E A
ALDEIA DE ARCOZELO 30**

Leonardo Barci Castriota

João Pedro Otoni

Tamara Nunes Pereira

**OS VALORES DA PAISAGEM CULTURAL DO CONJUNTO
MODERNO DA PAMPULHA E SEU RECONHECIMENTO
PELA COMUNIDADE 60**

Maria de Lourdes Martins Alves de Sousa

Flávio de Lemos Carsalade

Rogério Palhares Zschaber de Araújo

**A (RE)INVENÇÃO DA PAMPULHA: A TRADIÇÃO
INVENTADA DO CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA A
PARTIR DE SUA CONSTRUÇÃO, PATRIMONIALIZAÇÃO E
INSCRIÇÃO COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE .. 84**

Yacy-Ara Froner

Diogo Braga

Isabela Stiegert

**PROPOSTA DE FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO
DE ELEMENTOS DE SUSTENTABILIDADE CULTURAL
EM PATRIMÔNIOS: A PERSPECTIVA DO TURISTA 110**

Rafael Oliveira

Renata Baracho

Lorenzo Cantoni

Hebert Canela

Silvia de Ascaniis

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CONCEBIDO EM OURO
PRETO E A INFLEXÃO DE VALORES SOB A ÓTICA DO
ESVAZIAMENTO RESIDENCIAL 129**

Edson Fialbo de Rezende

Leonardo Barci Castriota

Leandro Benedini Brusadin

**MUSEUS, PATRIMÔNIO E HOSPITALIDADE:
CONCEITOS INTERDISCIPLINARES..... 151**

Larissa Gonçalves Venâncio

Leandro Benedini Brusadin

Lia Sipaúba P. Brusadin

**INTERCESSÕES NA SERRA DE OURO PRETO:
MEMÓRIAS E IDENTIDADES 168**

Fernanda Alves de Brito Bueno

Márcia Maria Arcuri Suñer

Yara Mattos

**PODERES E PERIGOS DO DISCURSO DO TURISMO COMO
INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO ALIADO À PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL (2015-2021)..... 190**

Raphaela Maciel Corrêa

**OBTENÇÃO E PROCESSAMENTO DE NUVENS DE PONTOS
POR AEROFOTOMETRIA: DOCUMENTAÇÃO ARQUITETÔNICA
DA IGREJINHA DA PAMPULHA..... 214**

Tiago de Castro Hardy

Willi de Barros Gonçalves

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES..... 231

APRESENTAÇÃO

Este livro é fruto de pesquisas e parcerias desenvolvidas por meio do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (PPG-ACPS | UFMG). O campo de competência deste Programa de Pós-graduação é definido pela pesquisa compartilhada ou específica nas áreas do Ambiente Construído e do Patrimônio Sustentável, estruturadas pela disciplina das Ciências Sociais Aplicadas e transversalmente apoiadas pela área Interdisciplinar.

A linha de pesquisa “Memória e Patrimônio Cultural” do PPC-ACPS | UFMG se insere em um debate atualizado acerca da Cultura Visual, da Cultura Material e dos princípios da Memória em torno do Patrimônio. Nesta linha são abordadas as questões relacionadas à gestão, preservação e interpretação do Patrimônio Cultural por meio do conceito estratégico de Sustentabilidade; envolve pesquisas específicas no âmbito de projetos voltados à administração, conservação e acesso ao Patrimônio, sua aplicação no Ambiente Construído, com ênfase na escala do território urbanizado, bem como suas relações intrínsecas com a paisagem, os bens móveis e integrados, as coleções, a arte e as relações imateriais propõem uma articulação ampliada dos projetos. Partindo dos conhecimentos consolidados no âmbito das Políticas Públicas, do Planejamento Urbano, da Ciência da Conservação, da Ciência da Informação, da Ciência do Patrimônio e das reflexões acerca da Memória, procura gerar uma base conceitual capaz de articular os princípios da preservação, dos estudos científicos e da conceituação em torno do Patrimônio Cultural. Questões específicas relacionadas à tecnologia de construção do patrimônio edificado e móvel no que tange sua conservação, restauração e preservação são desenvolvidas por meio de um aporte interdisciplinar que cinge os conhecimentos das Ciências Naturais,

Ciências Exatas e da Terra e Ciências Humanas. Estudos em Conservação Preventiva, Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, Princípios Éticos e Legais e História da Preservação articulam o campo epistemológico desta linha de pesquisa. Relações de Patrimônio Cultural e Memória são construídas a partir da compreensão crítica, historicamente situada, da cultura e da arte, das instituições e dos espaços constituídos. Assim, a gestão e a preservação de bens culturais perpassam por uma compreensão ampliada das relações estéticas, históricas, sociais, econômicas, conceituais, filológicas, materiais, éticas e sensoriais, e suas inter-relações no tecido urbanizado.

Os textos aqui apresentados dialogam com a temática de pesquisa de forma transversal aos campos da Arquitetura e Urbanismo, História, Turismo, Museologia, Comunicação, Artes e outras mais. Importante destacar a colaboração de pesquisadores e parceiros de outras instituições de ensino superior, tendo em vista que o caráter plural da memória e do patrimônio cultural evoca a abertura aos diversos entendimentos e às interpretações dos tempos e dos espaços a eles dedicados. O livro apresenta estudos de casos, discussões teóricas e críticas relativas aos usos dinâmicos do patrimônio cultural em interface com a cidade, os museus e o turismo. Ainda que diante dos imensos desafios de pesquisar o patrimônio cultural no Brasil no cenário atual, este livro demonstra a potência de estudantes, técnicos, pesquisadores e professores em uma relação de respeito, resiliência e afeto com a cultura brasileira, seus saberes e suas memórias.

Leandro Benedini Brusadin
Leonardo Barcci Castriota

INTERSUBJETIVIDADE NO PATRIMÔNIO, UM DESAFIO METODOLÓGICO: A ELABORAÇÃO DO DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DE BENTO RODRIGUES (MG)

*Leonardo Barci Castriota
Samantha de Oliveira Nery
Cláudia Nunes de Lima e Andrade
João Pedro Otoni*

Este capítulo apresenta uma metodologia experimental que foi utilizada durante a elaboração do Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues, entre 2016 e 2019, por uma equipe da Universidade Federal de Minas Gerais, como um projeto de extensão no Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, a partir de uma iniciativa do ICOMOS/Brasil. O trabalho envolveu também o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Conselho Municipal de Cultura-Patrimônio de Mariana, COMPAT, a Cáritas Mariana, membros da sociedade civil e os moradores atingidos, construindo-se coletivamente, e através de várias etapas, uma abordagem inovadora para a proteção do patrimônio.

O Dossiê foi realizado em resposta ao pedido do COMPAT, buscando garantir a proteção de Bento Rodrigues após o colapso da Barragem de Fundão, construída em 2008 pela Samarco Mineração S.A., em Mariana, Minas Gerais. Este foi considerado o maior desastre socioambiental brasileiro de todos os tempos, iniciado em 5 de novembro de 2015, com o despejo de 50 a 60 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de minério dispostos na barragem (ZHOURY, 2018). Esse mar de lama tóxica percorreu os córregos localizados

a jusante, seguindo os cursos d'água do Santarém, Gualaxo do Norte, Ribeirão do Carmo e o Rio Doce, atingindo o Oceano Atlântico cerca de 17 dias após o rompimento. Ao longo dos 680 km que percorreu, foram sendo destruídas nascentes, ecossistemas inteiros, causando prejuízos e impactos negativos incomensuráveis nas vidas dos moradores das vilas e cidades do caminho, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, na fauna e flora, junto à perda direta e imediata de 19 pessoas.

Figura 01: Vista aérea de Bento Rodrigues, pós rompimento da barragem de Fundão



Fonte: Felipe Dana, AP, nov. 2015.

Como o subdistrito de Bento Rodrigues, com mais de 300 anos de existência, se encontrava geograficamente a somente seis quilômetros da barragem (MPF), foi o primeiro a ser atingido, tendo 80% do seu casario destruído, apenas quinze minutos após o rompimento. Foi por essa razão que o COMPAT realizou um tombamento¹ emergencial de Bento Rodrigues e

1 O tombamento, instituído pelo Decreto Lei n. 25 de 1937, permanece como o principal instrumento de proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro. O texto desse ato, replicado nas legislações estaduais e municipais, foi concebido a partir dos interesses políticos e ideológicos da Era Vargas e reflete o embrionário movimento preservacionista da ameaçada arquitetura tradicional brasileira. Desta forma, mesmo após a ampliação do conceito de

Paracatu de Baixo, outro vilarejo muito atingido, buscando a sua proteção, em caráter preliminar. No entanto, ainda faltava uma definição das diretrizes de proteção e dos perímetros de tombamento, o que fez com que o COMPAT buscasse a Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais que, por sua vez, contactou o Professor Leonardo Castriota, àquele momento o presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS Brasil.

Por sua vez, o professor Castriota sugeriu que fosse elaborado um Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenando uma equipe interdisciplinar de alunos mestrands e doutorands. Como explicou Castriota, nos primeiros meses de trabalho foi compreendido que

Para se abordar um caso como o de Bento Rodrigues não nos parecia possível se adotar a perspectiva tradicional ainda dominante no campo do patrimônio, aquele da conservação baseada-na-matéria²: afinal, mais importante que os próprios resquícios materiais do antigo vilarejo de Bento Rodrigues - que se mostravam extremamente frágeis frente à magnitude da tragédia - seria o próprio processo de transformação daquele sítio em referência cultural para a sociedade brasileira, através do qual ele passava a simbolizar um evento significativo na história brasileira. (CASTRIOTA, 2019, s.p.).

patrimônio e das mudanças de paradigma ocorridas, como reflexo do arcabouço legal constituído e difundido em todo o território nacional, a prática nesse campo se mantém em grande parte vinculada à dimensão material do patrimônio cultural, que não pode ser destruída ou sofrer qualquer mínima intervenção sem a anuência do órgão de proteção, associando ao patrimônio a ideia de “congelamento” ou “cristalização” do bem.

- 2 De acordo com Ioannis Poullos, a significância do patrimônio neste paradigma mais tradicional, geralmente definido em termos arqueológico-históricos ou estéticos, é vista como intrínseca e inerente à matéria. O uso do patrimônio (pelas comunidades) é consideravelmente limitado para se assegurar a sua proteção (pelos profissionais da conservação) e se conduz segundo os princípios e práticas da conservação moderna. A preservação da matéria permite apenas intervenções mínimas no patrimônio, em sua estrutura física, material, que é considerada um “recurso não renovável”. (POULLOS, 2014, p. 19).

Ao se considerar o patrimônio como referência cultural, são valorizadas as relações dos diversos grupos sociais do país com os seus bens, sendo necessário compreender os diferentes significados dos lugares e os vínculos criados com a população, conhecimento alcançado apenas com a ampla participação e engajamento daquele grupo social. O Dossiê foi, portanto, fundamentado no artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que conceitua o patrimônio cultural brasileiro como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Além do conceito de referência cultural, permearam todo o trabalho os preceitos defendidos na Carta de Burra, a Carta para Sítios de Significância Cultural, elaborada pelo ICOMOS Austrália, primeiramente em 1979 (AUSTRALIA ICOMOS, 1999), contando com revisões em 1981, 1988, 1999 e 2013. Essa carta motivou a compreensão da relação dos diversos atores envolvidos com Bento Rodrigues e os valores ali presentes, uma vez que recomenda entender *in loco* a “significância cultural”, conceituada como o conjunto de “valores estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras” (AUSTRALIA ICOMOS, 1999, art.1). Considera-se então que um lugar pode incorporar uma gama de valores para diferentes indivíduos e grupos em função dos usos, associações e significados que eles atribuem ao sítio, e é importante percebê-los e analisá-los em conjunto.

Assim, baseado na Carta de Burra (AUSTRALIA ICOMOS, 1999) Mason (2002) propõe o estabelecimento de uma tipologia de valores - sociais, estéticos, históricos, espirituais científicos e econômicos, constituindo conjuntamente o significado do patrimônio cultural

Nesta classificação tipológica parte-se do pressuposto de que os valores socioculturais estão, tradicionalmente, na origem das ações de conservação, entendendo-se que os valores relacionados a um objeto, edificação ou lugar apresentam um significado para pessoas ou grupos sociais com relação à sua beleza, idade, ou sua associação com pessoas ou eventos

significativos, contribuindo sobre- maneira para a criação da identidade cultural de um grupo (ICOMOS/BRASIL; CASTRIOTA, 2019, p.8,9).

Logo, junto ao estudo sobre os atributos do lugar, observaram-se os valores que estavam para além da materialidade, buscando-se o espírito do lugar, conformado pelos elementos tangíveis e intangíveis que lhe atribuem sentidos, emoção e significado, aquilo que o torna uma referência cultural.

Na medida em que a simbologia muitas vezes se constrói sobre objetos físicos, no caso das coletividades sobre monumentos ou objetos fortes e presentes, a ilusão da estabilidade cultural leva a uma errônea imbricação entre objeto e significado, como se este último fosse imanente àquele. O entendimento de que para garantir o significado da obra é preciso mantê-la intacta ou como era está claramente centrado no objeto e na sua imanência própria e, de certa forma, desconhece a relação com o sujeito que, à sua maneira lhe impõem significações pessoais e de grupos que lhes impõem também outras significações próprias (CARSALADE, 2015, p. 11).

Contudo, se ao longo de décadas a teoria e a prática no campo da preservação do patrimônio histórico e artístico desenvolveram muito as técnicas de “como” manter a materialidade para valorizar sua excepcionalidade estética, o deslocamento do foco inicial para os valores subjacentes trazidos pelo conceito de referência cultural trouxe consigo a imprescindibilidade de diálogo com as ciências sociais e com outras áreas de conhecimento. Torna-se assim necessária uma análise trans e interdisciplinar que incorpore as perspectivas da própria população que usa, se apropria e reconhece o patrimônio.

É preciso uma metodologia que reconheça como a comunidade diretamente envolvida com um sítio e outros grupos formadores da sociedade brasileira se apropriaram dele e reconhecem naquele lugar um índice, um símbolo, uma referência cultural, pois, como também argumenta Laurajane Smith (2006), o que torna objetos, lugares e práticas “patrimônio” são de fato os processos sociais e culturais de valorização desses pelas pessoas e os seus grupos.

Assim, parece-nos absolutamente necessário incorporar na avaliação acerca do sítio a ser objeto de proteção essa dupla perspectiva: ao lado da sua dimensão física, em sua materialidade e existência fenomênica, caberia se examinar também a perspectiva dos olhares – que vão construindo coletivamente leituras possíveis do objeto, ensejando o seu reconhecimento social como referência (CASTRIOTA, 2019).

Este trabalho traz em si reflexões e desafios da adoção de uma abordagem baseada em valores, baseando-se nas perspectivas de uma comunidade desterrada, que luta para conservar o seu lugar de memória que ancora a sua identidade e, desta forma, manter e promover os seus valores, bem como revela as perspectivas de um grupo bem mais amplo que associou, através de um processo mnemônico, Bento Rodrigues à tragédia da prática exploratória mineral irresponsável que privilegia o lucro à vida revelando os significados de Bento para vários grupos pois, como adverte Meining (1979), “toda paisagem é composta não somente daquilo que está à nossa vista, mas também daquilo que se encontra em nossas mentes” (CASTRIOTA, 2009, p. 129).

O desafio metodológico da conservação-baseada-em-valores

Considerada atualmente como a abordagem preferencial no campo da conservação do patrimônio (POULIOS, 2014), a conservação baseada em valores se baseia amplamente na Carta de Burra e no amadurecimento de suas ideias, em vários países do mundo, difundido por uma série de publicações do Getty Conservation Institute desde o final dos anos 1990 (por exemplo, SULLIVAN, 1997; DEMAS, 2002; MASON; AVRAMI, 2002; MASON, 2002; DE LA TORRE, 2005).

Essa perspectiva pode ser descrita como “uma operação coordenada e estruturada sobre um objeto ou sítio cultural/patrimonial com o objetivo primário de proteger a significância do lugar”, que é “determinada através da análise da totalidade dos valores” que a sociedade atribui ao objeto ou sítio” (POULIOS, 2010, p. 172). Ou seja, evidencia os valores atribuídos pela sociedade formada por uma diversidade de grupos, interesses e valores, em certos momentos

contraditórios. Conforme alguns princípios do paradigma da conservação-baseada-em-valores refletidos na publicação do relatório da pesquisa do Getty Conservation Institute, *Values and Heritage Conservation* (MASON; AVRAMI, 2002): os valores são atribuídos e não intrínsecos; um lugar de patrimônio tem múltiplos valores; os valores do patrimônio são mutáveis; os valores culturais são incomensuráveis; os valores de um lugar estão frequentemente em conflito, o que pode trazer desafios para o campo.

Assim, a fim de considerar os pressupostos da perspectiva da conservação baseada-em-valores para identificar os múltiplos - e muitas vezes conflitantes - valores socioculturais atribuídos a um sítio, avaliar a sua significância, e planejar as ações de conservação do sítio bem como propor diretrizes para a sua gestão em determinado período, torna-se necessário um trabalho interdisciplinar e participativo, o qual muitas vezes é incompatível com a estrutura dos órgãos de proteção do patrimônio.

No Brasil, esses órgãos são geralmente divididos em departamentos para lidarem com questões específicas do patrimônio como fiscalização, licenciamento, patrimônio material, patrimônio imaterial, conservação e restauro, educação patrimonial, seguindo fluxos e procedimentos próprios. Com quadros técnicos cada vez mais reduzidos, os processos são conduzidos por um número limitado de técnicos, constituídos na sua grande maioria de arquitetos e historiadores, produzindo análises no máximo multidisciplinares. Porém, como foi visto anteriormente

Valores são gerados na interação de um artefato e seus contextos; eles não emanam do artefato em si. Valores podem então ser apenas compreendidos em referência aos contextos social, histórico, e até espacial - através das lentes de quem está definindo e articulando o valor [...] (MASON, 2002 p.8).

Tendo em vista que a diversidade de valores incorporados ao patrimônio pressupõe conflitos de interesses, tornam-se necessários processos de negociação. A esse respeito, a imaturidade em certos processos democráticos

no país, resquícios dos processos coloniais e ditatoriais combinados às dificuldades de acesso à educação de qualidade que forma cidadãos críticos, prejudicam as negociações necessárias para a construção de consensos sobre a conservação e a gestão dos bens.

Desta forma, há a necessidade de um conhecimento holístico das dimensões do patrimônio, só alcançadas através de processos de conhecimento e análise interdisciplinares, e de processos participativos legítimos, o que dificulta a adoção dessa abordagem de forma mais abrangente.

Além disso, visto que “os valores do patrimônio não são simplesmente ‘encontrados’, fixos e imutáveis, como foi tradicionalmente teorizado no campo da conservação” (MASON, 2002 p.8), a conservação baseada em valores demanda processos de monitoramento sistemático e de gestão que possibilitem a revisão dos valores periodicamente, fazendo os ajustes para que o bem possa manter sua significância cultural com a passagem do tempo, ainda que a partir de uma ressignificação, o que está além das possibilidades dos órgãos de preservação.

A metodologia do Dossiê

O processo utilizado neste trabalho trouxe diferenças em relação à constituição tradicional de um dossiê. Baseando-se na noção de patrimônio intersubjetivo e sob uma perspectiva interdisciplinar e participativa, primeiro foi elaborada a Declaração de Significância de Bento Rodrigues, explicitando-se os valores do patrimônio para diferentes atores sociais envolvidos, além de serem apresentadas proposições para o futuro do subdistrito, incluindo o conceito moderno de museu.

Após alguns estudos preliminares e a apresentação do caso por integrantes do Ministério Público de Minas Gerais e ainda, diante da particularidade em que se encontrava Bento Rodrigues, seus moradores e todo o território atingido, permeado por destruição, traumas e luto, constatou-se a importância de se resgatar a sua essência, elaborando-se uma Declaração de Significância. Este

documento sintético, que revela os aspectos mais significados de um sítio e possui três partes: a Descrição do Lugar Histórico, apontando seus principais elementos físicos; a descrição dos Valores do Patrimônio para os grupos sociais, justificando a importância do bem e contribuindo para a definição de suas diretrizes de preservação; e a descrição de seus elementos centrais, que devem ser mantidos para a manutenção dos valores do sítio. Logo, como observa Hidaka (2011, p.39), a declaração de significância desempenha “um papel determinante na preservação de um bem, registrando significados e valores; funcionando como um instrumento de memória” (HIDAKA, 2011, p.39).

A identificação dos valores e características significativas de Bento Rodrigues contou com uma pesquisa documental e bibliográfica; a identificação dos grupos sociais envolvidos; processos de escuta; processos de validação pela comunidade e por especialistas; e consolidação do texto final. A pesquisa documental foi feita a partir de vários materiais produzidos sobre Bento Rodrigues, antes e pós desastre, incluindo documentos escritos, reportagens em vídeo e texto, depoimentos, filmes, auxiliando também na identificação dos grupos sociais envolvidos.

Além disso, após dois meses do início dos estudos, realizou-se uma visita técnica às ruínas do subdistrito, em outubro de 2016. Essa visita teve um importante papel para apreender o espaço geográfico e gerar um sentimento de empatia nos pesquisadores, que foram fortemente impactados devido à visão da destruição, a lama ainda impregnada nos escombros e na pouca vegetação restante, o silêncio. Oportunamente, o grupo conheceu naquela ocasião um dos moradores mais antigos do subdistrito, o Sr. Filomeno, estabelecendo-se um primeiro contato para, posteriormente, a constituição de um grupo com o qual foram realizados muitos encontros.

Figuras 02,03: Fotos de Bento Rodrigues e a destruição de sua materialidade, 2016



Fonte: Samantha Nery, out. 2016.

Ressalta-se que os pesquisadores entendiam como fundamental a participação contínua dos moradores atingidos, pois são as pessoas que atribuem valores e definem o bem como integrante de seu patrimônio cultural (POULIOUS, 2014; MASON, AVRAMI, 2002; CARSLADE, 2015). Isso motivou uma série de conversas, encontros e alguns grupos focais com a população atingida, a Cáritas Arquidiocesana de Mariana³ e o COMPAT Mariana, na compreensão

3 A Cáritas Arquidiocesana de Mariana integra a Regional Minas Gerais, da Rede Cáritas Brasileira, que trabalha em prol da “defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário”. [...] A Cáritas Brasileira é parte da Rede Caritas Internationalis, presente em 165 países e territórios.” Disponível em: < <http://caritas.org.br/> Acesso em: 25 maio, 2017. Poucos meses após o desastre a Cáritas Mariana passou a realizar um trabalho junto aos atingidos, apoiando-lhes em questões técnicas, humanas e frequentemente intermediando processos entre eles a Fundação Renova.

dos valores associativos, suas histórias e memórias, e o processo identitário. Além disso, os moradores também participaram da delimitação do perímetro de tombamento e da proposição dos usos futuros do seu território.

Assim, em dezembro de 2016 ocorreu o primeiro grupo focal em Mariana, com a participação de cerca de 25 a 30 moradores. A Cáritas Mariana teve um importante papel na organização desse encontro, cujo objetivo central era escutar suas narrativas da tragédia, os impactos provocados em suas vidas, suas lutas, os valores do Bento⁴, suas perspectivas futuras de vida naquele espaço e fora dele. Houve vários momentos emocionantes, momentos de dor pela lembrança das perdas, momentos de alegria através da rememoração da vida feliz que descreviam ter naquele espaço. Chamou a atenção que, assim como os pesquisadores, eles também entendiam que o espaço do subdistrito deveria ser mantido com as marcas do evento, com as marcas de lama, para mostrar ao mundo suas histórias de vida e também a dimensão das perdas, de forma a transmitir para os visitantes, através de um processo reflexivo, que essa tragédia não deveria se repetir nunca mais.

Desde esse primeiro encontro as conversas foram gravadas e, em algumas ocasiões, filmadas. As falas dos moradores foram transcritas e extratos dessas falas foram reproduzidos ao longo do Dossiê, como forma de ilustrar e confirmar as análises e percepções dos pesquisadores, sendo testemunhos de suas vivências e representações.

Após a obtenção de anuência da Declaração de Significância por meio da sua leitura durante o Simpósio do ICOMOS Brasil, em 2017 (Figura 03), possibilitando a reapresentação da comunidade e ajustes no texto, passou-se à elaboração do restante do texto, comparando-se primeiramente diferentes modelos de dossiês de tombamento já elaborados. Esse processo trouxe a possibilidade do grupo conversar sobre a melhor estrutura a ser adotada, já tendo definido que a reflexão se daria a partir de uma abordagem baseada em valores, resultando na colocação da Declaração de Significância na primeira parte do dossiê, para possibilitar ao leitor uma visão panorâmica e ao mesmo

⁴ Os bento-rodrigueses se referem ao subdistrito por seu primeiro nome, Bento.

tempo aprofundada dos significados do bem *a priori*, permeando toda a leitura do texto.

Figuras 04,05: Apresentação da Declaração de Significância em Mariana, 2017 e apresentação do Dossiê de Tombamento com os atingidos, Jornal A Sirene e Cáritas Mariana, em Belo Horizonte, 2018



Fonte: Guilherme Araújo, maio de 2017; Teresa C. Guerra Andrade, abril de 2018.

Seguiram-se então os estudos de características também presentes em outros dossiês, essenciais para a compreensão de Bento Rodrigues, trazendo apresentações e análises geográficas, históricas, socioeconômicas e culturais sobre o lugar. Devido ao desastre tecnológico⁵, foi elaborado um capítulo

⁵ Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012, define como desastres tecnológicos “aqueles originados de condições tecnológicas ou industriais, incluindo acidentes, procedimentos perigosos, falhas na infraestrutura ou atividades humanas específicas, que podem implicar em perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente, à propriedade, interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos” (BRASIL, 2012 *apud* CASTRIOTA, 2019, p. xvii).

sobre os impactos socioeconômicos, ambientais e culturais resultantes do rompimento da barragem. Destaca-se também um conjunto de repercussões nacionais e internacionais que essa tragédia gerou. A sua ampla cobertura e veiculação em mídias impressas, televisivas e digitais de imagens dos carros nos telhados das casas destruídas, dos objetos pessoais espalhados pelo mar de lama, da tristeza dos moradores, entre outras, agregaram um novo significado nacional e internacional a Bento Rodrigues, que se tornou símbolo do desastre do Rio Doce e dos riscos de um modelo de exploração mineral que desconsidera a sustentabilidade ecossistêmica e a vida humana. Assim como os nomes Hiroshima e Auschwitz remetem imediatamente às tragédias humanas ocorridas naqueles lugares, Bento Rodrigues ganhou uma nova dimensão, que ultrapassa a sua significância local.

Desta forma, em continuidade, há um capítulo especial, que apresenta a justificativa para o tombamento de Bento Rodrigues, com a análise de seus diferentes valores, como preconizado na Carta de Burra, junto a apresentação de sua significância cultural e dos aspectos associativos suscitados por Bento para seus moradores, para o Brasil e para o mundo, destacando-se que

[...] fica claro que o “ser” patrimônio não está no caráter imanente do objeto, mas sim em uma outra forma de relação que passa também pela pessoa, comunidade ou sociedade, portanto pelo sujeito, que lhe confere tal grau. E quem é esse sujeito? Também esse sujeito tem caráter mutante, dependendo do grupo social, do tempo histórico e dos valores que lhes são inerentes. Alguns teóricos, a partir dessa constatação, tendem a estabelecer que a característica comum dos objetos-patrimônio é o significado que eles trazem consigo, ou seja, seu caráter simbólico. Dessa forma, eles seriam, antes que objetos memoráveis, objetos “rememora-dores” (CARSALADE, 2015, p. 13).

Na elaboração deste capítulo foram estudadas cartas e outros documentos patrimoniais nacionais e internacionais, para subsidiar o tema dos valores associativos com o lugar, o que envolve indubitavelmente o *modus operandi* da atividade minerária no Brasil e, especificamente, em Minas Gerais, que

frequentemente pratica atividades extrativas em áreas próximas a vilas e cidades, prioriza os lucros e não moderniza o processo conforme as melhores tecnologias e práticas.

Esse embasamento possibilitou compreender os valores de Bento junto aos atores envolvidos. O valor histórico aponta para sua própria história de mais de três séculos até o momento do desastre, que iniciou-se com as primeiras datas de exploração mineral na bacia do rio Gualaxo do Norte, das sesmarias ao longo da Estrada Real, das expedições científicas do século XIX, da transição para a exploração de minério de ferro e que passou a ver Bento como símbolo do maior desastre ambiental brasileiro. O valor estético se relaciona às características paisagísticas do subdistrito, suas belezas arquitetônicas e naturais, permitindo aos moradores e visitantes a fruição do lugar, com bens materiais e imateriais como suas duas Igrejas e suas festividades tradicionais, enquanto o valor científico advém, entre outros, de remanescentes do passado integrando um importante potencial arqueológico da região.

Destaca-se que seu valor social, apreendido através das narrativas dos moradores atingidos e de outras fontes de pesquisa, revela a inabalável conexão dos bento rodriguenses com o lugar, mesmo diante da destruição de grande parte de sua materialidade.

Por meio de suas falas pode-se constatar um forte sentimento de apego e amor por seus espaços de vida, elevada solidariedade entre eles e uma identidade coletiva ancorada no território, que além das memórias ali vividas pela geração presente e por seus antepassados, passou a angariar também novas memórias e significados. Apesar de eles terem sido proibidos de visitar o Bento por muitos meses, pela empresa mineradora - alegando o perigo de novos rompimentos -, muitos se arriscaram a retornarem fazendo visitas rápidas ou pernoitando ali, tamanha a saudade de suas casas, de seus pertences e memórias, necessitando de reencontrar suas identidades ancoradas naquele lugar. Através dessas visitas e de alguns encontros coletivos, os

moradores demonstraram seu sentido de identidade e a sua resistência na luta que foi iniciada logo após o desastre e continua até os dias de hoje, no sentido de terem seus direitos respeitados, de receberam uma reparação minimamente justa e serem apoiados na reconstrução de suas vidas.

Entendendo esses valores associativos, considerou-se inicialmente que a justificativa para o tombamento deveria seguir o modelo de outros lugares do mundo onde paisagens minerárias haviam sido salvaguardadas. No entanto, percebeu-se que a mineração não seria o fato mais relevante nesse caso, pois Bento não era um local de mineração, ao contrário, era o lar de famílias que viviam suas vidas buscando esquecer o medo de que algum dia a barragem construída poucos anos antes se rompesse. A grande maioria dos moradores não tinha qualquer conexão com a empresa mineradora e exercia outras atividades produtivas, tinha uma vida cultural repleta de celebrações e festas religiosas, conversas cotidianas entre si, levando uma vida tranquila.

Foi então que, com uma nova versão do dossiê finalizada, em dezembro de 2017 decidiu-se submetê-lo a um grupo qualificado de pesquisadores do ICOMOS Brasil que, com a sua leitura, trouxe contribuições fundamentais para o texto, que foi aperfeiçoado após os *feedbacks* recebidos. Dentre as reflexões, o geógrafo Rafael Winter, estudioso das paisagens culturais, questionou se essa categoria de paisagem minerária seria a mais apropriada para o tombamento de Bento Rodrigues. Concomitantemente, os estudos do grupo apontaram para outra possibilidade, a de seu reconhecimento como um lugar de memória sensível, concordando-se então que esta era a interpretação mais coerente para o evento e sua significância.

Para Pierre Nora, “os lugares de memória são, antes de mais nada, restos. [...] São rituais de uma sociedade sem ritual, sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza, ilusões de eternidade” (NORA, 1984, p. XXIV). Bento é, portanto, um lugar de memória, e de uma memória sensível, conectada também a tragédias, sofrimentos e traumas, como se pode constatar na definição do IPHAN: sítios de memória sensível são “aqueles que despertam

a memória de eventos traumáticos e dolorosos e que lidam com a história tanto de episódios como de processos mais extensos de violação de direitos humanos” (IPHAN, 2016, p.120), ou seja, como reforça a Coalização Internacional dos Sítios de Consciência (ICSC) (2018), são lugares “investidos com significância cultural” devido aos eventos que ali ocorreram e que podem moldar “a identidade de uma comunidade ou nação.”

Aprofundando essa visão, constatou-se que Bento tem o potencial de se tornar um “sítio de consciência”, no sentido de manter vivas as memórias de sua comunidade junto à história do desastre, auxiliando em um processo de reflexão sobre o evento e como a atividade minerária deve ser praticada no país. Além disso, ao se reconhecer um “sítio de memória sensível” há a condição de honrar aqueles que ali morreram e também os sobreviventes, possibilitando uma espécie de “suavização” da dor através do reconhecimento do que ocorreu naquele sítio, como descreve Elspeth Frew

a preservação de ‘lugares de memória sensível’, associados a eventos traumáticos e violentos, deve ter por objetivo possibilitar a rememoração de tais eventos em honra daqueles que ali morreram, mas também para validar a memória dos sobreviventes e lembrar do peso e da necessidade de vigilância, para que eventos como esses não mais aconteçam (FREW, 2012, *apud* ICOMOS/BRASIL; CASTRIOTA, 2019, p.209).

Junto à justificativa para o processo de tombamento do sítio foi realizada a delimitação do perímetro de tombamento e de seu perímetro de entorno. Durante um segundo grupo focal realizado com os moradores, em julho de 2017, foram marcados em um mapa impresso de grande formato os lugares de maior relevância em “Bento”, assim como pontos de visadas para esses marcos a partir do ponto de vista de quem estaria dentro do sub-distrito e as visadas para o exterior, permitindo-se o traçado coletivo desses perímetros. Constatou-se novamente o conhecimento profundo dos moradores sobre seu território, pois, mesmo distantes e sem avistar as referências físicas, os moradores apontaram claramente os parâmetros físicos geográficos e os limites importantes do seu espaço. Posteriormente, esse perímetro traçado foi

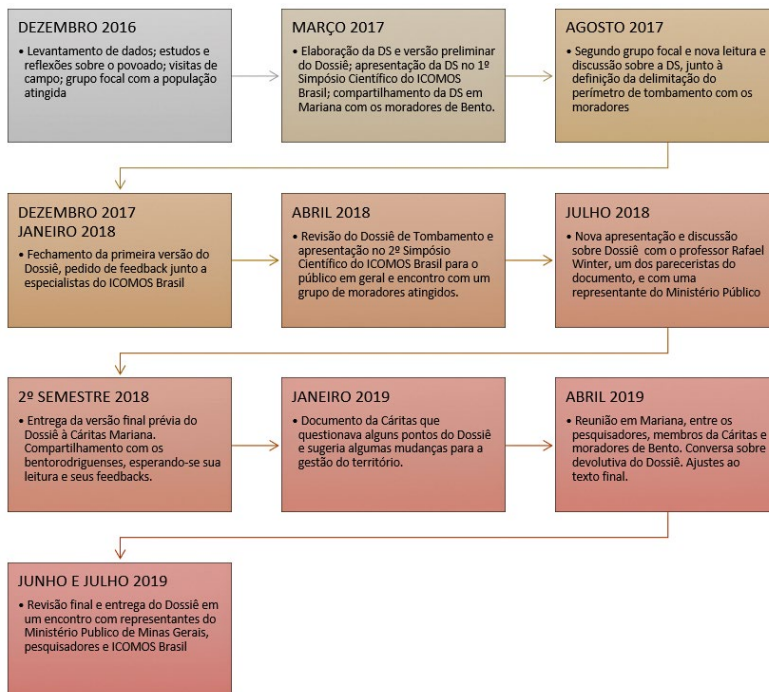
reapresentado em novo encontro e ajustes foram feitos, até se chegar ao resultado final. Nesse encontro leu-se novamente a Declaração de Significância, que recebeu algumas observações que foram acrescentadas ao texto, promovendo sua validação pelos moradores.

O Dossiê se encerrou de maneira propositiva, apresentando diretrizes para a gestão e intervenção no território, elaboradas participativamente com os moradores com alguns encontros nos primeiros meses de 2019, buscando garantir a concretização de seus anseios para o espaço, a conservação dos valores e significados identificados junto com eles. Conforme ensejado pela população e transcrito no relatório do CNDH (NERY; ANDRADE; CASTRIOTA, 2019), propôs-se a implementação de um Museu de Território para Bento Rodrigues.

Existem alguns eixos que definem um “museu de Território”: o território, a comunidade e o patrimônio global - o seu acervo. Como ressaltado, o museu deve conectar-se às memórias individuais e coletivas de uma comunidade e/ou de várias comunidades que possuem valores complementares e às suas questões identitárias. A participação cidadã é outro eixo, refletida em um processo de apropriação e constituição do museu pela população, participe na seleção do acervo, administração dos recursos e em sua própria mobilização, ainda que possa receber apoio técnico e científico de especialistas (NERY; ANDRADE; CASTRIOTA, 2019, p. 360).

Sinteticamente, apresenta-se em seguida uma linha do tempo com os principais momentos no processo de elaboração do Dossiê (Figura 06).

Figura 06: Linha do tempo da elaboração e entrega do Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues, 2016-2019



Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Discussão

Em função das características do sítio que o COMPAT protegeu provisoriamente, não seria possível a adoção de uma metodologia tradicional de dossiê de tombamento. Essa constatação levou a equipe interdisciplinar a buscar abordagens que pudessem contribuir na identificação dos elementos essenciais a serem protegidos e elaborar diretrizes para a sua conservação. Assim, foi adotada a conservação baseada em valores, que demonstrou seu potencial de aplicação na construção de dossiês de tombamento, destacando-se a compreensão das relações dos envolvidos com seus bens.

Conforme foi explicitado, a dimensão material de objetos e sítios estava destruída total ou parcialmente. No entanto, apesar de terem sido devastados,

seguem sendo receptáculos de uma sorte de significados e sentimentos, e é esse processo dinâmico de atribuição de significados e de resignificação para e pelos diversos agentes sociais que justifica o seu acautelamento, com o objetivo de preservação dos valores de Bento Rodrigues. Desta forma, a construção de dossiês a partir de valores não pode ser realizada por técnicos e especialistas isoladamente: para se acessar a trama de valores associativos torna-se imprescindível a participação dos agentes sociais.

Figuras 07,08: Tapume cobrindo os resquícios da Igreja de São Bento e cartaz afixado nesta lateral, demonstrando a religiosidade dos moradores



Fonte: Gratiae Urbs Consultoria, jul. 1999; Samantha Nery, out. 2016.

Essa participação de vários atores sociais envolvidos complexifica o processo e traz em si desafios tais como a representatividade, a organização de ambientes que estimulem a sua participação democrática, especialmente em situações nas quais a população se encontra fragilizada por processos traumáticos. Por outro lado, os eventos voltados para a escuta da população demonstraram propiciar tanto maior coesão do grupo como uma oportunidade para os participantes lidarem com suas perdas, contribuindo para a diminuição dos impactos traumáticos.

Outra inovação é que a justificativa para o tombamento foi entender e indicar Bento como um espaço de referência cultural, como lugar de memória traumática que pode ser reconhecido como um sítio de consciência. Bento “constitui-se em testemunho do desastre ocorrido, elo de ligação entre o que foi e o que ainda significa o povoado para seus moradores e para todos os brasileiros, que reaviva na memória de todos um evento de destruição socioambiental de grande magnitude” (ICOMOS/BRASIL; CASTRIOTA, 2019, p.10).

A partir do entendimento que é a intersubjetividade que, na realidade, institui o patrimônio, qualquer intervenção nesse patrimônio diz respeito também a essa intersubjetividade, ou seja, o que subjaz sob qualquer discurso de preservação é o discurso da ética. A missão ética presente na preservação remete [...] a herança e a sobrevivência, com a proteção da identidade, mas também fortemente com a preservação da verdade e da autenticidade. [...] (CARSALADE, 2015, p. 22).

Entende-se que os estudos realizados sobre Bento Rodrigues a partir do conceito de patrimônio intersubjetivo foram profícuos para revelar os seus valores de forma abrangente, respeitando-se as relações de vários atores com o sítio. Nesse sentido, a metodologia construída para a elaboração do dossiê poderá ser útil para a produção de outros estudos. Se bens cujos valores diferem da tradicional excepcionalidade estética ou histórica demandam uma metodologia baseada em valores, ela pode ser aplicada também a bens cujos atributos de excepcionalidade podem ser tratados por uma abordagem tradicional baseada na matéria.

Considerações finais

O processo de elaboração do Dossiê de Tombamento aconteceu de maneira orgânica, visto que não havia uma estruturação pré-estabelecida, mas os passos foram traçados ao longo do caminho, respeitando-se continuamente os seus habitantes, escutando suas histórias, significados e demandas, acompanhando também os fatos que ocorreram ao longo de três anos e que influenciaram no resultado final.

O fato da equipe ser formada por pesquisadores com formações diversas, em um programa de estudos interdisciplinares também propiciou os diferentes olhares necessários para a aplicação da abordagem, em um ambiente democrático para a construção de consensos e processos de escrita colaborativos.

Foi constituída uma metodologia consonante com o conceito contemporâneo de patrimônio intersubjetivo, justificando o tombamento a partir da compreensão dos valores de Bento Rodrigues para sua comunidade e para atores externos. Ao mesmo tempo, respeitou-se as caracterizações significativas já presentes em um dossiê de tombamento, chegando-se à conclusão de que ali foi constituído um lugar de memória sensível. O sucesso da metodologia inovadora utilizada na elaboração do documento tem potencial de contribuir para que documentos semelhantes possam trazer uma compreensão mais abrangente sobre os valores associativos do patrimônio, com respeito aos grupos que assim o reconhecem.

Referências

CARSALADE, Flávio de Lemos. Patrimônio como construção cultural. *In.*: ZANCHETI, Silvio Mendes; AZEVÊDO, Gabriela Magalhães; NEVES, Carolina Mora (org.). **A conservação do patrimônio no Brasil: Teoria e Prática**. 1º Seminário da Rede Conservação BR Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada - CECI - Olinda: CECI, 2015, p. 5 - 25.

AUSTRALIA ICOMOS. **Assessing social values: communities and experts**. Australian Heritage Commission, 1996.

AUSTRALIA ICOMOS. **The Burra Charter, 1999. The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance.** 2013. Disponível em: www.icomos.org/australia/burra.html. Acesso em: 05 nov 2017.

AUSTRALIA ICOMOS. **The illustrated Burra Charter: good practice for heritage places.** 2004.

CASTRIOTA, Leonardo. Lidando com um patrimônio sensível. O caso de Bento Rodrigues, Mariana MG. **Arquitextos**, São Paulo, ano 20, n. 230.00, Vitruvius, jul. 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.230/7423>. Acesso em: 05 jun. 2022.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Política, Instrumentos.** Belo Horizonte: AnnaBlume, 2009.

DE LA TORRE, Marta (ed.). **Heritage values in site management: four case studies.** Los Angeles: Getty Conservation Institute. 2005.

HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. **Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de Cidades — Patrimônio Cultural da Humanidade:** teoria, metodologia e aplicação. Tese de Doutorado. Recife/UFPE, 2011.

ICOMOS/BRASIL; CASTRIOTA, Leonardo (Coord.). **Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues.** Belo Horizonte: UFMG, 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Proposta de inscrição do sítio arqueológico Cais do Valongo na Lista do Patrimônio Mundial. Rio de Janeiro: IPHAN, 2016.

INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE. **Interpretation of sites of memory.** Study commissioned by the World Heritage Centre of UNESCO and funded by the Permanent Delegation of the Republic of Korea. 2018. Disponível em: <http://whc.unesco.org/document/165700>. Acesso em: 10 mai 2018.

MASON, R.; E. AVRAMI. Heritage values and challenges of conservation planning. *In*: TEUTONICO, J.M.; PALUMBO, G. **Management Planning for Archaeological Sites**. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2002, p.13-26.

MASON, Randall. Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices. *In*: DE LA TORRE, MARTA, (ed.), **Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.

NERY, Samantha de Oliveira; ANDRADE, Cláudia Nunes de Lima e; CASTRIOTA, Leonardo Barci. Um Museu de Território para Bento Rodrigues. *In*: **Indisciplinar**. Belo Horizonte, v. 5, n. 2, 2019, p.344-373.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. *In*: Pierre NORA (org). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, [1984]. Vol 1 La République. pp. VII a XLII. p. XXIV.

POULIOS, Ioannis. Discussing strategy in heritage conservation: Living heritage approach as an example of strategic innovation. *In* **Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development**, v.4, n. 1, 2014, p. 16-34

SITES OF CONSCIENCE. International Coalition of Sites of Conscience, 2017. Página inicial. Disponível em: <https://www.sitesofconscience.org/pt/inicio-2/>. Acesso em: 10 jun 2019.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. Londres: Routledge, 2006.

ZHOURI, Andréa (Org.). **Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. 1.ed. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018.

O DESAFIO DA PROTEÇÃO DE UMA REFERÊNCIA DA HISTÓRIA DO TEATRO BRASILEIRO: PASCHOAL CARLOS MAGNO E A ALDEIA DE ARCOZELO¹

Leonardo Barci Castriota

João Pedro Otoni

Tamara Nunes Pereira

Um experimento único no Brasil, a Aldeia de Arcozele, localizada em Paty de Alferes, Rio de Janeiro, pode ser lida como o fruto mais importante de uma trajetória singular do intelectual, ator, diplomata, poeta e teatrólogo brasileiro Paschoal Carlos Magno (1906 - 1980). Um complexo cultural, advindo de uma antiga fazenda produtora de café, no qual se introduzem elementos construídos que dialogam bem com as pré-existências históricas, criando uma ambiência única, que foi palco de um experimento também único em nosso país. Para além da materialidade, essa paisagem complexa da Aldeia proporciona aos seus usuários a vivência de uma utopia cultural idealizada por Paschoal Carlos Magno: um local de formação, apresentação e fruição cultural e teatral para o teatro brasileiro.

No entanto, é importante percebermos que a trajetória desse complexo não tem início com Paschoal Carlos Magno: suas origens remontam ao Caminho Novo, ramo das estradas reais construídas para escoamento das riquezas do território das Minas Gerais. Ao ser construída, a Fazenda Freguesia, conhecida como “Rossa” e “Sítio do Alferes”, passa a ser referência na região, e produz

¹ Esse trabalho é parte de um conjunto de pesquisas desenvolvidas ao longo da disciplina “Patrimônio e Valores”, lecionada pelo Professor Doutor Leonardo Barci Castriota, no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais.

diferentes tipos de culturas, sendo o café a mais expressiva. Desse período, se destaca também um dos momentos mais marcantes da história do complexo, a revolta dos escravizados de 1838, liderados por Marianna Crioula e Manoel Congo, que quase alterou o curso da história do Brasil Império. Em um salto temporal, alcançamos o período em que a Fazenda Arcozelo (nova denominação da Fazenda Freguesia, de 1876) passa, desde 1945, a ser sede do Hotel de Arcozelo, até que em 1958, é doada por João Pinheiro Filho a Paschoal Carlos Magno, começando a aventura da Aldeia do Arcozelo (CASTRIOTA, 2021). Fazendo jus à sua trajetória pregressa no meio cultural, onde já atuava como um conhecido agitador, Paschoal Carlos Magno começa a materializar ali muitos dos seus percursos e experimentações.

Este texto vai explorar esse momento da história do complexo, através de uma investigação histórica baseada na historiografia e na análise de matérias jornalísticas, abordando os caminhos percorridos por Paschoal, assim como a transferência de propriedade do conjunto para a Funarte (por volta de 1983) e seu controverso processo de tombamento. Almeja-se, com isso, identificar-se alguns dos valores patrimoniais do conjunto, que, deveriam, a nosso ver, levar à proteção dessa importante referência para a história do teatro brasileiro.

Paschoal Carlos Magno, agente e agitador cultural

Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1906, filho de imigrantes italianos, Paschoal Carlos Magno sempre foi incentivado pelo seu pai, o alfaiate Nicolau Carlos Magno, a explorar o mundo das artes. Ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais em 1925, formando-se em 1929. Em seu último ano do curso de Direito, juntamente com Ana Amélia Carneiro de Mendonça, fundou a Casa do Estudante do Brasil (Rio de Janeiro/RJ), pensada em promover assistência social aos estudantes sem recursos. Para conseguir financiar o local, ele percorreu sozinho por oito meses o norte do país, promovendo feiras de livros e conferências, e visitando prefeitos, governadores e intelectuais a fim de os convidar para ajudar a Casa do Estudante (LOPES, 2021). Salienta-se

que Paschoal, já nesse momento, começava a construir uma carreira enquanto intelectual e promotor cultural, podendo se destacar

[...] o evento denominado Exposição dos Cinco, em 1930, responsável por lançar cinco jovens pintores: Cândida Cerqueira, Odelli Castello Branco, Ruy Campello, Luiz Abreu e Edsont Motta. Algumas recepções integraram a programação, as quais contaram com presenças consideradas ilustres, como as da cantora lírica Bidu Sayão e da então primeira-dama, Sra. Darcy Vargas. Nesse mesmo ano, sua peça Pierrot recebeu o prêmio de Teatro da Academia Brasileira de Letras, sendo encenada pela Companhia Jayme Costa em 1931, no Teatro João Caetano. Segundo a imprensa, o espetáculo obteve grande sucesso na época. Dentre seus espectadores figurou, inclusive, Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório instaurado em 1930 (LOPES, 2021, p.216)

Lopes (2021) destaca que toda essa movimentação e articulação cultural alçou o jovem jurista e teatrólogo a uma indicação pelo então Ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco, para auxiliar no Consulado de Manchester, na Inglaterra, em 1933. O seu percurso na diplomacia (1933-1968) sempre foi marcado pelas trocas culturais, pelo desejo de voltar ao Brasil, pela escrita em diversos periódicos e pelo incentivo e criação de múltiplas ações culturais (IGGNÁCIO, 2010).

Carlos Magno se destaca também como o grande disseminador das obras de Shakespeare no Brasil. Com a fundação em 1938 do Teatro do Estudante do Brasil (TEB), estreando Romeu e Julieta, de Shakespeare, alcança ampla ressonância nacional. Nela, impõe a presença de diretor artístico para o espetáculo, valoriza o cenógrafo e o figurinista, e introduz a fala em português brasileiro no palco, onde ainda imperava o sotaque lusitano. Em 1938, o teatro no Brasil era muito diferente do atual: não havia a função do diretor artístico, os cenógrafos e figurinistas eram mal valorizados, e o sotaque português ainda imperava nas peças. Com a fundação do TEB, Paschoal dá um importante passo em sua trajetória que culminará na Aldeia de Arcozelo (FONTANA, 2014). Como já anotamos, além das articulações e produções culturais, a partir de 1946, o

diplomata brasileiro passa a assinar a coluna teatral do jornal *Democracia*, e depois a do *Correio da Manhã*. Assim, como destaca Décio de Almeida Prado (2009), Carlos Magno edifica um significativo lugar na crítica teatral nacional, além da expressiva atuação com o teatro amador, sendo

[...] como diretor do Teatro do Estudante do Brasil ou como incansável animador de festivais realizados nos mais diversos lugares, nunca dispensou por completo aquela margem de improvisação inerente à atividade amadora, exercendo influência mais pelo entusiasmo do que pela preocupação com os aspectos artesanais da arte de representar. [...] Paschoal Carlos Magno, agindo antes em extensão, inclusive geográfica, alargou o seu raio de atividades até abarcar praticamente o Brasil inteiro. (PRADO, 2009, p.38)

Já em 1948, um dos maiores acontecimentos da companhia, o TEB apresenta no Teatro Fênix, no Rio de Janeiro, o clássico *Hamlet*, de Shakespeare, lançando Sérgio Cardoso no papel principal. Os críticos da época consideraram a apresentação o maior acontecimento artístico dos últimos cinquenta anos, “principalmente porque esse espetáculo, enquanto acontecimento, extrapolou não só a circunscrição do amadorismo teatral, mas os limites do próprio cenário artístico da cidade” (FONTANA, 2014, p.51). Nos próximos quatro anos Paschoal percorreu vários espaços no Brasil, junto ao TEB, com peças de Shakespeare, Sófocles, Eurípedes, Ibsen, Gil Vicente, Martins Pena, entre outros.

Em 1952, durante o seu mandato como vereador pelo Distrito Federal inaugura, em sua própria casa em Santa Teresa, o Teatro Duse, hoje um Espaço Funarte, conhecido como o primeiro teatro-laboratório do Brasil. Com 100 lugares, um pequeno palco e sem bilheteria, só podia frequentá-lo quem fosse convidado. Nos intervalos aconteciam coletas para a cantina dos estudantes do grupo de teatro que nele atuava. Com isso, o Teatro Duse lançou atores, diretores, cenógrafos, figurinistas, eletricitas e autores, e obteve prestígio dentro e fora do Brasil. Segundo Diego Molina (2015), a criação desse Teatro teve

inspiração na ideia de formação de Eleonora Duse², que não acreditava numa formação sistematizada para os atores. Como ela, Paschoal sabia que a maioria dos jovens artistas que o procuravam não tinha o mínimo contato com o teatro e que deveriam ser introduzidos a ele, praticando-o. Com essa perspectiva focada na prática e no fazer teatral, Paschoal criou, juntamente com Duse, a Escola de Arte Dramática.

Devido a problemas de viabilidade econômica, em 1957 o Teatro Duse foi fechado, para ser reaberto em 1975 e, posteriormente, ser vendido em 1978.

Como qualquer empreitada do controverso artista e animador cultural Paschoal Carlos Magno (1906 – 1980), também o Teatro Duse foi cercado de muita badalação por parte da sociedade em geral. E se a iniciativa dividiu a crítica especializada em relação às qualidades artísticas dos espetáculos no primeiro ano de temporada, foram uníssonas as vozes que proclamaram o teatro-laboratório como um dos maiores acontecimentos do ano no país, em meio ao novo problema do teatro nacional da época: a carência de uma dramaturgia própria relevante. Assim, inaugurava Paschoal Carlos Magno, no dia 02 de agosto de 1952, com o “Festival do Autor Novo”, um pequeno teatro de cem lugares construído nas dependências de sua casa, no Rio de Janeiro, cujo objetivo era o de formar novos artistas e técnicos profissionais do teatro brasileiro, com destaque para o novo autor (MOLINA, 2008, p.1).

Nesta trajetória, cabe destacar o ano de 1958, quando Paschoal Carlos Magno organiza em Recife (PE) o primeiro Festival Nacional de Teatro de Estudantes, que reuniu nesta primeira edição 800 jovens e deu início ao evento que também passou por Santos (SP), Brasília (DF), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Paraty (RJ). Esse evento aconteceu de forma anual até

2 “Em Santa Teresa há um teatro-laboratório. Chama-se Duse, em homenagem àquela que foi a maior atriz de seu tempo e que não acreditava em escolas de arte dramática. Por isso, quando Yvette Guilbert a convidou para que fosse com ela dirigir uma academia de teatro, recusou-se: “Não acredito em escolas de teatro. Teatro aprende-se no palco.” [...] Teatro, no Duse, é aprendido, portanto, sem muita teoria inútil, mas especialmente no palco, seguindo assim um conselho da grande Eleonora. A razão está conosco. Os cegos não querem ver. Mas os que podem julgar sem paixão sabem perfeitamente que nestes últimos quinze anos, com raras exceções, os artistas que o teatro do Brasil ganhou, com talento autêntico, saíram dessa escola.” (Jornal Correio da Manhã, 22/11/1953. CARVALHO, Martinho; DUMAR, Norma (Org.). Paschoal Carlos Magno. Crítica teatral e outras histórias, p. 247 *apud* MOLINA, 2015, p. 72)

1960, destacando-se sempre a capacidade de Paschoal em se articular para conseguir patrocinadores, movimentando a cena cultural e mobilizando jovens e estudantes (PEREGRINO, 2012).

Para além dessas cidades elencadas, nas quais aconteceram as diversas edições do Festival Nacional de Teatro de Estudantes, Paschoal teve a capacidade de expandir sua atuação para outras fatias do território nacional. Assim, na década de 1960, com apoio do então Ministério da Educação e Cultura, promove a “Caravana da Cultura”, que levou 256 participantes, em oito ônibus, seis automóveis, dois caminhões, uma kombi com exposição e toneladas de livros e discos para diversas localidades. Assim, a Caravana passou pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Alagoas, com participação dos Teatros de Estudantes do Paraná, Brasília e Goiânia, do Quinteto da Villa-Lobos, dos grupos de dança da Escola Leda Iuqui, do bailarino Toni Petzhold e do Conjunto Internacional Gaúcho de Folclore. Foram mais de 274 espetáculos que aconteceram em praças, igrejas, escolas, orfanatos, asilos e colégios (PEREGRINO, 2012).

Retomemos a 1958, mesmo ano de realização do 1º Festival Nacional do Teatro de Estudantes, quando Paschoal tem outra experiência que irá mudar o rumo de sua ação: ao visitar o Hotel Fazenda de Arcozelo, na região do vale do café do Estado do Rio de Janeiro, ele tem a ideia de edificar ali um centro de artes, com a expectativa, a princípio, de transferir para ali o Teatro Duse. Muito bem articulado politicamente, e compondo, inclusive, o Gabinete da Presidência da República de Juscelino Kubitschek, Paschoal consegue articular a doação do imóvel, com seu colega de gabinete João Pinheiro Filho, através da Fundação João Pinheiro, a qual se tornou mantenedora, no início, da Aldeia de Arcozelo (PEREGRINO, 2012; CASTRIOTA, 2021).

Pelos próximos anos, Paschoal continua investido na carreira política e diplomática, sendo nomeado embaixador pelo presidente JK em 1961. Já em 1962, o então Presidente da República, João Goulart, nomeia Paschoal secretário-geral do Conselho Nacional de Cultura, experiência que ele descreve:

Enfrentei nesses meses de exercício, todas as dificuldades de um departamento pobre de recursos financeiros e pessoal. (...) Este Conselho, criado em 1938, por Decreto-lei pelo Presidente Getúlio Vargas, nunca foi olhado seriamente. Existiu, desde então, em papel. Ressuscitado em 1961, por um decreto do Presidente Jânio Quadros (...). O atual Governo [de Jango] o devolveu à sua forma primitiva, legalizando-lhe a situação. (...) O CNC não pode simplesmente ser um órgão de consulta, alienado da massa. (...) Padecendo de uma organização anômala, como já observei, o Ministério da Educação e Cultura vem desenvolvendo toda a sua ação no campo educacional. Esquecendo-se mesmo da inconveniência de desligar a educação da cultura, já que àquela não existe sem esta. (Ofício 360/62, de 20 ago. 1962. Acervo Paschoal Carlos Magno, CEDOC/ Funarte, *apud* PEREGRINO, 2012, p.9)

Paschoal e a Aldeia de Arcozelo

Em 1958 foi inaugurada em Paty do Alferes (RJ), a Aldeia do Arcozelo, naquele momento o maior complexo cultural da América do Sul, com uma área total de 51 mil metros quadrados. Seguindo a concepção de Paschoal Carlos Magno, a Aldeia foi pensada como um espaço de deveria se tornar local de repouso para artistas e intelectuais e um centro de treinamento para as diferentes áreas das artes. Segundo Carlos Eduardo Fecher (2019):

A Aldeia Arcozelo foi um espaço destinado ao estudo das artes, idealizado por Paschoal Carlos Magno. Ela foi minuciosamente descrita no Correio da Manhã do Rio de Janeiro, que revelou a estrutura para receber grande quantidade de professores e estudantes de artes. A Aldeia de Paschoal, como era conhecida nos arredores, contava com galerias de artes plásticas, arte popular, máscaras e ainda estava sendo preparado um espaço para um colégio de arte, preservando-se a arquitetura colonial. (FECHER, 2019, p.2)

Muito se questiona sobre as referências utilizadas por Paschoal para criar essa grande Universidade das Artes, a utópica Aldeia do Arcozelo. Fecher (2019, p.2) coloca que o jornalista Dantas, em 1966, atribuiu a Aldeia a “uma réplica

materializada daquela Ordem dos Mateiros que constituiu o sonho nunca realizado de Antero de Quental, visando um retiro campestre para artistas”. Esse idílico projeto de Quental pode ser descrito como uma ordem de artistas, pensadores, filósofos que viveriam em meio a matas e bosques, alcançando uma missão ideal de reconstituir a vida rural primitiva, conectada à natureza. O poeta e escritor português, referência no movimento da Geração de 70 de Portugal³, deixou poucos registros escritos sobre a mítica Ordem, sendo a grande maioria expressa nos relatos daqueles que conviveram com o mesmo, segundo pontua Magda Costa Carvalho (2006).

Estes monges do idealismo - *explica Eça* - teriam por missão o reconstituir, em toda a sua beleza e dignidade primitivas, a vida rural, a mais elevada, porque immolando toda a civilização sumptuária, e portanto todos os appetites e paixões e necessidades falsas que d’ ella derivam, e reclamando apenas ao seu bocado de terra o seu bocado de pão, conquista socialmente a verdadeira liberdade, e atravez d’ ella se prepara para a attingir espiritualmente a verdadeira perfeição. (Eça de Queiroz *apud* CARVALHO, 2006, p.114)

Por vários anos acontecem múltiplos eventos na Aldeia: Festival de Música Sacra, Seminário de Educação e Teatro Popular, festivais de ópera, de música de vanguarda, de jazz, de Dança Nova, de Arte Negra e de cinema novo do Brasil, além de recitais (Wanda Oiticica, Maria Luiza Vaz, Quinteto Villa-Lobos, Jacques Klein, Meninos Flautistas de Santa Teresa, Glória Queiróz); e espetáculos programados (Teatro Amador do Trabalho, a Cia. Maria Fernanda, Teatro dos Estudantes de Brasília e Teatro Experimental da Universidade da Guanabara).

Cabe destacar que, para além das práticas e formações artísticas, desde 1965, funcionava na Aldeia, a Escola Liddy Mignone para os filhos de operários e lavradores da região, resultado de um convênio da Aldeia com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro (PEREGRINO, 2012).

3 A Geração de 70 foi um importante movimento acadêmico, político e cultural ocorrido em Coimbra no século XIX. Faziam parte Antero de Quental, Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, entre outros jovens intelectuais, que se reuniam para trocar ideias, livros e refletir sobre formas para a renovação da vida política e cultural portuguesa, à qual consideravam atrasada frente à outros países europeus.

Apesar de toda a grandiosidade do empreendimento, as dificuldades também eram imensas. Assim, em 17 de novembro de 1966, *O Jornal* (RJ) noticiava que Paschoal estava vendendo peças de raro valor de sua casa-museu em Santa Teresa para pagar as contas da Aldeia de Arcozelo. Carlos Magno reclamava da falta de apoio do governo ou de empresários.

Era o início de uma nova crise financeira. No ano seguinte, o quadro se agravaria. Em outubro, os jornais já anunciam o “fim da Aldeia”. Paschoal realiza uma viagem pelo Brasil para divulgar o V Festival Nacional de Teatro de Estudantes e inicia uma campanha de mobilização nacional para salvar a Aldeia – que ficou fechada nos meses de outubro, novembro e dezembro (PEREGRINO, 2012, p.13).

A partir daí, anotam-se muitas idas e vindas na Aldeia: se, em abril de 1969, Paschoal anuncia o seu fim, no ano seguinte, tem início a sua recuperação, com verba concedida pelo Conselho Federal de Cultura/CFC. Em 1971, aconteceu na Aldeia o VI Festival Nacional de Teatro de Estudantes, que contou com a participação de 32 grupos teatrais. Nesse festival foi feita a “Declaração da Aldeia”, que seria enviada ao então Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici.

Este documento, tem como exclusivo pedido, solicitar condições para a realização dos próximos FNTEs, por meio de ajuda financeira, como vemos no Art.5, que deveria “ser efetuada através do Ministério da Educação e Cultura” e não deixa de ser audaciosa considerando o regime e o período vigentes. Integração nacional e cultura da juventude, pontos destoantes da agenda do regime militar e assim a Declaração prossegue em seu Art. 4: “(...) levamos às autoridades (...), a nossa reivindicação de um apoio total a esta nossa programação, em termos de ajuda financeira, e em termos de uma verdadeira liberdade de expressão da nossa intelectualidade”. Certamente, o conteúdo da Declaração da Aldeia não foi bem recebido. Até o final do Governo Médici, o FNTE não teve verbas para sua realização (PEREGRINO, 2012, p.15).

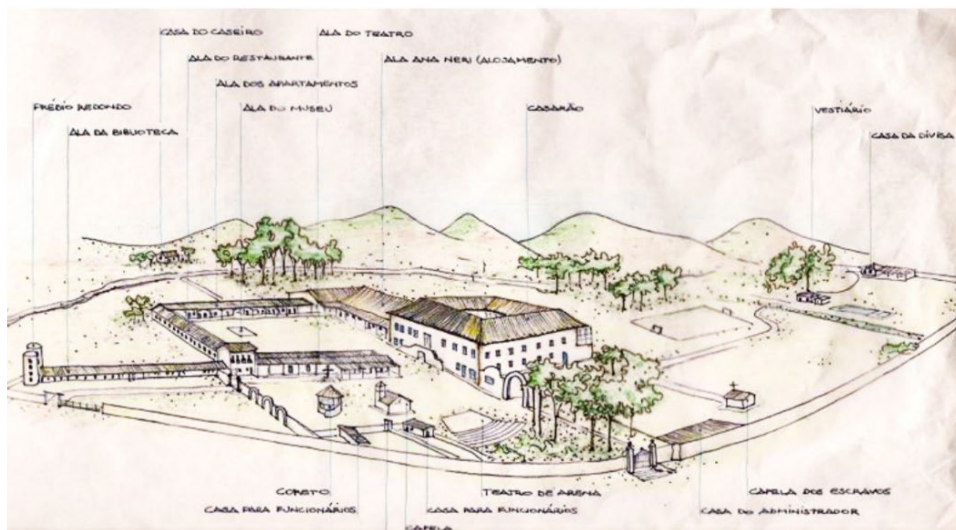
Todavia, esse espaço disruptivo, experimental, não encontrava meios de se manter, e em 1978, a volumosa obra da Aldeia do Arcozelo acaba por consumir o que restava da fortuna de Paschoal Carlos Magno, que teve de vender até a sua própria casa, onde funcionava o Teatro Duse, para pagar as dívidas (PEREGRINO, 2012). Culminando esse processo, em 1979, Paschoal fez um apelo desesperado em rede nacional na televisão: “Desisto. Vou incendiar a Aldeia e acabar logo com tudo”. A partir da grande repercussão dessa fala, inicia-se uma mobilização nacional para salvar a Aldeia, sendo a renda de inúmeros espetáculos doada para pagar as dívidas. Tal esforço, no entanto, não foi suficiente para reverter a situação de falência do empreendimento utópico de Paschoal, que veio a falecer em 24 de maio de 1980 (PEREGRINO, 2012).

Marcas arquitetônicas, modificações do espaço da Aldeia

Quando lidamos com um sítio com um claro *valor histórico*, como é o caso do sítio da Aldeia do Arcozelo, ligado a momentos significativos de nossa trajetória social, econômica e cultural, é preciso, se queremos pensar em sua preservação, atentarmos também para a *materialidade* desse sítio, identificando de que forma esses acontecimentos se corporificam fisicamente e quais remanescentes e/ou vestígios existem *no presente*. Assim, parece-nos importante se identificar, neste caso, as marcas arquitetônicas das diferentes camadas temporais desse conjunto, que descrevemos nos itens anteriores.

Neste sentido, a primeira constatação a fazer é que o complexo arquitetônico da Aldeia do Arcozelo é composto por diversas edificações que foram construídas em diferentes momentos: “O conjunto é composto por sete blocos, além de coreto, as Capelas de São Francisco, dos Escravos, um teatro ao ar livre (de arena), uma guarita, um castelo d’água, a casa da piscina e quatro unidades residenciais unifamiliares de funcionários” (CASTRIOTA, 2021, p.14). No período em que a Aldeia esteve sob o controle de Paschoal, algumas reformas foram feitas e novas edificações foram construídas.

Figura 1: Vista geral da Aldeia de Arcozelo- Desenho livre de Guilherme Madeira, 1999



Fonte: CASTRIOTA, 2021

As edificações já existentes, remanescentes da sua utilização anterior como fazenda e hotel foram bastante transformadas, recebendo novos usos. Assim, o casarão, foi transformado em um museu do teatro brasileiro (Figura 2), a casa de telhas e a senzala em áreas administrativas da aldeia e os silos (Figura 3), originalmente construídos para abrigar funções industriais da Fazenda Arcozelo, foram reformados e transformados em apartamentos. Neste último caso, a estrutura original de paredes autoportantes dos silos foi mantida, incorporando-se quatro pavimentos, cada um com dois apartamentos. Nessa época, a capela de São Francisco (Figura 4), datada da época da fazenda do café, também foi reformada, sendo alterados alguns aspectos estilísticos e construtivos.

Figura 2: Interior do Museu Paschoal Carlos Magno.



Fonte: Júlio Sampaio, 2020 (in CASTRIOTA, 2021)

Figura 3: Fachada principal silo



Fonte: Ricardo Neves, 2021 (in CASTRIOTA, 2021)

Figura 4: Capela São Francisco



Fonte: Priscila Almeida, 2021 (in CASTRIOTA, 2021)

Já o teatro de arena, Anfiteatro Itália Fausta (Figura 5) e o coreto (Figura 6) foram construídos nesse período por Paschoal Carlos Magno. O coreto se desenvolve em dois pavimentos e tem um formato octogonal, apresentando estrutura de alvenaria autoportante, piso em concreto, revestimento em argamassa e cobertura em telha cerâmica. Suas características estilísticas se assemelham às edificações do entorno. Já o anfiteatro,

é um equipamento que se destaca no complexo arquitetônico em análise. [...] Possui formato de anfiteatro, com trecho que pode ser compreendido como o palco (arena), cuja delimitação é feita pelo primeiro degrau

dos demais 11 existentes semicirculares, com capacidade para cerca de 1200 espectadores, e uma sequência de árvores alinhadas em linha reta. (CASTRIOTA, 2021, p.28)

Nessa época também foram construídas as residências de funcionários, as alas dos apartamentos (Figura 7), do Restaurante (Figura 8), da Escola/Biblioteca (Figura 9) e a Capela dos Escravos.⁴

Figura 5: Teatro de Arena



Fonte: Priscila Almeida, 2021 (in CASTRIOTA, 2021)

⁴ Cabe uma nota que a Capela dos Escravos foi uma estrutura construída nesse período, porém reformada em 2002, proveniente de um movimento de resgate de memória e história da população africana escravizada que viveu naquelas terras pelo Instituto de Arqueologia Histórica do Médio Paraíba. Além disso, esse espaço busca ressaltar a importante revolta capitaneada por Marianna Crioula e Manoel Congo.

Figura 6: Coreto



Fonte: Ricardo Neves, 2021 (in CASTRIOTA, 2021)

Figura 7: Ala dos apartamentos



Fonte: Ricardo Neves, 2021 (in CASTRIOTA, 2021)

Sobre essas edificações é importante ressaltar que elas não tentam imitar o estilo ou as técnicas construtivas das edificações mais antigas do conjunto, sendo possível identificá-las através do acabamento, material usado na esquadria, tecnologia construtiva. De um modo geral, pode-se observar que Paschoal respeitou as edificações já existentes e buscou fazer alterações que atendessem à nova função do espaço, sem comprometer as características do conjunto arquitetônico pré-existente.

A Aldeia alcançou enorme prestígio, tanto nacional quanto internacional, especialmente por seus cursos de formação teatral, shows, festivais e exposições. Entretanto, aos fins da década de 1970, com uma série de dificuldades, o estado de conservação do complexo passa a se tornar precário, mesmo com a injeção, por parte de Paschoal, de recursos próprios para a manutenção do conjunto.

A Aldeia de Arcozelo após Paschoal Carlos Magno

Para se entender a trajetória da Aldeia de Arcozelo após a morte de seu criador, foram pesquisados, para além do trabalho realizado em 2021, sob a coordenação dos Professores Leonardo Castriota e Júlio Sampaio, alguns sites e periódicos junto ao acervo da Hemeroteca Digital Brasileira (Fundação Biblioteca Nacional). Inicialmente, cabe se destacar que Paschoal Carlos Magno viveu seus últimos anos na Aldeia, que havia idealizado e realizado, e três anos após sua morte, em 1983, uma nota do jornal *O Globo* anunciava que seus herdeiros chegaram a entendimentos finais para entrega da Aldeia de Arcozelo à Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (GADELHA, s/data;). Em 1985, a Aldeia é oficialmente transferida para a Funarte, instituição que ainda manteve as atividades culturais no local até 2014. No período de gestão da Funarte, chama a atenção a atuação do Comandante Martinho, no final da década de 1980, quando a Aldeia ganhou reformas de alguns de seus prédios e viu a retomada das atividades voltadas à cultura. Pode-se pontuar aqui, dentre as intervenções realizadas, as reformas nas alas do restaurante, dos apartamentos, do albergue e do coreto, que permitiram

o retorno de atividades culturais entre a década de 1990 e 2006. Ainda no período da administração do Comandante Martinho, a antiga ala Ana Nery foi demolida, visando valorizar a ambiência do Casarão, assim como, em 2002, houve a incorporação de relíquias ligadas ao cotidiano da escravidão e um altar, trazido por Paschoal, que passaram a compor a Capela dos Escravos. Dois anos mais tarde, em 2004, o pavimento superior da ala do teatro foi transformado em museu, homenageando Paschoal (CASTRIOTA, 2021).

Para além das modificações tangíveis, principalmente nos edifícios do complexo, cabe-nos ressaltar os diversos eventos realizados ao longo das décadas e amplamente divulgados pelos jornais da época. Em 1990, para chamar atenção das autoridades, segundo o *Jornal do Brasil*, seria realizado, na Aldeia de Arcozelo, o 13º Festival Estadual de Teatro Amador, subsidiado pela Prefeitura de Paty do Alferes e permitindo ressuscitar, ainda que de maneira pontual, o sonho de Paschoal e a vocação daquele espaço artístico (SPITZ, 1990). No ano seguinte, realizou-se, entre 02 e 11 de agosto, o 14º Festival de Teatro Amador do Estado do Rio de Janeiro, desta vez com o apoio, além da Prefeitura local, da Federação de Teatro Amador do Estado do Rio de Janeiro (FETAERJ) e do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC) (BOA, 1991). Já em 1993, percebe-se o aparecimento de uma nova dinâmica incipiente para o local, quando a Aldeia passa a fazer parte de um roteiro cultural que passa por Paty de Alferes (UM HOTEL, 1993). Em 1994, o complexo sediará o Curso para diretores de teatro de bonecos uruguaios, argentinos e brasileiros, ministrado pela francesa Margaretha Nicolesco. (MARCADAS, 1994). Já em 1995, novamente, tem-se notícias de que a Federação de Teatro Associativo do Estado do Rio de Janeiro abriu inscrições para o 18º Festival de Teatro, previsto para julho e sediado, também, na Aldeia do Arcozelo (CONTRACENA, 1995).

É importante ainda destacarmos que, em 1995, tiveram início as comemorações dos noventa anos de nascimento de Paschoal, com exposição reunindo trabalhos de 14 artistas (pinturas, esculturas, instalações e fotografias produzidas e inspiradas na Aldeia de Arcozelo), cabendo se destacar que, contrariamente ao que poderíamos esperar, a mostra foi sediada no Centro

Cultural Carlos Magno, em Icarai (EXPOSIÇÃO, 1995). Um ano depois, em 1996, noticiou-se que Márcio de Souza, presidente da Funarte, pretendia, num prazo não muito longo, implantar um projeto de hotel-colônia exclusivamente para artistas em Arcozelo, seguindo moldes dos Estados Unidos (PAZ, 1996).

1998 foi um período em que muitas atividades da Aldeia apareceram nas mídias impressas. Naquele ano, por exemplo, ocorreu ali o 21º Festival de Teatro do Rio, promovido pela Federação de Teatro Amador do Rio (Fetaerj), havendo naquele momento, a ideia de ressuscitar naquele sítio os festivais de teatro que tinham revelado grandes personalidades, tendo-se a intenção de, a longo prazo, transformar a Aldeia em um centro de formação profissional, tanto de técnica quanto de interpretação (TEATRO, 1998). Ainda em 1988 aconteceu também a Oficina de Teatro de Bonecos Mercosul, promovida pela Funarte, com o objetivo de integrar turmas de teatro de bonecos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Apesar de toda a efervescência vivenciada e pretendida para o complexo, o *Jornal do Comércio* noticia, com tristeza, o estado de conservação da Aldeia de Arcozelo: um único guarda tomava conta daquele local, que durante anos fez parte da formação cultural do Brasil e que contava, naquele momento, com um anfiteatro sem uso e um antigo salão de exposições transformado em depósito de quadros. A conclusão da matéria: era urgente se dedicar maior cuidado e atenção à Aldeia (TRISTEZA, 1998).

Após estes momentos pontuais de tentativa de retomada do sonho de Paschoal, segundo Castriota (2021), em 2014 o complexo suspende todas as atividades, devido ao seu avançado estado de degradação. A partir de então, como mostraremos no próximo item, uma intensa correspondência entre a Funarte e o IPHAN deixa clara a necessidade de ações emergenciais de manutenção e conservação do Conjunto Arquitetônico e Cultural de Arcozelo. Em 2017, conforme consta no processo de tombamento aberto junto ao IPHAN, a Funarte manifesta seu desinteresse no acautelamento da Aldeia, alegando falta de clareza quanto à natureza do objeto tombado. Em 2020, parte da Ala da Escola/Biblioteca desaba parcialmente, por conta da queda de uma árvore e, em 2021, arruína-se, também, um trecho da

Ala do Teatro/Administração/Museu, provavelmente por colapso estrutural de um trecho da cobertura acima do teatro, comprometido por cupins (CASTRIOTA, 2021).

Os últimos registros pesquisados relatam que, desde 2021 também a Funarte vem realizando ações de restauração e reforma em estruturas como o Coreto e a Capela São Francisco de Assis, que se tornaram possíveis, finalmente, após a Funarte receber, da Prefeitura de Paty do Alferes, o título da propriedade com registro no Cartório de Imóveis do Município, em 2021 (ALDEIA, 2022a). Por fim, em julho de 2022, foi firmado o Termo de Cessão e Permissão de Uso entre a Fundação Nacional de Artes e o Município de Paty, que, segundo os gestores, possibilitará avançar na captação de recursos para demais restaurações. Segundo o site do Ministério do Turismo,

O novo espaço vai englobar a instalação de um complexo educacional e cultural integrante da Rede Municipal de Ensino, com ênfase na manutenção da história do local e de seu criador. O termo inclui: revitalização das instalações, respeitando as condições estéticas originais; instalação de um estabelecimento de ensino fundamental; criação de salas na modalidade contraturno; apresentação de mostras educacionais ou culturais itinerantes ou permanentes, além da preparação da infraestrutura local com banheiros, refeitório e acessibilidade. No acordo de uso do espaço, consta uma vigência de 20 anos, podendo ser prorrogável por até igual período, caso necessário.

Já o plano de produção integra eventos e programas voltados para o turismo, meio ambiente, economia criativa, educação e cultura. Estão previstos projetos de ações permanentes, como oficinas e cursos voltados para essas áreas já citadas; bem como projetos anuais, como por exemplo, festivais de teatro, dança e música. O Complexo Cultural Aldeia de Arcozelo também pretende receber propostas de artistas e instituições locais, nacionais ou internacionais, para ocupação de seus espaços, por meio de seleção (ALDEIA, 2022b).

O controverso processo de tombamento da Aldeia de Arcozelo

Ao acompanhar a trajetória da Aldeia do Arcozelo, é necessário abordar também a tentativa de proteção do conjunto, que se corporificou no processo de tombamento, que data de 1987, sob o registro nº 1.256-T-87 (IPHAN, 1987). Ao se analisar o processo, percebe-se que essa tentativa se iniciou, na verdade, em 1985⁵, através de correspondência enviada à então Fundação Nacional Pró-Memória. Na ocasião, ressaltou-se que a Aldeia, obra idealizada por Paschoal Carlos Magno, necessitava urgentemente de socorro. O complexo colonial da antiga Fazenda de Arcozelo, mesmo em precárias condições, ainda continha um pequeno museu, biblioteca, sala de música, sala de cinema, pequeno teatro, sala de exposições, estúdio de dança, duas capelas e alojamentos. Em 1986, após correspondência trocada entre a Funarte e Fundação Pró-Memória, informou-se que a primeira assumiria a administração provisória do conjunto. Em 1987, o Sr. Maurício Azevedo Gonçalves, Procurador Regional da República do Ministério Público Federal, encaminha ao SPHAN uma carta, em que registrava seu incômodo com a demora no tombamento do acervo cultural da Aldeia, acervo este valiosíssimo, composto de obras bibliográficas importantes, além do valor histórico do próprio imóvel e da importância da figura de Paschoal Carlos Magno para o teatro brasileiro. A última movimentação quanto ao processo de tombamento, na época, aconteceu em 1988, tendo sido paralisado em seguida, possivelmente, como consta nos arquivos pesquisados, porque o SPHAN não enxergou este processo como ação prioritária, culminando na sua inconclusão.

Apesar de alguns anos onde não há maiores informações sobre os trâmites da Aldeia, tanto em relação ao tombamento quanto em relação ao estado de conservação do conjunto, é possível traçarmos, seguindo o processo de tombamento, a sequência de fatos ocorridos até 2017.

5 O processo de tombamento pesquisado é composto por três partes (divididas em três arquivos digitalizados distintos), sendo que a primeira delas traz, como página 01, documentos já datados de 2016. Portanto, não se teve acesso a essas primeiras correspondências pedindo a salvaguarda legal do conjunto, ainda na década de 1980.

Em 2001 foram trocadas correspondências, buscando maiores informações sobre a salvaguarda do complexo, momento em que se sinaliza haver um processo de tombamento em andamento, não contando o mesmo, no entanto, com instrução completa. Ainda em 2001, registra-se uma vistoria realizada pelo Escritório Técnico do IPHAN em Vassouras, que já constatava a má conservação do casarão e das demais estruturas. Ao longo dos anos, verificaram-se algumas iniciativas de conservação, parciais e insuficientes, que culminaram com a celebração de um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, em 2012, que visava ao desenvolvimento de um projeto de recuperação, restauro, modernização e revitalização, infelizmente nunca implementado.

Neste mesmo ano de 2012, é enviado ao Chefe do Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro, uma lista de processos de tombamento para que recebessem tratamento arquivístico e fossem enviados ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), dentre os quais estava o da Aldeia de Arcozelo, que contemplava suas edificações, coleções e acervos. Documentos datados de 2015, entretanto, seguiam cobrando maiores informações tanto em relação a projetos emergenciais de conservação quanto ao processo de acautelamento. Uma vistoria, datada também de 2015, reforça a ausência de restauração e conservação do complexo da Aldeia, com edifícios em péssimo estado de manutenção, alguns inclusive com partes arruinadas, reiterando o abandono por parte da própria Funarte, representante e responsável legal pelo bem.

No ano seguinte, 2016, o processo de tombamento é acrescido de documentos que reiteram a preocupação com o mau estado de conservação do conjunto, sinalizando-se também ali que teriam sido verificada, além de ocupações irregulares em algumas áreas da Aldeia, a ausência de inscrição da propriedade no Registro de Imóveis, por parte da Funarte, que alegou falta de documentação hábil. Para além de todas as correspondências legais entre órgãos do governo, são descritas diretrizes para conservação e manutenção dos edifícios da Aldeia, que deveriam ser tomadas não só por parte da Funarte como

também por parte do IPHAN e da UNIÃO. No decorrer do documento, ainda em 2016, é exigido que a Funarte regularize a situação da posse do complexo, ou então desocupe a área.

Em maio de 2016 é realizada, finalmente, uma audiência de conciliação junto à Justiça Federal. Naquele momento, demonstrou-se que o processo de tombamento não poderia seguir adiante por ausência de diversas informações importantes, bem como dificuldade de se estabelecer, com clareza, a natureza do objeto de tombamento. Quais remanescentes dali seriam salvaguardados, de fato? Reforçou-se, também, a inexistência de registro de propriedade, ainda em situação de propriedade pública. A Funarte pediu dilação de prazo para o atendimento de todas as exigências (como injeção de recursos e feitura de projeto de intervenção), pedido também feito pelo IPHAN, que alegou necessidade de maiores reuniões com a própria Funarte. Ambos os pedidos foram aceitos e os prazos foram estendidos. Em meados de junho do mesmo ano, a Funarte apresentou ao IPHAN um Projeto Emergencial para a Aldeia. O Instituto pediu, então, reunião entre as partes para melhor orientar os trabalhos a serem realizados, uma vez que a documentação gráfica estava insuficiente e não representando a realidade daquele momento. A partir daí, houve grande confusão quanto ao objeto de tombamento do complexo, não se encontram maiores informações quanto a obras emergenciais de conservação e restauro e, portanto, não se sabe, ao certo, quais foram as ações tomadas (ou não) pelos órgãos acionados.

O que se sabe, entretanto, é que a Aldeia permaneceu sob posse da Funarte, e que esta, em 2017, alegando falta de clareza quanto à *natureza do objeto*, informou terminantemente ao IPHAN o não interesse em dar prosseguimento ao tombamento do complexo. Curioso ressaltar, entretanto, que em meio aos trâmites, consta, no processo de tombamento, mais precisamente à página 105, um ofício encaminhado à Funarte, citando registro de bens de natureza imaterial. Não obtivemos maiores informações sobre o citado registro.

Ao longo das correspondências entre os interessados, durante o ano de 2017, cabe ainda pontuar duas questões, ambas levantadas por Cynthia Tarrisse da Fontoura, então Coordenadora Técnica do IPHAN no Rio de Janeiro. Cynthia, em um despacho, reforça que, se não foram identificados valores arquitetônicos e paisagísticos significativos na Aldeia, ressaltava que restava constatar se haveria algum *valor histórico*. A seu ver, à Funarte caberia, então, não somente se mostrar contrária ao tombamento, mas fundamentar tal posição, abordando a questão quanto aos valores atribuídos ao bem. Em resposta, a Fundação não responde à questão colocada, reforçando sim o seu não interesse na salvaguarda, tanto pelo parecer do IPHAN já declarando a inexistência de valores arquitetônicos e paisagísticos, quanto pelo fato de o processo de tombamento ter sido iniciado por terceiros, alheios à Funarte. Por fim, a Funarte ressaltava ainda que o acervo de Paschoal, consistente no mobiliário, livros, entre outros, seria transferido para a “Casa de Paschoal”, em Santa Tereza.

Em um outro momento, quando do parecer final, em 07.08.2017, Cynthia, apesar de enaltecer os feitos de Paschoal Carlos Magno, citando, inclusive Rachel de Queiroz, dá parecer contrário ao tombamento, alegando que a Superintendência não teria identificado aspectos significativos a serem protegidos em âmbito nacional, reiterando, além disso, também o avançado estado de degradação e descaracterização da Casa Sede. Se a motivação do tombamento seria a relevância histórica do conjunto, a Funarte teria a pretensão de transferir o acervo de Paschoal para outro local. Com isso, o processo de tombamento foi indeferido e teve seu arquivamento em 08 de agosto de 2017, um dia após o parecer de Cynthia, assinado pela Superintendente Substituta, Mônica da Costa.

Considerações finais

Para pensarmos a preservação do sítio da Aldeia do Arcozelo, que abrigou um experimento único no Brasil e é uma importante referência para a história do teatro nacional, temos que, numa perspectiva contemporânea do patrimônio⁶, entender

⁶ A respeito da conservação baseada em valores, confira CASTRIOTA, 2009, p. 93-109.

os valores a ele atribuídos. Para isso, exploramos neste artigo a trajetória daquele sítio, desde sua utilização inicial como fazenda de café até os dias de hoje, quando se discute o futuro daquele conjunto.

Para identificar esses valores, recorreremos às tipologias existentes, notadamente aquela proposta por Alois Riegl, no *Culto Moderno aos Monumentos*, de 1903 (RIEGL, 1995), e aquela desenvolvida pela Carta de Burra do ICOMOS australiano, cuja primeira versão é de 1999 (AUSTRALIA ICOMOS, 2013). É curiosa essa justaposição entre perspectivas que distam entre si de quase um século: o fato é que, embora possa nos causar espanto, vamos encontrar, no pensamento do austríaco Riegl, uma *teoria crítica dos valores no patrimônio* já no início do século passado, que nos oferece uma matriz que dialoga bem com a teoria contemporânea da conservação, expressa na Carta de Burra, e que, ainda hoje, ajuda a iluminar certos dilemas da área (CASTRIOTA, 2022). Como aponta Ernst Bacher, a estratégia de Riegl seria enfatizar as *contradições* entre os valores, a *oposição* fundamental das diversas posições: os valores apareceriam no *Culto Moderno* constantemente em luta entre si, ressaltando-se o “princípio dialético desse conceito”, que relativiza e coloca em dúvida toda afirmação dogmática através da apresentação de outros pontos de vista. Não se trataria, portanto, no esquema riegliano, de uma “*check list*” de “valores que se poderiam se assinalar conforme cada caso”, mas muito mais de

um sofisticado modelo de pensamento, que inclui todas as dimensões históricas e da teoria do conhecimento da questão, e, com isso, permite também a projeção sobre a práxis, sobre a discussão das possibilidades práticas e limites da preservação do patrimônio, isto é, sobre a intervenção ativa no monumento. (BACHER, Ernst. In: RIEGL, 1995, p. 26)

Conforme descrito no periódico *Folha de Hoje*, em reportagem de Rosana Tanus, no período da ditadura militar, o teatro amador no Brasil mostrava sinais de decadência, frente ao novo clima político-cultural que o país vivia (TANUS, 1990). A autora cita a implantação do governo militar e a repressão generalizada aos mais diversos meios culturais que se viveu como marcando esse novo período pós-64. Neste contexto, a Aldeia de Arcozelo destoava, promovendo-se ali, sob os auspícios de Paschoal Carlos Magno, o Festival da

Aldeia de Arcozelo, no qual, ininterruptamente, durante um mês inteiro, eram apresentadas peças teatrais de todo Brasil, acontecendo concomitantemente discussões acaloradas sobre teatro e cultura em real. Deste quadro, marcado pela opressão e censura, já podemos apontar para um importante valor que marca a trajetória da Aldeia: o valor de resistência. Neste sentido, cabe se destacar que, mesmo durante a longa ditadura militar, Paschoal seguiu mantendo seu papel de entusiasta da arte brasileira, reunindo diversos grupos por longos dias para contracenar, conversar e transcender os espaços materiais da Aldeia como palco das mais diversas manifestações artísticas.

A nosso ver, este valor de resistência, embora não se encaixe numa das tipologias citadas por nós, pode ser visto como um fio condutor que articula aquele que seria o principal valor do conjunto: o *valor histórico*. De fato, os dois grandes eventos que caracterizam momentos históricos do conjunto têm a ver com resistência: a revolta dos escravizados no século XIX, que se mantém vivo na memória dos moradores da região, sendo celebrada por monumentos, toponímia e atividades culturais, e a Aldeia do Arcozelo, episódio único na história do teatro brasileiro. Neste último caso, a implantação desse lugar utópico, onde a religião era a liberdade, nas palavras de Pascoal, seria o culminar da trajetória desse agitador cultural, tão importante na primeira metade do século XX. A sua iniciativa de implantar na região serrana fluminense um experimento inédito no Brasil e a sua luta para manter essa utopia concreta fazem da Aldeia do Arcozelo um acontecimento singular na história do teatro em nosso país.

Neste ponto, podemos citar também o *valor social* do conjunto, abordando um dos valores explicitado na Carta de Burra. Considerando, como Siân Jones e Steven Leech, que os valores sociais “abrangem o significado contemporâneo do ambiente histórico para as comunidades” (JONES; LEECH, 2015), e que esses seriam “formas fluidas e culturalmente específicas de valor *incorporadas na experiência e na prática*”, parece-nos possível se falar do valor social da Aldeia do Arcozelo. De fato, como pudemos observar em pesquisa *in loco* em Vassouras e em Paty de Alferes, o conjunto da Aldeia representa um importante lugar para

a comunidade local, que o relaciona especialmente com o evento da revolta dos escravizados, sendo as figuras de Manuel Congo e Maria Criola celebrados como heróis, ligados à causa da liberdade. Assim, a narrativa em torno dessa revolta termina por articular-se com a reivindicação – contemporânea – de visibilidade da presença negra, tão importante para a constituição do Vale do Café. De novo Jones e Leech: se os valores sociais às vezes podem se alinhar com formas oficiais e patrocinadas pelo Estado, muitos aspectos desse valor “São criados através de modos não oficiais e informais de engajamento” (2015)

Finalmente, parece-nos importante se destacar o que denominamos *valor paisagístico* do conjunto, o seu valor enquanto paisagem, na qual se deixam ler as diversas camadas da ocupação humana daquele sítio, marcado por uma flora exuberante da Mata Atlântica. Na paisagem da Aldeia, corporificam-se as etapas sucessivas da sua história, e mesmo se deixam antever possibilidades de seu uso futuro, outro valor muito importante para a preservação do patrimônio, como já demonstrava Riegl no começo do século XX. Neste sentido, parece-nos imprescindível se pensar um uso compatível para o conjunto, que leve em consideração a integração entre os diversos valores ali presentes – histórico, social, paisagístico, fazendo-se justiça à utopia plantada por Pascoal Carlos Magno na serra fluminense.

Nota:

Analisar os *conflitos entre os valores* representa, também a nosso ver, o melhor caminho para se discutir as implicações da teoria de Riegl para a práxis da área do patrimônio. O fato é que a sua análise arguta, além de definir e acompanhar historicamente os diversos valores, delinea com precisão os possíveis *conflitos* entre esses, “as exigências simultâneas e muitas vezes contraditórias de cada um deles, em cada momento e segundo cada intenção” (GONZÁLEZ-VARAS, 1999, p. 41) – apontando para os impasses e eventuais aporias que se colocariam para as escolhas patrimoniais. Assim, como veremos, há casos em que o “valor de ancianidade” exclui o “valor de novidade” e ameaça o “valor de uso” e

o “valor histórico”; outros, em que o “valor de uso” contradiz o “valor artístico relativo” e o “valor histórico”, e assim sucessivamente. O mais interessante, porém, é que Riegl, ao expor de forma extensiva esses conflitos – tão comuns e debatidos na prática da conservação, naquele tempo assim como em nossos dias –, não os considera insolúveis, mas muito mais como “negociáveis” em cada caso particular, em função do estado do monumento e do contexto sócio cultural em que esse se apresenta. (GONZÁLEZ-VARAS, p. 41)⁷. A principal riqueza do método riegliano está, a nosso ver, no fato de que a análise de cada caso, realizada sempre a partir desse *esquema dinâmico* de valores, lhe permite responder – criticamente – a questões que se colocavam nos intensos debates que se travavam na área no final do século XIX e início do século XX, e que giravam especialmente em torno da dicotomia “conservar” e “restaurar”.

Referências

ALDEIA de Arcozelo: Prefeitura de Paty e Funarte assinam termo de cooperação. **O Dia**, 2022a. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/paty-do-alferes/2022/03/6355130-aldeia-de-arcozelo-prefeitura-de-paty-e-funarte-assinam-termo-de-cooperacao.html>. Acesso em: 14 set. 2022.

ALDEIA de Arcozelo, em Paty do Alferes (RJ), ganha mais um espaço que visa preservar o legado histórico e cultural da região. **Funarte**, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/funarte/pt-br/assuntos/noticias/todas-noticias/aldeia-de-arcozelo-em-paty-do-alferes-rj-ganha-mais-um-espaco-que-visa-preservar-o-legado-historico-e-cultural-da-regiao>. Acesso em: 14 set. 2022.

AUSTRALIA ICOMOS. *The Burra Charter 2013: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*. Burwood, Australia: AUSTRALIA ICOMOS, 2013.

7 Ao apontar a necessidade, na teoria de Riegl, de se realizar sempre um “juízo crítico” nas escolhas patrimoniais, Cláudia dos Reis e Cunha, aproxima a obra do austríaco à contribuição do “restauro crítico” italiano do segundo Pós-Guerra: “E, ao indicar essas múltiplas possibilidades, impor ao sujeito da preservação a necessidade de fazer escolhas, as quais devem ser, necessariamente, baseadas num juízo crítico. Dessa forma, o pensamento riegliano insere definitivamente as práticas da restauração no debate sobre a cultura, considerando-a deliberadamente como ‘ato de cultura’, antecipando-se às propostas defendidas a partir do segundo pós-guerra europeu pelo chamado ‘restauro crítico’, que tem nas figuras de Roberto Pane, Renato Bonelli e Agnoldomenico Pica seus protagonistas, e, paralelamente, a marca da contribuição teórica de Cesare Brandi.” (CUNHA, 2006, p. 14)

BOA Viagem. **Tribuna da Imprensa**. S/Local, p. 03-03. 1991. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 set. 2022.

CARVALHO, Magda Costa. **A Natureza em Antero de Quental**: o projeto de uma “metafísica positiva”. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2006.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**. Conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Caderno das Condições de Conservação da Aldeia de Arcozelo**. Rio de Janeiro: [s.e.], 2021.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio e Valores I**: A via crítica de Alois Riegl. Belo Horizonte: Miguilim, 2022.

CONTRACENA. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 06. 1995. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 set. 2022.

EXPOSIÇÃO homenagem Paschoal Carlos Magno. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 02. 1995. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 set. 2022.

FONTANA, Fabiana. Shakespeare, teatro moderno e movimento amador – a experiência do Teatro do Estudante do Brasil de Paschoal Carlos Magno. **Pitágoras 500**, [S.L.], v. 4, n. 2, p. 43-62, 15 dez. 2014. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/pita.v4i2.8634701>.

FUNARTE. **Fundador do Teatro Duse e do TEB, Paschoal Carlos Magno faria 106 anos**. Disponível em: <https://www.gov.br/funarte/pt-br/assuntos/noticias/todas-noticias/fundador-do-teatro-duse-e-do-teb-paschoal-carlos-magno-faria-106-anos>. Acesso em: 14 jul. 2022.

GADELHA, Mariana (ed.). Aldeia de Arcozelo: 300 anos de história. s/data. **Funarte**. Disponível em: <https://portais.funarte.gov.br/brasilmemoriadasartes/acervo/paschoal-carlos-magno/aldeia-de-arcozelo-300-anos-de-historia/>. Acesso em: 14 set. 2022.

IGGNÁCIO, Gisele de Miranda. O TEATRO DE PASCHOAL CARLOS MAGNO: o ofício em suas considerações. **Revista Contexto**: Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Letras, Vitória, v. 17, n. 1, p. 42-53, jan. 2010.

IPHAN. **Processo n. 1.256-T-87**, s/ vol, 1987.

JONES, Siân; LEECH, Steven. *Cultural value*. Valuing the historic environment. London: Arts & Humanities Research Council, 2015.

LOPES, Caroline Cantanhede. A DIPLOMACIA CULTURAL DE PASCHOAL CARLOS MAGNO: seu arquivo pessoal e as estratégias de propaganda brasileira na Grã Bretanha (1933-1945). **Sillogés**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 213-239, jan./jun. 2021.

MARCADAS. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 15. jan. 1994. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 set. 2022.

MOLINA, Diego. **Teatro Duse**: o primeiro teatro-laboratório do Brasil. Rio de Janeiro: Funarte, 2015. 240 p.

MOLINA, Diego. Uma sociedade em êxtase e uma crítica especializada em discussão: a inauguração do primeiro teatro-laboratório do Brasil. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISAS E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS, 5, v. 9, n. 1. **Anais...**, 2008. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/abrace/article/view/1548>. Acesso em: 27 jul. 2022.

PAZ. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 03. jul. 1996. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 set. 2022.

PEREGRINO, Miriane. Paschoal Carlos Magno: confluências políticas e culturais nos anos 60. **VIII ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/download/67679996/Paschoal_Carlos_Magno_confluencias_politicas_e_culturais_nos_anos_60.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.

PRADO, Décio de Almeida. **O teatro brasileiro moderno**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

RIEGL, Alois. *Kunstwerk oder Denkmal?* Alois Riegls Schrifte zur Denkmalpflege. Herausgegeben von Ernst Bacher. Wien : Köln : Weimar : Böhlau Verlag, 1995.

SPITZ, Eva. Aldeia do teatro amador. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 02. 06 ago. 1990. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 set. 2022.

TANUS, Rosana. Bons tempos de Teatro Amador. **Folha de Hoje**. s/local, p. 01. 1990. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 set. 2022.

TEATRO. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 5. ago. 1998. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 set. 2022.

TRISTEZA. **Jornal do Comércio**. S/local, p. 10. 1998. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 set. 2022.

UM HOTEL de luxo em Paty: Diversas formas de lazer. **Jornal do Comércio**. S/Local, p. 01-01. 1993. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 set. 2022.

OS VALORES DA PAISAGEM CULTURAL DO CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA E SEU RECONHECIMENTO PELA COMUNIDADE¹

*Maria de Lourdes Martins Alves de Sousa
Flávio de Lemos Carsalade
Rogério Palhares Zschaber de Araújo*

Introdução

A pesquisa toma como objeto empírico o Conjunto Moderno da Pampulha, a fim de averiguar uma demanda real da UNESCO² que indica a aplicação da abordagem da Paisagem Urbana Histórica (HUL)³. Tem como foco a recomendação da gestão participativa para aperfeiçoamento das ações previstas no respectivo Plano de Gestão e Monitoramento, apresentado no Dossiê de candidatura do Conjunto (IPHAN, 2017). O reconhecimento do título de patrimônio mundial na categoria de paisagem cultural para o Conjunto Moderno da Pampulha é baseado no valor universal excepcional e atributos que integram a arquitetura e a paisagem do local. A pesquisa busca investigar se esses valores reconhecidos e preconizados por técnicos e especialistas, presentes também nas diretrizes e nos parâmetros de proteção do Conjunto, são reconhecidos ou não pelos diversos grupos sociais com interesse na área.

1 Este artigo foi apresentado no ENCUENTRO IBEROAMERICANO DE ESTUDANTES DE POSTGRADO 2021: arquitectura y urbanismo.

2 UNESCO - *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas).

3 HUL é a abreviatura da terminologia em língua inglesa - *Historic Urban Landscape*.

O estudo pretende contribuir para o debate sobre formas mais eficazes e integradas de gestão e monitoramento de sítios urbanos históricos, como sugere a abordagem HUL preconizada pela UNESCO. Como uma das etapas para facilitar a implementação da abordagem HUL, a UNESCO recomenda utilizar o planejamento participativo e consultas às partes interessadas sobre quais valores serão protegidos para transmissão a gerações futuras e para determinação dos atributos que carregam esses valores, envolvendo a comunidade no compartilhamento das estratégias de proteção de tais valores. A pesquisa é um estudo inédito e contribui para o atendimento de uma demanda real prevista no Plano de Gestão e Monitoramento do Conjunto que inclui a verificação do reconhecimento do valor universal excepcional e de seus atributos pelos diversos grupos de interesse na área de estudo.

Neste contexto, o estudo busca responder ao seguinte questionamento: *No caso em tela, a comunidade reconhece os atributos tecnicamente valorados para Paisagem Cultural do Conjunto Moderno da Pampulha?*

Marco Teórico

Os conceitos de Paisagem, Paisagem Cultural e Paisagem Urbana Histórica são embasados pelas definições e recomendações da UNESCO (2005a, 2005b, 2011, 2016b) e do IPHAN (2009), bem como de autores que discutem tais diretivas, como Cauquelin (2007), Ábalos (2004) e Ribeiro (2007). A aplicação da abordagem HUL é elucidada segundo a concepção de Bandarin e Oers (2012) e a evolução das práticas e desafios da tutela e gestão de sítios urbanos históricos como discutido por Castriota (2009). A discussão do reconhecimento dos valores atribuídos a paisagens urbanas históricas, sua complexidade e sustentabilidade é respaldada pelas ponderações de Zancheti e Carsalade (2019), Zancheti e Loretto (2015), Throsby (2001) e Keene (2001). Para apresentar a candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha e sua gestão, se recorre a documentos que abordam o tema, com destaque para: IPHAN (2017) e UNESCO (2016a).

Estudo de Caso

O Conjunto Moderno da Pampulha é um complexo urbano criado na década de 1940 em Belo Horizonte, Minas Gerais, composto por quatro edifícios projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer: a Igreja de São Francisco de Assis, o Cassino (atual Museu de Arte da Pampulha), a Casa do Baile (atual Centro de Referência em Urbanismo, Arquitetura e Design de Belo Horizonte) e o Iate Tênis Clube, integrados pelo espelho d'água e orla do lago urbano artificial no trecho que os articulam, seus respectivos jardins, de autoria do paisagista Roberto Burle Marx, e suas obras de arte integradas (painéis em azulejos de Cândido Portinari, mosaicos de Paulo Werneck e esculturas de Alfredo Ceschiatti e José Alves Pedrosa). Sua concepção teve a intenção de transmitir uma marca de inovação e vanguarda para a cidade através da criação de um bairro residencial com aspectos de cidade jardim com baixa densidade construtiva, com lotes amplos e a presença de maciços verdes, além de equipamentos para lazer, cultura e turismo no entorno do lago existente (IPHAN, 2017). (Figura 1, Figura 2).

Figura 1 - Conjunto Moderno da Pampulha com marcação do perímetro do bem e da zona de amortecimento.
Fonte: Práxis Projetos e Consultoria Ltda. (IPHAN, 2017).

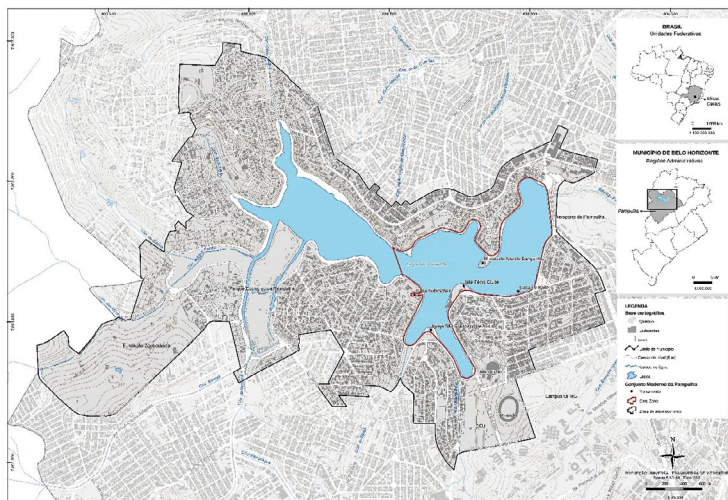


Figura 2 - Vista da lagoa da Pampulha a partir do Mirante Niemeyer com o Mineirão e Mineirinho (à esquerda) e a Igreja de São Francisco de Assis (à direita).



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

O Complexo apresenta desafios para sua gestão por estar em área urbana de grande complexidade. Além de se inserir numa área de expansão metropolitana com usos diversos, como moradia, comércio, serviços e lazer, o Conjunto e seu entorno que inclui a Lagoa da Pampulha, sofre os impactos da urbanização e do adensamento urbano em toda a bacia hidrográfica que abriga os tributários que contribuem para a lagoa e, conseqüentemente, para sua degradação ambiental. Com a obtenção do título de Patrimônio Mundial na categoria de paisagem cultural, os desafios são ainda maiores, uma vez que é necessário preservar as características e especificidades locais, e ao mesmo tempo possibilitar a manutenção e o controle das práticas e dinâmicas socioeconômicas desse contexto urbano.

Metodologia

O processo de desenvolvimento da pesquisa é constituído por três fases: a fase exploratória, o trabalho de campo e o tratamento do material coletado (Minayo, 2016). Os resultados ora apresentados referem-se à fase exploratória desta pesquisa que parte da revisão bibliográfica sobre Paisagem Urbana Histórica para melhor entender as especificidades desta abordagem e da importância da participação comunitária em processos de planejamento e gestão

de paisagens urbanas de interesse cultural. A fim de analisar o compartilhamento pela comunidade dos valores reconhecidos pelos órgãos de patrimônio e relativos a uma paisagem urbana admitida na lista de patrimônio mundial como paisagem cultural, optou-se, como método de investigação, pela utilização do estudo do Conjunto Moderno da Pampulha como objeto empírico, tal como foi concebido pelo processo de candidatura a patrimônio mundial. Para tanto, investiu-se na busca e análise de dados e informações secundárias produzidas pelos principais documentos técnicos que compuseram o processo de candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha a Patrimônio Mundial, com destaque para o Dossiê (IPHAN, 2017) e seu respectivo Plano de Gestão e Monitoramento.

Ainda como fase exploratória, mas já com o objetivo de instrumentalizar a fase seguinte do levantamento de dados, em andamento, foi desenhado o instrumento de pesquisa para coleta de dados primários junto à comunidade. Devido à pandemia da Covid 19, a alternativa encontrada para viabilizar o levantamento da percepção dos diversos segmentos sociais foi a disponibilização de um questionário em plataforma *online* de acesso ao público em geral. As questões objetivaram investigar o compartilhamento dos valores que levaram à atribuição do título de Patrimônio Mundial ao Conjunto Moderno da Pampulha junto a diferentes grupos de interesse na área de estudo.

A escolha das questões abertas, das alternativas em questões de múltipla escolha e das estratégias de linguagem e visuais utilizadas no questionário foram objeto do pré-teste aplicado através de *link* enviado a diversos entrevistados, em três momentos distintos, para três diferentes grupos. O primeiro grupo, constituído por três entrevistados, focou pessoas com menor nível de escolaridade, buscando verificar a adequação da linguagem para seu entendimento. O segundo grupo, composto por doze entrevistados, foi direcionado a especialistas na área do patrimônio, procurando a contribuição destes para o aprimoramento de conceitos e ideias perseguidas pelo questionário. O terceiro grupo, composto por um público aleatório e diversificado, teve como foco verificar se as perguntas alcançavam o objetivo esperado pela pesquisadora.

Neste grupo o *link* do questionário foi enviado para alguns contatos que por sua vez enviaram para outros, sem controle do número de envios, obtendo-se cinquenta e uma respostas. Sendo os contatos do primeiro e do segundo grupo monitorados pela pesquisadora, foi estabelecido contato com os entrevistados após responderem ao questionário para apurar suas impressões. Suas críticas e sugestões contribuíram para aperfeiçoamento do questionário. Já as respostas do terceiro grupo foram utilizadas para os ajustes finais do questionário e para o esboço das categorias de análise apresentadas ao final deste artigo, sempre em diálogo com os atributos da UNESCO, objeto de aferição do estudo.

O questionário disponibilizado *online*, atualmente na versão definitiva da pesquisa, conta com uma rede diversificada de relacionamento da autora como ponto de partida, mas adquire maior aleatoriedade, abrangência e quantidade de respondentes através da técnica de *bola de neve* na medida que um contato envia para outro, ampliando a rede inicial de contatos e o número de possíveis respondentes. Assim como no pré-teste, o tratamento final do material coletado será realizado através da abordagem metodológica da pesquisa qualitativa que se apresenta adequada para a investigação e apuração da percepção dos valores reconhecidos pelos respondentes para a paisagem da área de estudo.

Paisagem Cultural

A noção ocidental de paisagem está ligada à invenção da técnica da perspectiva. No Renascimento, a pintura traduziu a visão da natureza em obras de arte através dos princípios técnicos da perspectiva, determinando a representação da paisagem no quadro. Esse modo de representar a natureza extrapolou seu suporte, introduzindo novos modos de percepção, determinando a forma simbólica de paisagem como panorama (Cauquelin, 2007).

A noção de paisagem como um objeto estabelecida na modernidade, um elemento contemplativo, que se usa e explora, é defendido por Ábalos (2004). A paisagem é contemplada pelo sujeito, mas sem estabelecer uma relação de cumplicidade. Deve-se respeitar o meio ambiente e considerar o uso sustentável

dos recursos naturais acima da estética, pois a paisagem não é apenas um cenário para a arquitetura (Ábalos, 2004).

O Conselho da Europa⁴, reconhecendo que a paisagem é um importante elemento da qualidade de vida das populações, constitui um instrumento para promover a proteção, gestão e planejamento das paisagens europeias: a Convenção Europeia da Paisagem (Council of Europe, 2000). Define o conceito de paisagem como “uma parte do território, tal como apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e das inter-relações de fatores naturais e/ou humanos” (Council of Europe, 2000, artigo 1º).

A UNESCO que anteriormente apresentava categorias separadas para patrimônio natural e cultural na sua lista de patrimônio mundial, reconhece a necessidade de incluir uma categoria que contemple bens que se revestem dos dois aspectos em suas diretrizes. Incorpora a categoria da paisagem cultural na lista de patrimônio mundial visando sua proteção e gestão.

Paisagem Cultural como categoria na lista do Patrimônio Mundial

Antes da instituição da categoria de Paisagem Cultural, um bem era inserido na lista do patrimônio mundial como patrimônio natural, cultural ou bem misto. A categoria de bem misto foi instituída para acolher os bens que se inseriam em ambas as categorias, mas ainda sem considerar a relação entre elas. Com o debate em torno do desenvolvimento sustentável⁵, desencadeou-se uma preocupação em nível internacional sobre o meio ambiente e as ações do homem sobre ele, vislumbrando-se a categorização da paisagem cultural pela UNESCO (Ribeiro, 2007).

A Paisagem Cultural passa a ser oficialmente reconhecida como categoria específica do patrimônio cultural e protegida por instrumentos legais pela

4 O Conselho da Europa foi criado em 1949, se constituindo uma importante organização de defesa dos direitos humanos na Europa. É composto por 47 Estados-membros, sendo que 27 destes fazem parte da União Europeia. Todos seus integrantes assinam a Convenção Europeia dos Direitos do Homem visando a proteção dos direitos humanos e a democracia (<https://www.coe.int/pt/web/about-us>).

5 Entende-se como desenvolvimento sustentável aquele no qual o sistema de produção, consumo e descarte ocorre em sintonia com a capacidade do meio ambiente, possibilitando a renovação das matérias-primas e o descarte consciente para não comprometer o equilíbrio do ecossistema natural (Keene, 2001).

UNESCO a partir de 1992, quando a Convenção do Patrimônio Cultural⁶ adota diretrizes para sua inclusão na Lista de Patrimônio Mundial e define três categorias para as paisagens culturais. A primeira categoria, *paisagens intencionalmente concebidas e criadas pelo homem*, abrange aquelas concebidas com intuito estético e compostas por jardins e parques associados, ou não, a edifícios monumentais. Outra categoria, *paisagens que evoluem organicamente*, refere-se às que se caracterizam por refletir o processo de evolução em sua forma, resultado da interação do ambiente natural com a dinâmica existente no local, seja esta social, econômica, administrativa e/ou religiosa. Divide-se, ainda, em duas subcategorias: *paisagem relíquia* (ou *fóssil*) e *paisagem contínua*. As paisagens relíquias são aquelas que resultaram de um processo evolutivo no passado e que já tiveram fim, mas ainda é visível o processo em suas formas materiais. As paisagens contínuas são representadas por aquelas cuja vida contemporânea reproduz tradições e modos de vida e apresenta evidências materiais de suas manifestações. A terceira categoria, *paisagem cultural associativa*, se caracteriza pela relação do local natural com fenômenos religiosos, artísticos ou culturais, muito mais do que por suas evidências materiais (UNESCO, 2005a).

A UNESCO “estabelece como objeto para reconhecimento e proteção aquelas paisagens culturais detentoras de valores excepcionais” (Ribeiro, 2007, p. 49). A imagem pitoresca construída pela visão da perspectiva e a natureza, dois elementos fundamentais na estruturação da visão ocidental da paisagem, ainda hoje compõem os objetos de atenção no campo da preservação do patrimônio. Já o argumento da sustentabilidade foi absorvido nas questões do patrimônio apenas como um modo de recuperação ou manutenção da natureza para preservação da paisagem como cenário ideal (Figueiredo, 2013).

6 A UNESCO instaurou a Convenção do Patrimônio Cultural, em 1972, para incentivar a preservação de bens culturais significativos para a referência e identidade locais e, ao mesmo tempo, importantes para a humanidade (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>).

5.2. Paisagem Cultural como categoria no Brasil

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁷ chancela em 2009 a categoria de paisagem cultural, apoiando-se na necessidade de um instrumento legal para garantir o valor cultural da paisagem. A paisagem cultural brasileira contempla recortes do território brasileiro nos quais estão presentes relações singulares dos grupos sociais com a natureza, entende que a cultura é dinâmica e a paisagem convive com mudanças necessárias ao desenvolvimento socioeconômico sustentável. Com o objetivo de proteger o patrimônio, a chancela da paisagem cultural prevê a articulação entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil para sua gestão compartilhada (IPHAN, 2009).

A paisagem cultural é uma categoria que se manifesta na evolução do conceito de patrimônio apresentando especificidades que acarretam desafios para a sua gestão. Esta nova categoria contempla não apenas os monumentos e seus registros materiais, mas também seus aspectos intangíveis e subjetivos, assim como a dinâmica social do contexto no qual se insere, exigindo novos instrumentos para sua gestão e monitoramento. Figueiredo (2013) aponta que a gestão da paisagem cultural em ambientes de grande complexidade e dinamismo, como as áreas urbanizadas, deve ser imbuído da noção de sustentabilidade⁸, ou seja, não impedir as transformações necessárias ao desenvolvimento e orienta-las em prol da preservação do patrimônio.

7 Órgão federal responsável por proteger e promover os bens culturais no Brasil.

8 No entendimento de Throsby (2001), a sustentabilidade na conservação do meio ambiente construído, diante da ascensão de mercados globais e a imposição da economia nas decisões políticas, a conservação não pode mais se manter fechada em si mesma, necessitando dialogar com o mercado para resolver a questão do aumento dos seus custos e a escassez de recursos. Além de que a predominância da economia na definição das políticas não pode desconsiderar os valores sociais, culturais, ambientais e outros valores humanísticos nas decisões que afetam o futuro da humanidade. Deste contexto de extremos, surge o conceito de sustentabilidade para orientar tanto as decisões sobre a conservação do patrimônio, quanto a relação entre as estruturas do setor econômico, social, cultural e ambiental dentro de uma visão mais abrangente e integrada. A extensão do conceito de benefício econômico através da avaliação dos valores do patrimônio e seus benefícios para um público mais amplo, focando na mensuração daqueles intangíveis gerados pelo patrimônio construído para a população e usuários do local.

Paisagem Urbana Histórica

A definição de paisagem urbana histórica é apresentada em 2005 no Memorando de Viena, reforçando a ideia de *conjunto histórico* apresentada na Recomendação da UNESCO de 1976⁹. Além dos conjuntos de edificações, considera-se também todo o contexto natural e construído que os envolvem, as expressões sociais atuais e passadas que formam o caráter e a percepção destas áreas na definição do conjunto histórico (UNESCO, 2005b). Esta definição indica a relação entre a evolução social e as formas físicas, aponta uma visão positiva para a mudança e adaptação de valores e formas urbanas causadas pela dinâmica social e econômica, demonstra a necessidade de discutir e avaliar as metodologias de conservação e as ferramentas de gestão atuantes para mitigar as intervenções causadas pelas pressões do desenvolvimento (Bandarin & Oers, 2012). Segundo essa perspectiva, evidencia-se a importância das políticas de planejamento e gestão e a complexidade da conservação e gestão do patrimônio urbano. O conceito de complexidade das paisagens urbanas históricas é explicado por Zancheti e Carsalade:

Os centros históricos são áreas complexas de patrimônio urbano, caracterizadas por serem ativos que: apresentam muitas camadas de significado cultural, sobrepostas no espaço e no tempo; eles são compostos de subconjuntos de patrimônios que não necessariamente têm continuidade espacial, mas que mostram relações significativas entre eles; estão inseridos em um contexto urbano de desenvolvimento que os deixa propensos a pressão devido à mudança de uso e da configuração espacial; estão sujeitos à emergência e ação de vários atores interessados (*stakeholders*) que atuam de forma competitiva no uso e na apropriação dos valores econômicos gerados no centro histórico. (Zancheti & Carsalade, 2019, p.9).

O modelo tradicional de conservação, com a participação apenas dos especialistas da área do patrimônio, não é suficiente para enfrentar os desafios

9 A Recomendação de Nairóbi sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea, adotada em 1976 pela UNESCO, propõe a proteção de conjuntos históricos urbanos e o seu enquadramento, ressaltando a necessidade de sua adaptação à vida contemporânea, coordenando as políticas de proteção em todos os níveis e o planejamento urbano (UNESCO, 1976).

da preservação e da conservação de áreas urbanas com interesse cultural na contemporaneidade. A gestão e o desenvolvimento urbano devem ser considerados para a conservação da paisagem urbana histórica, através de ferramentas que incorporem as dinâmicas socioeconômicas e auxiliem na regulação do entorno do sítio histórico.

A gestão do patrimônio urbano

Para compreensão da evolução da gestão do patrimônio urbano diante dos desafios da contemporaneidade, recorre-se à análise de Castriota (2009), que apresenta teoricamente três momentos, relacionando-os com a mudança de postura dos instrumentos e estratégias em relação ao acautelamento do patrimônio. O autor designa cada um destes momentos com termos instituídos na área do patrimônio – preservação, conservação e reabilitação, e vincula cada um deles a um período específico do percurso das políticas de patrimônio, à concepção vigente de patrimônio, ao tipo de objeto patrimonial e aos diferentes atores e profissionais envolvidos.

O primeiro momento tem o foco na preservação. Até os anos 1960, as políticas de preservação se preocupavam com a proteção de edificações isoladas, na tentativa de limitar a mudança e manter o objeto na sua originalidade, exercendo uma tímida restrição de intervenção no entorno da edificação protegida. Os agentes envolvidos nas políticas de preservação eram compostos por historiadores e arquitetos, sediados no âmbito praticamente exclusivo do Estado. O tombamento era o instrumento legal para a proteção de bens excepcionais, elegendo os imóveis a serem preservados, respaldando juridicamente as ações de fiscalização e proteção das edificações tombadas e das áreas protegidas, controlando a inserção de novos edifícios e evitando demolições (Castriota, 2009).

O segundo momento é o da conservação. O conceito de patrimônio arquitetônico, a partir do final da Segunda Guerra, amplia a sua concepção de monumento histórico para conjuntos arquitetônicos, ocupando-se também de

seu entorno, ambiência e significado. Do mesmo modo, o conceito de patrimônio cultural abrange outros segmentos da cultura, além da erudita, a cultura de massa e as manifestações populares, o processo do fazer e o significado contido nestes elementos. O olhar para o patrimônio se desloca de uma visão limitadora e restritiva, da preservação, para uma visão mais flexível e ampliada, traduzida pela conservação, que admite algumas mudanças e adaptações para abrigar os novos usos. Este novo olhar sobre patrimônio se estabelece simultaneamente à ideia de patrimônio urbano (Castriota, 2009).

O terceiro momento da gestão do patrimônio ocorre quando emerge a dificuldade de conservação de grandes áreas urbanas. O poder público se depara com a questão econômica para viabilizar a preservação e a conservação dessas áreas. O foco das políticas de patrimônio não se situa mais apenas na preservação ou conservação das áreas de interesse cultural, mas na reabilitação dessas áreas para uma reinserção produtiva na economia e na dinâmica social. O Estado não mais se apresenta apenas como agente para impor restrições por meio de normas de comando e controle, mas como promotor e parceiro de projetos para as áreas a serem protegidas, articulando atores públicos, privados e a comunidade para participarem deste novo modelo de gestão. Instrumentos de planejamento urbano passam a ser articulados às políticas de conservação para atender às demandas da reabilitação e gestão das áreas urbanas preservadas, assim como novas conformações de parcerias público-privada e da relação entre Estado e sociedade civil passam a ser institucionalizadas (Castriota, 2009).

Os modelos de financiamento baseados apenas em recursos públicos não são mais suficientes, exigindo arranjos múltiplos e inovadores para a sustentabilidade da gestão urbana. Porém, a sustentabilidade de sítios urbanos não pode ser baseada apenas no conceito do benefício financeiro. Deve também considerar seus valores sociais, culturais e ambientais. Avaliar os benefícios intangíveis oriundos do patrimônio construído para abranger os valores considerados pela população e pelos usuários locais, contribuindo para a preservação de sua identidade e de sua referência cultural (Throsby, 2001). A conservação e a renovação de áreas urbanas, utilizando infraestruturas existentes e a

manutenção de componentes históricos possibilitam a manutenção de seus elementos culturais (Keene, 2001).

Neste sentido, a abordagem HUL é um novo instrumento que propõe a inserção de novas práticas e ferramentas para a gestão urbana, objetivando integrar a conservação ao desenvolvimento, considerando as diversas tradições e diferentes identidades culturais, reconhecendo e incorporando mudanças no ambiente construído e natural e, ao mesmo tempo, preservando valores através de processos sustentáveis (Bandarin & Oers, 2012).

A Abordagem Hul

A Recomendação da Paisagem Urbana História, estabelecida pela UNESCO em 2011, amplia a abrangência do contexto da área protegida e propõe diretrizes para salvaguarda de centros urbanos históricos a fim de melhor integrar as estratégias de conservação do patrimônio urbano dentro dos objetivos do desenvolvimento sustentável, apoiando as ações públicas e privadas para preservação e melhoria da qualidade do ambiente humano. Todas as três instâncias governamentais, local, estadual e federal, podem colaborar na definição, elaboração, implementação e avaliação das políticas de conservação do patrimônio urbano, baseadas na abordagem participativa de todas as partes interessadas e coordenadas pelas perspectivas institucionais e setoriais (UNESCO, 2011). Reconhecer os processos sociais, culturais e econômicos, implantar políticas públicas que valorizem as dinâmicas existentes adaptando-as ao novo contexto, integrar instrumentos de planejamento voltados a contextos urbanos mais amplos às ações de conservação e gerenciamento das áreas históricas, incluindo os diversos grupos de interesse nos processos de tomada de decisão. É neste viés de gerenciamento e monitoramento de áreas urbanas históricas que a UNESCO propõe a implementação da abordagem HUL como uma ferramenta para definição de estratégias de gestão do patrimônio cultural (UNESCO, 2019).

A Recomendação propõe instrumentos para auxiliar a implementação da abordagem HUL, sistematizados em quatro categorias que devem ser aplicadas

simultaneamente, serem adaptadas ao contexto local e envolver as diversas partes interessadas. Os instrumentos de engajamento da comunidade devem incentivar a participação dos vários grupos de interesse na área e instruí-los para identificação dos valores-chaves em suas áreas urbanas e promover o desenvolvimento sustentável, através de metas e ações para preservação de seu patrimônio. Os instrumentos de conhecimento e planejamento visam proteger a integridade e a autenticidade dos atributos do patrimônio urbano. Necessitam propiciar o reconhecimento da significância e diversidade cultural, monitorar e gerenciar a mudança para garantir a qualidade de vida e do espaço urbano, documentar e mapear as características culturais e naturais. Os instrumentos reguladores podem englobar portarias especiais, atos ou decretos para gerenciar os elementos tangíveis e intangíveis do patrimônio urbano, incluindo seus valores sociais e ambientais.

Os instrumentos financeiros devem promover a melhoria das áreas urbanas, preservando seus valores patrimoniais, capacitando e apoiando um desenvolvimento inovador de geração de renda baseado na tradição (UNESCO, 2011, 2016b).

A abordagem HUL demonstra que a gestão da conservação enfrenta a complexidade dos problemas das cidades contemporâneas e sua sustentabilidade depende da manutenção do significado cultural das áreas urbanas. O significado cultural é conformado de acordo com o meio social e está aberto a novas interpretações dos significados dos atributos, fruto de um processo social de indivíduos ou grupos sociais, que atuam no território conforme seus interesses, sejam eles convergentes ou divergentes. A abordagem aconselha revisitar o significado cultural das áreas urbanas, para acrescentar novos elementos significativos ou mesmo abandonar outros, devendo ser atualizado de acordo com as mudanças físicas e funcionais dessas áreas causados pela apropriação social das áreas urbanas (Zancheti & Loretto, 2015).

A Paisagem Cultural do Conjunto Moderno da Pampulha

Devido às suas qualidades como marco fundador da arquitetura moderna no Brasil, sua repercussão internacional e como resultado da união de esforços federais, estaduais e municipais que viabilizaram a sua candidatura, o Conjunto Moderno da Pampulha candidata-se ao título de Patrimônio Mundial pelos atributos do seu conjunto arquitetônico e recebe da UNESCO, em 2016, o título de paisagem cultural. A titulação de paisagem cultural demanda uma gestão mais complexa e desafiadora do Conjunto, abrangendo não apenas os monumentos e o seu contexto, mas também a proteção e a conservação do entorno e das dinâmicas socioeconômicas. Assim, a partir da titulação, o complexo está submetido a um Plano de Gestão e Monitoramento que visa garantir a integração das ações das esferas públicas responsáveis por sua gestão e a conciliação das atividades econômicas, turísticas e culturais da região, que são reproduzidas como metas no planejamento municipal. Garantir a boa articulação entre ações setoriais em níveis diferentes de governo passou a ser uma questão prioritária como estratégia fundamental para a manutenção deste título.

O reconhecimento do valor universal excepcional (VUE) do Conjunto pelo Comitê do Patrimônio Mundial se baseia em critérios presentes não apenas nas suas características arquitetônicas e paisagísticas, mas também nos seus valores subjetivos, intangíveis, devido ao título de paisagem cultural. Salienta-se o caráter de mutabilidade da paisagem cultural, na qual se deve considerar e incentivar o envolvimento das diversas partes interessadas no reconhecimento e validação dos valores e atributos da área urbana protegida. O grande desafio enfrentado pelos órgãos de gestão e monitoramento é preservar o VUE, seus elementos significativos e seus atributos e, ao mesmo tempo, conciliar sua conservação diante das ameaças e impactos ambientais, da pressão da dinâmica imobiliária metropolitana e dos desafios de desenvolvimento socioeconômico da região (Quadro 1).

Quadro 1 - VUE do Conjunto Moderno da Pampulha –
critérios de fundamentação, elementos e atributos.¹⁰

**CRITÉRIOS DA UNESCO QUE FUNDAMENTAM O VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL
(VUE) DO CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA**

- (i) representar uma obra-prima do gênio criativo humano
- (ii) exibir um evidente intercâmbio de valores humanos, ao longo do tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, que teve impacto sobre o desenvolvimento da arquitetura e da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou do paisagismo
- (iv) ser um exemplar excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (um) estágio(s) significativo(s) da história humana

**ELEMENTOS E ATRIBUTOS QUE TRANSMITEM O VALOR UNIVERSAL
EXCEPCIONAL (VUE) DO CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA**

ELEMENTOS	ATRIBUTOS
Relação do conjunto com a paisagem	Espelho d'água
Relação entre os componentes do conjunto	Orla da Lagoa
Componentes - mesma linguagem arquitetônica	Entorno da Lagoa
Componentes - usos ligados ao lazer	Mirantes
Obra coletiva – contribuição de vários artistas	Igreja de São Francisco de Assis
Inovação na arquitetura	Museu de Arte da Pampulha (Cassino)
Inovação no paisagismo	Iate Tênis Clube
Inovação no urbanismo	Casa do Baile

10 Este quadro integra o artigo “O reconhecimento dos valores patrimoniais pela comunidade e o Conjunto Moderno da Pampulha” publicado na Revista **ARQUITECTURAS DEL SUR**, v. 40, n. 61, p. 08-23, 2022. DOI: 10.22320/07196466.2022.40.061.01.

Disponível em: <http://revistas.ubiobio.cl/index.php/AS/article/view/4920>.
Acesso em: 2 fev. 2022.

Inovação tecnológica para o uso do concreto	Jardins dos monumentos
Integração da arquitetura com o paisagismo	Paisagem circundante
Integração de diferentes linguagens artísticas	Paisagem vergel e horizontalizada

Fonte: Elaborado pela autora com base em IPHAN (2017) e PRÁXIS (2019), 2021.

As variáveis relacionadas ao VUE do Conjunto devem ser aferidas periodicamente por meio do reconhecimento público do Conjunto, como recomendado pelo Plano de Gestão e Monitoramento incluindo as condições de fruição dos seus elementos, o espelho d'água, o conjunto de monumentos e as condições ambientais do trecho da orla da lagoa que conecta os monumentos, o estado de conservação do conjunto e o controle das ameaças ao contexto paisagístico no entorno e na zona de amortecimento (IPHAN, 2017).

A fim de contribuir para a gestão e monitoramento do Conjunto Moderno da Pampulha, a pesquisa propõe verificar, junto a diferentes grupos de interesse, o compartilhamento desses valores. A pesquisa realizou a coleta de dados primários através de questionário *online* de acesso franqueado ao público em geral. Para formatação do questionário foram realizadas etapas de pré-teste com especialistas e não especialistas, relatadas a seguir.

Resultados Preliminares

Foi com base nos resultados preliminares obtidos no pré-teste que o questionário foi aperfeiçoado e as primeiras categorias de análise definidas. Observou-se que algumas perguntas utilizadas na versão original do questionário eram muito genéricas e não contribuíam efetivamente para os objetivos da pesquisa, portanto retiradas da versão final do questionário que foi colocado no ar em 21 de março de 2021 permanecendo *online* por 30 dias.

A versão final do questionário se estrutura em quatro partes. A primeira destina-se a caracterizar o perfil do entrevistado (idade, sexo, raça, nível de

escolaridade, renda, profissão, local de moradia); a segunda parte verifica o relacionamento do entrevistado com a Pampulha (periodicidade de frequência, atividades propiciadas pelo local que o atrai, atributos e elementos da paisagem que valoriza); a terceira parte investiga a percepção do Conjunto Moderno da Pampulha pelo entrevistado (quais elementos o compõem, avaliação da conservação e do uso dos monumentos, entre outros elementos e atributos do Conjunto). Finalmente, a quarta parte averigua o conhecimento do entrevistado sobre o título de patrimônio mundial e sobre a razão de sua atribuição.

As principais contribuições do pré-teste para o aperfeiçoamento do questionário foram a redução do número de questões, a simplificação da linguagem, a ampliação do número de questões abertas com exploração dos motivos e justificativas das respostas e a utilização de imagens como estratégia para estimular a percepção dos entrevistados para os elementos significantes e os atributos da paisagem que traduzem o VUE do Conjunto (Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Orla da lagoa da Pampulha.



Fonte: Acervo dos autores, 2019.

Figura 4 – Fachada posterior da Igreja São Francisco de Assis – painel em azulejos de Cândido Portinari.



Fonte: Acervo dos autores, 2019.

As categorias definidas inicialmente para a análise temática das respostas emergiram da análise de conteúdo das respostas contidas nos questionários utilizados no pré-teste. Estas categorias procuraram contemplar o VUE reconhecido para a paisagem cultural do Conjunto Moderno da Pampulha traduzido em seus elementos e atributos - arquitetura, paisagem, obra-prima, modernidade/ inovação, identidade, monumentos, lagoa, parque urbano. A partir destas categorias foi possível revisitar o conjunto de respostas dos questionários aplicados no pré-teste, aferindo sua aplicabilidade para a classificação e posterior análise dos resultados.

Uma das perguntas apresenta, por exemplo, um mosaico com fotos dos quatro monumentos que compõem o Conjunto Moderno da Pampulha e o seguinte enunciado “*O que chama sua atenção nas fotos abaixo?*”, dentre as

respostas observadas nos três grupos, a maioria se relaciona à categoria *arquitetura* ou *obra-prima*, aqui expresso frequentemente pelo termo “beleza”. A maioria das respostas para a pergunta “*O que é a Pampulha para você?*” se encaixam nas categorias *obra-prima*, *parque urbano* e *identidade*, essa última em referência à paisagem diferenciada do Conjunto no contexto da cidade. Quando se questiona “*O que você mais gosta na Pampulha?*”, as respostas, em grande parte, se encaixam nas categorias *paisagem* e *lagoa*. Quando se questiona “*O que você menos gosta na Pampulha?*”, a poluição da água da lagoa é o mais lembrado pelos respondentes. As perguntas citadas acima foram elaboradas na modalidade pergunta aberta, não condicionando a resposta. A pergunta do tipo múltipla escolha, “*O que lhe chama mais atenção na Pampulha?*”, apresenta sete elementos da paisagem da Pampulha e o respondente deve escolher apenas uma opção. Em um universo de sessenta e seis respostas, a opção “*os monumentos no entorno da lagoa*” corresponde à maior frequência das respostas (42,5%). Em seguida vem a opção “*a orla da lagoa*” com 21% das respostas, “*a visão da água da lagoa*” com 17%, “*o espaço aberto*” com 12%, “*os jardins das casas*” com 3% e “*as árvores*” com 1,5%. A opção “*as casas*” não obteve nenhuma resposta. Já a opção “*outro*” apresentou duas respostas: “*todo o conjunto composto dos elementos descritos acima*” e “*o quanto a região é mais uma “ilha” na desigual configuração do espaço de BH*”, reforçando o caráter de paisagem diferenciada no contexto da cidade.

O questionário utilizado nos pré-testes se mostrou eficiente quanto ferramenta experimental para a análise dos elementos valorados pelos diversos respondentes e para seu aprimoramento.

Considerações Finais

Este artigo discutiu a fase exploratória da pesquisa que busca aferir a percepção, por parte da comunidade, do Valor Universal Excepcional e atributos do Conjunto Moderno da Pampulha, patrimônio mundial reconhecido pela UNESCO. Foca na etapa de revisão bibliográfica sobre a abordagem da

Paisagem Urbana Histórica, nos documentos que embasaram sua candidatura e nos resultados do pré-teste do questionário para o aperfeiçoamento do instrumento de pesquisa e construção de categorias de análise a serem utilizadas no tratamento das respostas. Os três grupos de respondentes que participaram do pré-teste contemplaram diferentes níveis de escolaridade e profissões, moradores de várias regiões da cidade e da região metropolitana, apresentando uma amostragem dos diversos grupos de interesse na área de estudo. A arquitetura, sua beleza, o paisagismo, a lagoa, a harmonia entre arquitetura e o contexto, a possibilidade da prática de esportes e o lazer são os elementos citados e valorizados pelos respondentes do questionário. Diante da análise das respostas apresentadas pelos diversos respondentes, podemos verificar que, mais do que Valores Universais Excepcionais, são os elementos e os atributos presentes na paisagem do Conjunto Moderno da Pampulha que contribuem para a materialização de tais valores como paisagem cultural e que se anunciam como aspectos reconhecidos e valorizados pelos diversos grupos de interesse na área. Entretanto, a conclusão da etapa do trabalho de campo apresentará dados mais consistentes para análise e conclusão. Acredita-se que o método para exploração e análise do reconhecimento dos valores pelos diversos grupos de interesse utilizado nesta pesquisa poderá ser aplicado a outros conjuntos urbanos de interesse cultural.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

ÁBALOS, Iñaki. O que é a paisagem? **Arquitextos**, ano 05, maio/2004. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.049/572/pt>. Acesso em: 31 mar. 2021.

BANDARIN, F.; OERS, R. v. **The historic urban landscape: managing heritage in an urban century**. UK: Wiley Blackwell, 2012.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CAUQUELIN, A. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins, 2007.

COUNCIL OF EUROPE. **European Landscape Convention: ETS 176**. Florence: Council of Europe, 2000. Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list>. Acesso em: 02 out. 2020.

FIGUEIREDO, V. G. B. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], n. 32, p. 83-118, 2013. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i32p83-118. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/88124>. Acesso em: 2 abr. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria n. 127 de 30 de abril 2009**. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Brasília: IPHAN, 2009. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-127-2009_214271.html. Acesso em: 31 jul. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê de Candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO**. Brasília: IPHAN, 2017.

KEENE, J. The links between historic preservation and sustainability: an urbanist's perspective. In: TEUTONICO, J. M; MATERO, F. (org.). **Managing change: sustainable approaches to the conservation of the built environment**. Los Angeles: GCI, 2001. p. 11-19. Disponível em: https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/managing_change_vl_opt.pdf. Acesso em: 26 nov. 2020.

MINAYO, M.C.S. O desafio da pesquisa social. In: GOMES, R.; DESLANDES, S.F.; MINAYO, M.C.S. (org.). **In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016.

PRÁXIS PROJETOS E CONSULTORIA LTDA. **Proteção, gestão e monitoramento do bem:** atualização das seções 5 e 6 do dossiê de candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha. Belo Horizonte: Práxis Projetos e Consultoria Ltda, 2019.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf. Acesso em: 29 set. 2020.

THROSBY, D. Sustainability in the conservation of the built environment: an economist's perspective. *In*: TEUTONICO, J. M; MATERO, F. (org.). **Managing change: sustainable approaches to the conservation of the built environment.** Los Angeles: GCI, 2001. p. 3-10. Disponível em: https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/managing_change_vl_opt.pdf. Acesso em: 26 nov. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea.** Nairóbi: UNESCO, 1976. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntos-historicos1976.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention.** Paris: UNESCO, 2005a. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide05-en.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Vienna memorandum on world heritage and contemporary architecture: managing the historic urban landscape.** Paris: UNESCO, 2005b. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-15ga-inf7e.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Recommendation on the historic urban landscape.** Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: <https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-638-98.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Nominations to the World Heritage List**. Paris: UNESCO, 2016a. p. 38-41. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/2016/whc16-40com-8B-en.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **The HUL guidebook: managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments: a practical guide to UNESCO's Recommendation on the Historic Urban Landscape**. [Paris]: [UNESCO], 2016b. Disponível em: <https://gohulsite.files.wordpress.com/2016/10/wirey5prpznidqx.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **The UNESCO recommendation on the historic urban landscape: report of the second consultation on its implementation by member states**. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/activities/638>. Acesso em: 20 maio 2020.

ZANCHETI, S. M.; LORETTO, R. P. Dynamic integrity: a concept to historic urban landscape. **Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 82-94, maio 2015. Disponível em: <https://www.emerald.ez27.periodicos.capes.gov.br/insight/content/doi/10.1108/JCHMSD-03-2014-0009/full/html>. Acesso em: 26 out. 2020.

ZANCHETI, S. M.; CARSLADE, F. L. **Conjunto Moderno da Pampulha: patrimônio, gestão turística e desenvolvimento social**. Relatório final da jornada especial de trabalho. [Belo Horizonte]: [ICOMOS], 2019.

A (RE)INVENÇÃO DA PAMPULHA: A TRADIÇÃO INVENTADA DO CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA A PARTIR DE SUA CONSTRUÇÃO, PATRIMONIALIZAÇÃO E INSCRIÇÃO COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE

Yacy-Ara Froner

Diogo Braga

Isabela Stiegert

A arquitetura nacional como instrumento ideológico do Estado Novo (1937-1945)

Projetos de reurbanização voltados à modernização das cidades alteraram distintas paisagens na entrada do século XX. Notadamente, muitos destes projetos de remodelação urbana de grandes centros, principalmente nas capitais, eclodiram em contextos políticos complexos, como o Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas (1882-1954); o fascismo na Itália de Mussolini (1883-1945); o nazismo na Alemanha de Hitler (1889-1945); a ditadura espanhola de Franco (1892-1975) e a portuguesa de Salazar (1889-1970).

Em 1931, devido ao novo traçado urbano de Roma projetado pelo governo fascista, a Accademia di San Luca foi expropriada de uma parte de sua sede, correspondente ao edifício localizado na Via del Foro della Pace. Como resultado desta privação, a instituição viu-se já não tendo as instalações necessárias para a realização das atividades e para a conservação das coleções de escultura e pintura. [...] Após um amplo debate, os acadêmicos decidiram demolir o antigo local e projetar um novo que

deixasse livre o espaço desapropriado pelo Estado, mas que fosse suficientemente grande para permitir a reorganização das atividades e acervos da instituição. O arquiteto responsável pela execução do projeto foi Arnaldo Foschini, que o desenvolveu em pouco tempo com a colaboração de Tullio Passarelli e Gustavo Giovannoni¹. (VENTRA, 2014, p. 23)

A concentração de poder político e econômico remodelaram as cidades tanto a partir de programas imagéticos ideológicos que construíam as narrativas voltadas ao nacionalismo e à racionalidade do planejamento da malha urbana quanto por meio da capacidade de esses Estados imporem seus projetos sem contestação das práticas de apropriação, desapropriação, destruição e afastamento de populações indesejadas, sob o poder dos próprios princípios de violência que inviabilizam o questionamento em regimes de exceção.

No Brasil, a arquitetura modernista, de influência *corbusierniana* e norte-americana², ganhou espaço sob o Estado Novo e, no Rio de Janeiro, a Avenida Central, conformada por prédios de influência francesa também instalados a partir de um programa higienista para a cidade sob a gestão de Pereira Passos (1836-1913) – como o Hotel Avenida e o Palácio Monroe, primeiro projeto brasileiro a ganhar um prêmio internacional de arquitetura –, foi remodelada a partir do apagamento dos exemplares da arquitetura eclética. “Memória da Destruição: Rio, uma história que se perdeu (1889-1965)”, exposição realizada pela Secretaria Municipal das Culturas com apoio do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) em 2002, procurou expor a narrativa das transformações da capital carioca por meio das grandes intervenções urbanísticas. No catálogo da exposição, politicamente encontra-se descrito:

1 Nel corso del 1931, a causa del nuovo assetto urbanistico di Roma progettato dal governo fascista, l'Accademia di San Luca venne espropriata di una parte della propria sede, corrispondente allo stabile sito in Via del Foro della Pace. A seguito di tale privazione, l'istituzione si trovò a non avere più a disposizione i locali necessari allo svolgimento delle attività e alla conservazione delle collezioni di scultura e pittura. Dopo un ampio dibattito, gli accademici decisero di demolire l'antica sede e di progettare una nuova, che avrebbe lasciato libero lo spazio espropriato dallo Stato, ma che sarebbe stata sufficientemente capiente da permettere di riorganizzare le attività e le collezioni dell'istituzione. L'architetto incaricato di realizzare il progetto fu Arnaldo Foschini che, effettivamente, lo elaborò in breve tempo con la collaborazione di Tullio Passarelli e di Gustavo Giovannoni. (No idioma original)

2 A tese de Débora Hormain, “O relacionamento Brasil-EUA e a arquitetura moderna: experiências compartilhadas (1939-1958)” (2012), dimensiona as relações de troca, a partir da influência de Le Corbusier (1887-1965) e Frank Lloyd Wright (1867-1959), e revisita a literatura que determinou a “invenção de um modernismo brasileiro”, principalmente por meio da exposição de da publicação “Brazil Build”, realizada no MoMA, em NY, em 1944.

Sem estabelecer juízo de valor com relação à necessidade ou não dessa ou daquela reforma, procura traçar, em um amplo painel – que enforca as obras de Pereira Passos, o desmonte do Morro do Castelo, a abertura da Presidente Vargas, a redução do espelho d’água da Lagoa Rodrigo de Freitas e as ruas outrora bucólicas dos bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon –, a trajetória da construção/desconstrução da paisagem natural e edificada de nossa cidade. (AGCRJ, 2002, p. 2)

Mais do que uma reunião iconográfica sobre a mudança da paisagem, “Memória da Destruição” é o testemunho da capacidade de o poder político e econômico das elites alterar a paisagem da cidade e, desse modo, modificar as formas de viver e os vínculos das comunidades, em nome de um gosto estético, do estabelecimento de marcos identitários, projetos higienistas, programas econômicos ou estratégias de controle.

Sob o regime do Estado Novo, emerge o modelo de patrimonialização e de proteção de bens culturais no Brasil. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), fundado em 1937, sob direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) estabeleceu um modelo elitista de definição dos bens merecedores de proteção, alterando as premissas do projeto de Mário de Andrade (1893-1945) apresentado ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema (1900-1985) em 24 de março de 1935, cuja definição se estabelecia de uma forma mais inclusiva e expandida, em oposição ao projeto instalado:

Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil. (ANDRADE, 2002, p. 271)

A liderança do arquiteto e urbanista Lúcio Costa (1902-1998) como diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos determinou o modelo de tombamento adotado, principalmente a partir de sua postura a favor de uma “ruptura com uma indesejável tradição anterior, que consideravam amadora no trato de temas relativos ao passado tradicional brasileiro” (RUBINO, 2002, p.08).

Pela atuação de Lúcio Costa – que havia realizado uma viagem de prospecção da cultura arquitetônica brasileira nas cidades históricas de Minas Gerais em 1924, sob comissão da Sociedade Brasileira de Belas Artes, (COSTA, 1955) –, a arquitetura barroca mineira foi alçada a representante da cultura “genuína” do país, determinando que todas as formas de acautelamento deveriam ser direcionadas à sua preservação, fato evidenciado com a declaração da cidade de Ouro Preto como monumento nacional em 1933 e seu tombamento em 1938, em detrimento da arquitetura eclética e neocolonial. A “Exposição Nacional do Estado Novo” de 1938, sob os auspícios de Capanema e Lúcio Costa, introduziu a arquitetura moderna nessa lógica narrativa de constituição de uma cultura imagética nacional, fazendo que, de uma ponta a outra, o Barroco e o Moderno, compreendidos sob o patrocínio do Estado, cumprissem um papel intelectual e ideológico: preservação do passado e projetos construtivos no presente comporiam as relações de uma propaganda política que refletiria a renovação e o desenvolvimento como a face desse novo Estado.

Contudo, enquanto edifícios antigos sucumbiam diante da abertura de grandes avenidas na capital brasileira, o Rio de Janeiro, a capital mineira encontrou outros caminhos para construir sua identidade moderna ao criar um programa de urbanização periférico direcionado ao vetor Norte e ao implantar um projeto monumental de alteração da paisagem com a instalação do Conjunto Moderno da Pampulha às margens da lagoa artificial, resultante do represamento do Ribeirão Pampulha que cortava a região. O represamento, iniciado em 1936 por Otacílio Negrão de Lima (1887-1960), foi finalizado por JK em 1943; enquanto a preocupação do antecessor era o abastecimento de uma cidade que crescia rapidamente, o programa idealizado por JK expandiu as relações de ocupação da área com a idealização do que viria a ser o Conjunto Moderno da Pampulha.



Figura 1 - Vista aérea da Pampulha, 1948. Fonte. APCBH, Coleção José Goes

A invenção da Pampulha: valoração nacional do Conjunto Moderno

Minas Gerais desempenhou um protagonismo no campo político da década de 1930 ao responder às questões fundamentais que orientavam o programa do Estado Novo: o elogio ao nacionalismo triunfante a partir da invenção de uma identidade calcada na memória de uma identidade barroca exposta no passado colonial das cidades mineiras alavancadas pela economia do século XVIII e, da mesma forma, por meio da consagração do discurso desenvolvimentista da modernidade com a implantação do distrito industrial de Contagem, em 1941, e da empresa estatal Vale do Rio Doce por meio do Decreto-Lei nº 4.352, em 1º de junho de 1942.

O Estado mineiro, que apoiou em conjunto com Paraíba e Rio Grande do Sul o Golpe de 1930 – quando Getúlio Vargas, derrotado nas eleições presidenciais de 1930 por Júlio Prestes (1882-1946), depôs o presidente Washington Luís (1869-1957) e invalidou as eleições –, tornou-se estratégico nessa nova conformação política, o que determinou uma maior atenção e investimento do Governo Federal, convertendo Minas em símbolo da modernidade anunciada que justificava o novo regime. Assim, a passagem de uma cultura fundamentada em bases rurais para um sistema industrial permitiu que o Estado se tornasse a terceira economia da federação no início do século XX, atrás dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, reforçando sua projeção política. À frente da prefeitura de Belo Horizonte entre 1940 e 1946, Juscelino Kubitschek (JK-1902-1976), nomeado pelo governador Benedito Valadares (1892-1973) – interventor federal imposto por Getúlio Vargas –, promoveu a industrialização da capital ao criar na região metropolitana, em 1941, o primeiro distrito industrial planejado do país, desviando as linhas férreas para atender às novas empresas instaladas em Contagem.

Nesse contexto, a capital mineira, com recursos e apoio governamental, teve suas feições alteradas por meio de uma narrativa imagética de modernidade projetada pela reurbanização. O programa que idealizou o Conjunto Moderno da Pampulha foi pensado a partir dessa narrativa e, sob o ponto de vista urbano, também foi equacionado para desempenhar a função de vetor de crescimento: enquanto o setor industrial de Contagem impulsionava a região Oeste, Pampulha alavancaria a região Norte. Além de compor o projeto de expansão da capital, a proposta – idealizada pelo arquiteto e urbanista Oscar Niemeyer (1907-2012) a convite de JK – se constituiria como marco de uma nacionalidade moderna urbana, que deixava de ser provinciana (IEPHA, 2014).

Em 1943, mesmo ano da inauguração oficial do Conjunto Moderno da Pampulha, a exposição *Brazil Builds*, realizada no Museu de Arte Moderna de Nova York, deu grande visibilidade à arquitetura moderna brasileira e consolidou Oscar Niemeyer mundialmente como o grande expoente desse movimento. O ponto de vista estrangeiro veiculado em

publicações internacionais do período ressaltou que o Brasil “ousou desviar-se do caminho fácil e seguro” que estava sendo seguido pela arquitetura moderna internacional (GOODWIN, 1943:90), desenvolvendo um caminho próprio, icônico para o mundo. (FMC, 2016, p. 149)

Apesar do vínculo político e ideológico com o regime de exceção instalado, o projeto se propunha à criação de um centro de sociabilidade e cultura ao redor da recém-construída represa da Pampulha para que a população Belo Horizontina pudesse usufruir e, principalmente, identificar-se e ser identificada como moderna. A partir dessa lógica, Oscar Niemeyer projetou cinco edificações ao redor represa da Pampulha: um clube, um cassino, um salão de festas, uma igreja, um hotel (não construído) e uma casa de fim de semana para o prefeito. A solução projetual de todas estas edificações levou em consideração diretrizes da arquitetura moderna americana e europeia vigentes, mas, no espírito do *Manifesto Antropofágico*³ de Oswald de Andrade (1890-1954), dialogava com referenciais do barroco mineiro, considerado tipicamente brasileiro e, também, procurava se adaptar às condições climáticas e topográficas locais.

Assim, o Conjunto Moderno da Pampulha, concluído em 1943, sob a perspectiva de uma narrativa da modernidade nacional, foi constituído como valor estético de identidade e como um monumento de funcionalidade subvertida, a partir do apelo de uma memória voltada ao futuro promissor de uma coletividade. Projetado para a população local, novos valores incidiam sobre o culto moderno desse patrimônio, principalmente a partir de seu vínculo ideológico com o discurso desenvolvimentista do Estado: o valor de racionalidade na ocupação do espaço urbano, através do estabelecimento de um vetor de expansão periférico na cidade de Belo Horizonte; o valor de modernidade, ao optar por uma estética contemporânea, em oposição à tradição arquitetônica anterior representada, principalmente, pela expressão eclética das construções da capital mineira; o valor de internacionalidade, ao dialogar com um princípio de recondução estética, material e projetual para as cidades estabelecida

3 Publicado em 1928 na Revista de Antropofagia, e inspirado na pintura “Abaporu”, de Tarsila do Amaral, o *Manifesto* reivindicava uma produção artística autenticamente nacional. “Tupi or not Tupi: eis a questão” tornou-se a frase icônica que sintetizava a busca dessa brasilidade.

pela “Carta de Atenas” de 1933, promovida pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), antagonista à “Carta de Atenas” de 1931, gerenciada pelo Escritório Internacional de Museus (EIM) do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) da Liga das Nações; e o valor de uso coletivo, também no espírito da “Carta” do CIAM (1933, p. 8):

É urgente e necessário modificar certos usos. É preciso tornar acessível para todos, por meio de uma legislação implacável, uma certa qualidade de bem-estar, independente de qualquer questão de dinheiro. É preciso impedir, para sempre, por uma rigorosa regulamentação urbana, que famílias inteiras sejam privadas de luz, de ar e de espaço.

Neste sentido, o Conjunto Moderno da Pampulha parece seguir as diretrizes do CIAM e cumprir o papel do urbanismo vinculado à administração pública das cidades: o projeto se estabelece para além de um princípio construtivo urbanista, mas reorienta a ordem econômica, social e política da cidade; assimila a natureza geográfica e topográfica do local, incorporando a água, a montanha e o clima no desenho; compreende as novas condições de mobilidade a partir da mecanização progressiva dos meios de transporte e, desse modo, a demanda de vias rápidas que assimilassem a demanda de reordenamento do tempo e do espaço na malha urbana – “a uma medida milenar, que se poderia crer imutável, a velocidade do passo humano, somou-se uma medida em plena evolução, a velocidade dos veículos mecânicos” (CIAM, 1933, p.1); novas formas de ocupação habitacional, promovidas pelo deslocamento dos centros à periferia; o uso de “modernos recursos técnicos” nas construções; o emprego qualitativo coletivo de “superfícies livres” e “superfícies verdes”.

A cidade, definida desde então como uma unidade funcional, deverá crescer harmoniosamente em cada uma de suas partes, dispondo de espaços e ligações onde poderão se inscrever equilibradamente as etapas de seu desenvolvimento. A cidade adquirirá o caráter de uma empresa estudada de antemão e submetida ao rigor de um planejamento geral. Sábias previsões terão esboçado seu futuro, descrito seu caráter, previsto a amplitude de seus desenvolvimentos e limitado, previamente, seu

excesso. Subordinada às necessidades da região, destinada a enquadrar as quatro funções-chaves, a cidade não será mais o resultado desordenado de iniciativas acidentais. Seu desenvolvimento, ao invés de produzir uma catástrofe, será um coroamento. E o crescimento das cifras de sua população não conduzirá mais a essa confusão desumana que é um dos flagelos das grandes cidades. (CIAM, 1933, p. 32)

Assim, tanto em sua expressão formal quanto no modo de construção, o programa estabelecido para a construção do Conjunto Moderno da Pampulha gerou grande repercussão nacional e internacional, principalmente em revistas e artigos especializados em arquitetura e urbanismo. Na invenção do “moderno brasileiro”, são destacadas reiteradamente as características únicas desse movimento: o concreto em formas curvas, o uso de azulejos e brise-soleil, a integração do paisagismo e a incorporação de objetos artísticos ao espaço arquitetônico (CAPPELLO, 2005).

A exposição *Brazil Builds*, realizada no Museu de Arte Moderna de Nova York no mesmo ano de inauguração do Conjunto e o impacto de um desenho arrojado do espaço em um contexto fora do eixo europeu ou norte-americano alçou, internacionalmente, a arquitetura do país, principalmente pela visibilidade das publicações especializadas sobre a área (HORMAIN, 2012). A valoração internacional pela mídia especializada em arquitetura e urbanismo talvez tenha sido o principal motivador da patrimonialização por inscrição em livro de tombo da Igreja de São Francisco de Assis em 1947 – Livro do Tombo das Belas Artes, processo 0373-T-47, inscrição 312, vol.1, fl. 065, 01/12/1947 (IPHAN, 2013, p.48) – primeiro monumento moderno a receber o tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O tombamento célere da Igreja de São Francisco de Assis, poucos anos depois de sua inauguração, testemunha a projeção que o movimento modernista brasileiro adquiriu como representante de uma cultura nacional.



Figura 2 – Igreja São Francisco de Assis, Conjunto Moderno da Pampulha-Belo Horizonte-MG.
Crédito: André Borges Lopes

Desse modo, a proteção institucional pode ser entendida a partir de uma dupla polaridade contrastante: os moldes da “Carta de Atenas” de 1931, que ambicionam congelar no tempo o aspecto estético-material que concede a excepcionalidade artística a um objeto singular e, simultaneamente, o espírito da “Carta” do CIAM, de 1933, posto que legitima um projeto que aspira o futuro da modernidade urbana para o século XX. Em 1984, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) ampliou a relação protetiva do lugar ao propor um tombamento, aprovado pelo Decreto nº. 23.646 de 26/06/1984, que incorporava todo o conjunto arquitetônico e paisagístico, reconhecendo o valor de sua excepcionalidade, nos moldes da “Carta de Veneza” (1964). Posteriormente, o IPHAN corrobora o tombamento proposto pelo IEPHA, estabelecendo um perímetro de proteção urbano quase idêntico ao instituído em 1984 – processo 1341-T-94; Livro do Tombo das Belas Artes, inscrição 609, vol. 2, fl. 030; Livro do Tombo Histórico, inscrição 545, vol. 2, fl. 031; Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, inscrição 115, vol. 1, fl. 081, em 15/12/1997 (IPHAN, 2013, p.47).

Contudo, novas orientações de valoração do Conjunto são estabelecidas no contexto municipal por meio de ações da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura do Município de Belo Horizonte (DIPC/BH) e do estabelecimento da Área de Diretrizes Especiais (ADE) na Pampulha – Lei Nº 7166/1996 – e do Plano Diretor do Município – Lei Nº 7165/1996, aprimorada pela Lei nº 8137/2000, que definiu no artigo 26:

XXIII - promover ações para um melhor tratamento e aproveitamento turístico da Serra do Curral e da Pampulha, mediante a implantação de equipamentos turísticos geradores de novas demandas que proporcionem

a criação de ocupação e renda e que se constituam em atrativo diferencial, considerada a preservação ambiental.

Em 2003, ocorre o tombamento pelo município, através do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM/BH). Denominado Conjunto Urbano Pampulha, a proposta incluía as edificações de uso coletivo e seus bens integrados: a Igreja de São Francisco de Assis; o Museu de Arte da Pampulha (antigo Cassino); a Casa do Baile, atual Centro de Referência de Arquitetura, Urbanismo e Design; e o Iate Tênis Clube.

Importante notar que os novos processos municipais implementaram um novo perímetro externo, mais amplo e mais distante da orla da lagoa da Pampulha, com a instituição de normativos que objetivaram controlar a ocupação da área e seu entorno, prevalecendo o critério de proteção contra ameaças diretas à integridade física e visual dos bens patrimonializados, assim como do espaço natural. Estas novas proteções institucionais podem ser entendidas como realizadas aos moldes da “Declaração de Amsterdã” (1975), posto que integra o meio ambiente à proteção de bens culturais patrimonializados como um dos objetivos centrais do planejamento urbano, reconhecendo-os como valores culturais e ambientais, representantes de uma estética, mas também protegidos com objetivo da manutenção de um estilo de vida e da conservação de uma ambiência urbana.

Assim, é possível observar um alinhamento internacional do sistema de classificação e proteção dos monumentos no contexto nacional, estadual e municipal, principalmente quando esses princípios vão gradualmente se adequando às cartas patrimoniais.

A Pampulha Patrimônio mundial como objeto de fomento da economia turística local

A invenção da Pampulha, como alegoria da modernidade brasileira, foi materializada em tijolo e concreto pelo Estado Novo, em um regime político de exceção. O paradoxo de sua identidade ideológica se instala entre um

projeto socializante da arquitetura, proposto pelo CIAM em 1933⁴, e um projeto ufanista que marca os regimes nacionalistas ditatoriais nessa década. A manutenção desta narrativa é perpetuada pelos processos institucionais protetivos – primeiro com o tombamento da Igreja de São Francisco de Assis, 1947, em âmbito nacional, passando pela patrimonialização do Conjunto por todos os entes Federativos, Estado (1984), União (1997) e Município (2003) –, os quais reproduzem como princípios de valoração os mesmos indicativos que abalizaram a criação do Conjunto Moderno da Pampulha. Em 2012, a Prefeitura de Belo Horizonte retomou o processo de candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio Mundial da UNESCO, calcado nesses mesmos princípios. Como resultado desse movimento – apoiado pela administração pública local, estadual e federal – no dia 10 de julho de 2016, o Comitê do Patrimônio Mundial (World Heritage Committee-WHC), nomeou o Conjunto Moderno da Pampulha como patrimônio mundial da humanidade.

Se a invenção da Pampulha está vinculada à manutenção de uma ideia de modernidade para nacionais brasileiros, a busca deste título internacional de patrimônio mundial se dá por qual motivo? Acreditamos que o entendimento desta motivação contribuirá para a avaliação crítica do processo e para uma compreensão da dimensão conceitual que estabelece a (re)invenção da memória como estratégia de poder (BRAGA, 2020).

Outros conceitos são introduzidos no sistema cultural a partir de noções como Economia Criativa e Desenvolvimento Sustentável a partir das ODS na entrada do século XXI e, exatamente em decorrência dessa orientação global, que a promoção do Conjunto ao nível internacional é justificada. Assim, a reinvenção do Conjunto Moderno da Pampulha perpassa o crivo do Turismo Criativo e sua operacionalidade, agora, em um regime democrático que se pretende participativo.

4 Cabe ressaltar, que a “Carta” do CIAM não é inclusiva e, a partir da desqualificação dos cortiços, orienta sua demolição – “a destruição de cortiços ao redor dos monumentos históricos dará a ocasião para criar superfícies verdes” –, o que justificou medidas arbitrárias em todo o mundo de expulsão e afastamento de comunidades, em nome de uma modernidade higienizadora.

A promoção do turismo criativo tem se estabelecido como parte das políticas públicas adotadas para fomentar a economia criativa nos territórios de destino turístico. Ao serem valorizadas as práticas criativas e culturais particulares de uma região por meio de envolvimento ativo entre os participantes, essa abordagem de turismo cultural se apresenta como modalidade favorável ao desenvolvimento sustentável daquela localidade. A Organização das Nações Unidas busca a sustentabilidade ao reunir, na Agenda 2030, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), destinados a orientar os formuladores de políticas públicas em prol de parâmetros econômicos, sociais e ambientais. (SILVA et al, 2021, p. 322)

A “Pampulha Patrimônio Mundial” é, sobretudo, objeto de fomento da economia turística local e esta parece ser a motivação principal que orienta a busca deste título internacional principalmente a partir das próprias manifestações espontâneas das autoridades, replicadas pelas mídias de massa e, inclusive, com por meio do posicionamento opinativo destes veículos.

Em comemoração à aquisição do título o então prefeito, Marcio Lacerda, se manifestou “Nós teremos aqui, também um aspecto importante da cidade, em função dessa conquista, que é o **aumento do turismo**, da atividade econômica, da geração de emprego e da autoestima dos nossos habitantes” (G1, 2016, grifo nosso). É possível observar esse mesmo discurso em outros periódicos, como o “Hoje em Dia” (2016), e “O Tempo” (2016a). O então presidente da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, Leônidas José de Oliveira, também se manifestou no jornal: “Ganhar o título significa, ainda, a **potencialização do turismo**, da autoestima e o reforço à identidade dos habitantes com a cidade”, destacando, na mesma reportagem, o argumento de que “dados da Organização Mundial de Turismo apontam que as cidades beneficiadas com o título ganham um incremento de 40% no turismo” (“O Tempo”, 2016b, grifo nosso).

Sobre o assunto, o então secretário de Estado de Turismo, Ricardo Faria, comenta: “Os olhares por todo o mundo estão voltados para a nossa capital. Sendo a Pampulha um patrimônio cultural, a **nossa demanda turística**

tende a crescer, gerando emprego e renda” (SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DE MINAS GERAIS, 2016, grifo nosso). Por sua vez, a coordenadora da Comissão Executiva do Programa de Declaração do Conjunto Moderno da Pampulha a Patrimônio Mundial pela Unesco de 2013 a 2016, Luciana Feres, apontou sobre o processo de inscrição da Pampulha como Patrimônio Mundial: “Foi um processo muito importante, porque agora Belo Horizonte configura na Lista de Patrimônio Mundial. Além do compromisso com gerações futuras, temos ainda **incremento no turismo**” (CORREIO DO POVO, 2019, grifo nosso).

Portanto, parece haver um consenso, uma unanimidade entre as declarações das autoridades difundidas pelas mídias, a respeito do objetivo da inscrição da do Conjunto Moderno da Pampulha na Lista do Patrimônio Mundial a partir de seu potencial turístico, determinando a formação de uma consciência coletiva que compreende a “Pampulha Patrimônio Mundial” a partir de um discurso atualizado do patrimônio pelo crivo da mais valia – aqui compreendida como a relação entre o investimento público e o valor produzido pelo incremento da economia local. Em todas as falas apontadas acima, é possível aferir que os termos mais empregados pelos proponentes dos poderes públicos são “aumento do turismo”, “incremento da atividade econômica”, e “geração emprego e renda”. Enquanto, em um passado recente, o princípio que justificava o tombamento era a identidade estética de uma modernidade nacional, o discurso atualizado legitima esse espaço a partir de seu potencial econômico. O interessante é que em ambas as pontas – a que valida sua construção e a que legitima seu tombamento internacional – encontra-se instalada de forma subliminar a coerência de um discurso estatal desenvolvimentista. O discurso sobre o Conjunto Moderno da Pampulha como fator de fomento de uma economia turística torna evidente sua valoração como mercadoria, no entanto, uma mercadoria com características distintas da mercadoria do modo de produção mercantilista, com seus valores de usos e troca. A “Pampulha Patrimônio Mundial” se converte, desse modo, em um objeto adaptado à modernidade líquida ou à pós-modernidade de capitalismo flexível, cuja base é uma cultura

ocidental de matriz europeia, ainda reivindique sua identidade local. Esta postura torna-se explícita no discurso proferido pela Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (BELOTUR), para o período entre 2017 e 2021:

São classificados na categoria produtos Estrela aqueles atrativos que alcançam pontuação máxima em termos do valor potencial, e como tal, são considerados como os principais motivadores de fluxos turísticos de um destino, porque apresentam capacidade para atrair o interesse de visitantes em todos os mercados, inclusive de outros países. Durante a elaboração do Plano de Marketing, o Conjunto Moderno da Pampulha era candidato a Patrimônio, e por isso não teve a sua classificação como produto Estrela. Com o recente reconhecimento e a obtenção do Título de Patrimônio Cultural da Humanidade, Belo Horizonte, então, passa a ter um produto Estrela de destaque internacional. (BELOTUR-2017-2021, 2018, p. 15)

Assim, a BELOTUR, ao caracterizar a “Pampulha Patrimônio Mundial” como um produto a ser comercializado através de um marketing municipal – alçado à condição de “Produto Estrela” de destaque internacional com a aquisição do seu título de Patrimônio Mundial –, torna evidente a lógica funcionalista da indústria cultural. Essa abordagem vai de encontro ao conceito de “pensamento único”, que baliza um campo de estratégias utilizadas pelas cidades-mercadorias, no qual o planejamento estratégico se apresenta como saída para torná-las competitivas e fazer frente às novas condições impostas pelo processo de globalização. O discurso que suporta a ideia positiva da economia turística pode ser interpretado a partir da perspectiva da cidade-mercadoria, alinhada às estas condições neoliberais que objetivam reinventar o espaço em um mercado global, promovendo uma competição entre cidades por meio de atratividades com alto potenciais para o marketing, traduzidas pela construção de mega-infraestruturas para grandes eventos esportivos e/ou midiáticos. No caso de Belo Horizonte, esse projeto pode ser identificado com a obtenção de um “título nobiliárquico” de “Patrimônio Mundial”, o qual, respectivamente, responderia pela estética burguesa da modernidade e pelo sistema de ganho econômico empresarial.

Portanto, a “invenção” e a “reinvenção” do Conjunto Moderno da Pampulha fazem parte de uma mesma narrativa, ambas associadas a um projeto funcionalista do Estado moderno na sociedade brasileira, distantes em tempos históricos, porém coincidentes nas relações ideológicas desenvolvimentistas que demarcam suas ações. Contudo, se a invenção do Conjunto Moderno da Pampulha parte de um princípio interno, a “Pampulha Patrimônio Mundial” deseja se reinventar para um público externo.

A (re)invenção da tradição moderna na Pampulha como patrimônio mundial

A construção do Conjunto Moderno da Pampulha, compreendida a partir de sua condição polissêmica, ocorre não somente em relação à qualidade técnica, estética e matérica, mas decorre das inúmeras camadas de sentido que potencializam seu significado, pulsam e compõem a geografia da cidade, vendo e sendo vista a partir de perspectivas não lineares, não hierárquicas e heterogênicas, nos quais os processos não são unicamente positivos ou negativos, exclusivos ou inclusivos. Junto com o tijolo que formou as paredes do Cassino e do concreto que moldou as curvas da Igrejinha de São Francisco, foi edificado o símbolo de um governo, Estadual e Nacional, que ambicionavam ser reconhecidos como novos (valor de novidade) e modernos, em oposição a um provincianismo existente; para isto, a materialização e a representação ótica desta modernidade foi estratégica para consolidar um vínculo da população com uma arquitetura hodierna que traduzia, de fato, o prestígio do poder em escala monumental (BACZKO, 1985) e a memória intrincada a uma materialidade (NORA, 1993).

Embora a materialidade seja um aspecto importante, neste contexto, ela serve a um propósito imaterial, de construção de poder simbólico, conformada em um poder invisível. A imaterialidade do poder, segundo Bourdieu (2002), extrapola e complementa o materialismo marxista, pois compreende que as relações de poder são intercambiáveis com as condições materiais e que estas podem ser exercidas por todos, ativamente ou passivamente, servindo, ou não, à

luta de classes. Nessa perspectiva, a construção simbólica do Conjunto Moderno da Pampulha foi progressivamente alinhada aos valores da administração pública, como patrimônio Municipal, Estadual e Nacional em correspondência ativa às próprias transformações do conceito e da função social do patrimônio impressas nas Cartas patrimoniais internacionais. Em uma via de mão dupla, as mudanças de paradigmas – da condição restrita da arquitetura ao princípio expandido do território – podem ser vistos nos processos de tombamento e na condução das políticas públicas expostas no Planos Diretores da cidade de Belo Horizonte.

A edificação do Conjunto Moderno da Pampulha ocupa, da mesma forma, a memória política, e projeta a imagem de JK no campo da modernidade; em simetria semântica com a arquitetura e o urbanismo de Brasília, Kubitschek inaugurou uma tradição de construção de conjuntos arquitetônicos responsáveis por uma diáspora de órgãos e secretarias governamentais que passam a se instalar em edifícios recém-construídos com uma estética alinhada a preceitos modernistas. No entanto, esta estratégia de transformação simbólica da paisagem da cidade a partir de um programa construtivo, além do objetivo específico de promoção política pessoal de seus governantes, serviriam a outros propósitos? Em um sentido amplo, a quem se destina a edificação destes símbolos arquitetônicos? Do mesmo modo, quais relações econômicas transitam subterraneamente nessas ações?

Em “O Poder Simbólico” (2002), Bourdieu admite que os símbolos são instrumentos de integração social, uma forma de exercício de força e uma ferramenta de dominação de uma classe sobre a outra. Este posicionamento não é isolado e encontra ressonância com outros autores, como Canclini (1999) e Meneses (1996) que explicitam, cada um à sua forma, que o patrimônio é fruto de uma classe dominante e de um prestígio histórico destas determinadas classes, atuando como reprodutor de desigualdades. Na base dessas relações, a instrumentalização do patrimônio pelos Estados nacionais nasce de uma premissa distinta dos monumentos do Antigo Regime, pois é incluído na matematização dos sentidos a ideia coletiva de povo, que ascende ao Museu,

à Biblioteca, ao Arquivo e ao Monumento pelo crivo da identidade e pelo mapeamento da educação (CHOAY, 2006).

A imagem que acompanha o Conjunto Moderno da Pampulha, desde a criação até sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial, decorre de uma narrativa viabilizada pela “invenção de uma tradição” que cumpre um sentido histórico e político, na base da geração de “identidades imagéticas”, apropriadas de formas distintas por diferentes grupos sociais, porém constituída fundamentalmente pelos princípios gerenciadores que emanam dos poderes públicos:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas, por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (...) O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. (HOBSBAWM; RANGER, 1984, p. 9-10)

No contexto do “culto ao patrimônio” do Conjunto Moderno da Pampulha, é possível identificar essas repetições de natureza simbólica que consolidam a sua memória, principalmente a partir dos princípios da narrativa de uma modernidade brasileira. A política de acautelamento, iniciada quatro anos após a inauguração do Conjunto com o tombamento da Igreja de São Francisco de Assis, em 1947, em âmbito nacional; reiterada com as diretrizes estaduais, em 1984; revisitada em 1997 em âmbito nacional e em 2003 em âmbito municipal, evidenciam essa “tradição” que, no conjunto de práticas, mantém a “invenção da modernidade” como sistema regulador dos sentidos de valor por meio de regras operacionais da administração públicas, quase sempre revestidas de significado social, porém, raramente estabelecidas a partir do envolvimento da população.

Portanto, é factível pensar o Conjunto Moderno da Pampulha como uma “tradição inventada” nos moldes do conceito firmado por Eric Hobsbawm e

Terence Ranger (1984), principalmente se considerarmos que outra característica importante dessas “tradições inventadas” é a sua propagação no tempo, sem mudanças significativas, e sua instrumentalização ideológica pelas estruturas de poder. A “tradição inventada” se difere do costume por ser inerte e hierárquica; enquanto a primeira é congelada, o segundo é vivo e se modifica com o tempo, exatamente porque espelha as camadas dispostas a partir da operacionalidade de distintas gerações e as relações de resiliência impostas pelos contextos geográficos, políticos ou históricos vivenciados. Na continuidade (ou reinvenção) desta “tradição”, o Comitê do Patrimônio Mundial reconheceu os princípios expostos pela Comissão Executiva do Programa de Declaração do Conjunto Moderno da Pampulha a Patrimônio Mundial pela Unesco, ao justificar no dossiê de candidatura a adequação do Conjunto aos critérios de “valor universal excepcional”, definidos pela Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, de 1972 (WHC, 2016, p. 238):

representar uma obra-prima do gênio criativo humano; (ii) exibir um evidente intercâmbio de valores humanos, ao longo do tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, que teve impacto sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou do paisagismo; (iv) ser um exemplar excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (um) estágio(s) significativo(s) da história humana.

No processo de inscrição, o Conjunto Moderno da Pampulha foi submetido a uma avaliação de integridade e autenticidade, analisados pelo Comitê do Patrimônio Mundial, que condicionou a manutenção do título a partir do compromisso no cumprimento de determinadas ações: a) despoluição da lagoa da Pampulha; b) reconstrução do desenho projetado originalmente por Burlle Marx (1909-1994) para a praça Dino Barbieri; c) restauração do Iate Clube com a demolição de seu anexo; d) Demolição e reconstrução do acesso original à Casa do Baile. Dessa forma, a avaliação dos interesses e da valoração da integridade e autenticidade, no processo de inscrição do Conjunto como Patrimônio Mundial, considerou essencial o retorno a uma materialidade

anterior, corroborando um programa tradicional de validação do “culto moderno ao patrimônio”, congelado no refrigério da memória nacional. Esses princípios, introduzido no início do século XX, permanecem estruturantes nos instrumentos gerenciadores do WHC e, em escala global, reproduzem a lógica de patrimonialização de matriz europeia. Por sua vez, as novas formas de apropriação dos monumentos por uma indústria da cultura na sociedade de capitalismo flexível, transforma os monumentos em mercadoria e em objetos de marketing urbano, na maioria das vezes comprometidos com a ideologia dos governos instalados.

A partir da inclusão do Conjunto Moderno da Pampulha na Lista do Patrimônio Mundial, em 2016, além seu reconhecimento como representante de uma cultura local, passou a adquirir projeção em um sistema global, simultaneamente intencionado à proteção e à visibilidade. Cabe destacar, no entanto, que este modelo de classificação de patrimônios mundiais tem sido questionada, principalmente por meio da análise de representatividade dos monumentos – culturais, naturais e mistos – que compõem esta lista, expondo que 47,07% do patrimônio listado se encontra na Europa e América do Norte, podendo-se entender que o “valor universal excepcional” (outstanding universal value), ao qual estes patrimônios são submetidos, favorecem o reconhecimento de monumentos alinhados à cultura ocidental europeia (BRAGA, 2020).

Neste sentido, entendendo que a modernidade, para a maioria dos autores decoloniais – como Dussel (2005), Quijano (2005) e Wallerstein (2002) –, se inicia a partir de um modelo exploratório introduzido pelo modo de produção mercantilista instaurado pelo processo globalizante das Grandes Navegações do século XVI; se consolida por meio de um modelo civilizatório excludente – que se sobrepõe às culturas locais através da dominação econômica, política, cultural, religiosa e linguística –, até meados do XIX; e permanece ativo, mesmo depois dos processos de autonomização política e desconstruções de políticas calcadas no *apartheid*, ao longo do século XX, apesar da referência antropofágica do “tupi or not tupi?”, a validação do Conjunto Moderno da Pampulha por meio de um paradigma internacional permanece atrelado às

estruturas culturais de matriz europeia e, decorrente do próprio de processo de instrumentalização do espaço pelos poderes públicos, alijado da comunidade.

Assim, sua condição atualizada em concordância com um valor universal internacional faz sentido, posto que a própria história de sua criação se encontra alinhada com os valores da modernidade exportados de uma cultura ocidental de influência europeia e norte-americana e pautada pelos valores de racionalidade, novidade, mercadoria e exposição imagética. A universalidade do “valor universal excepcional” (outstanding universal value) proposta pela Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial (UNESCO, 1972) é, essencialmente, uma universalidade proposta por um modelo cultural dominante.

Considerações Finais

Qual o sentido da análise proposta neste texto? Não pretendemos questionar o mérito dos tombamentos e da inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha na Lista do Patrimônio Mundial, porém, consideramos importante, em função de todo um discurso positivo construído em torno destas ações, não esquecer o contexto político de origem de criação e, para o futuro desse espaço, compreender a necessidade de um projeto inclusivo, pautado por estruturas decisórias participativas com a comunidade, que compreenda as transformações dos espaços e suas novas funções – como o Cassino convertido em Museu de Arte – e que incorpore essas transformações como memória viva da arquitetura, em oposição a uma visão preestabelecida de autenticidade, originalidade e excepcionalidade “não tupis”. Ao pautarmos a inclusão, pretendemos a representatividade comunitária através dos vários corpos e vozes que construíram e que constroem diariamente aquele espaço como uma paisagem cultural que ele é pelos olhos da UNESCO. Uma paisagem cultural é estabelecida e mantida por sua história, sua comunidade, os diversos usos que ela pode receber e por todos os cidadãos que dela usufruem. Dentre eles destacamos um tema que não esteve e não está nas agendas de discussões das instituições

de tutela patrimonial do espaço: a acessibilidade universal, uma ferramenta de inclusão que recorrentemente vai de encontro à autenticidade e exclui friamente a parcela considerável de 25% da população brasileira que possui algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida.

Se reduzirmos o Conjunto Moderno da Pampulha ao seu potencial de atração de turistas para o fomento de uma economia local do município, transformaremos esta paisagem cultural em um monumento mercadológico publicitário, sem aderência e identidade com as comunidades de Belo Horizonte, e segregatória com os grupos que não fazem parte da bolha ainda elitista que consome a cultura como mercadoria no Brasil.

Promessa de inúmeros governos e compromisso firmado com o WHC, a despoluição da Lagoa da Pampulha, após seis anos, ainda nem foi iniciada. Apenas em julho de 2022, as prefeituras de Belo Horizonte e Contagem, em parceria com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), assinaram um convênio para implementação de um plano de ação para sua despoluição. A previsão da implantação do plano é de cinco anos, e o total a ser investido corresponde a cerca de R\$ 146,5 milhões. Se de fato for concretizado, este poderá ser um dos grandes ganhos promovidos pela inscrição, principalmente pela qualidade ambiental do programa.

O Conjunto Moderno da Pampulha existe em sua ambiência por meio da ocupação da comunidade. O território livre dos espaços abertos, converte-se em geografia afetiva durante a pedalada matinal, o descanso vespertino à beira do lago, o evento na Casa de Baile, a ocupação do Museu da Pampulha por jovens artistas, as noites embaladas pelas violas da Minas ao Luar, as oferendas aos Orixás nas águas rasas, a missa dos domingos na Igrejinha, a água de coco dos quiosques locais e, até mesmo, a self que invade as redes sociais por meio do testemunho de presentificação no espaço. A experiência turística redimensionada em experiência cultural e poética, altera a lógica econômica que justifica o acautelamento do espaço para uma economia que se estabelece de forma efetiva por meio das relações construídas nesse lugar.

Referências

AGCRJ. **Memória da destruição: uma história que se perdeu (1889-1965)**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2002.

ANDRADE, Mário. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.30, 2020, p.270-287 (fac-símile de 1933).

ARANTES, Otilia. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985, Volume 5.

BELOTUR. **Planejamento Estratégico 2017-2021**. Belo Horizonte: PBH, 2018. Disponível em : <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/belotur/lei%2013303/Planejamento%20Estrat%C3%A9gico%20Belotur%202017-2021.pdf>

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAGA, Diogo. **O culto pós-moderno ao patrimônio: a dialética das relações modernas de valoração do patrimônio a partir da inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha como patrimônio mundial da humanidade**. (Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/38144>

CAPPELLO, M. B. C.. **Arquitetura em Revista: Arquitetura moderna no Brasil e sua recepção nas revistas francesas, inglesas e italianas (1945-1960)**. São Paulo. Tese (Doutorado) – FAU-USP, 2005.

CARTA DE ATENAS, 1930. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>.

CARTA DE ATENAS, 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>.

CARTA DE VENEZA, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>

CEDRO, Marcelo. **Praça Sete, Pampulha e Sevassi: Centralidades Urbanas e modernidade periférica na cidade de Belo Horizonte**. São Paulo: Annablume, 2016.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Unesp, 2006.

CORREIO DO POVO. **Nova presidente do Iphan defende conexão entre patrimônio histórico e o ambiente**. 2019. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/nova-presidente-do-iphan-defende-conex%C3%A3o-entre-patrim%C3%B4nio-hist%C3%B3rico-e-o-ambiente-1.386369>>

COSTA, Lucio. Lucio Costa: **Registro de uma Vivência**. São Paulo, Empresa das Artes, 1955.

DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. Em: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur, CLACSO, Buenos Aires/ Argentina, setembro 2005.

FMC. **Conjunto Moderno da Pampulha: dossiê de candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial**. Belo Horizonte: FMC, 2016, Disponível, em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FMC_dossie_conjunto_moderno_%20da_pampulha.pdf

G1.GLOBO.COM. **Iate é o maior obstáculo para manter título da Pampulha, diz prefeito de BH**. 2016. < <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/07/iate-e-o-maior-obstaculo-para-manter-titulo-da-pampulha-diz-prefeito-de-bh.html>

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOJE EM DIA. **Marcio Lacerda comemora eleição da Pampulha como Patrimônio Cultural da Humanidade.** 2016. < <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/marcio-lacerda-comemora-elei%C3%A7%C3%A3o-da-pampulha-como-patrim%C3%B4nio-cultural-da-humanidade-1.398829>

HORMAIN, Débora. **O relacionamento Brasil-EUA e a arquitetura moderna: experiências compartilhadas (1939-1958).** (Tese de doutorado). São Paulo: FAU-USP, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-14012013-154647/pt-br.php>

IEPHA, 2014. **Guia de bens tombados IEPHA/MG.** Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2014.

IPHAN. **Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012).** Rio de Janeiro: IPHAN, 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/guia%20de%20bens%20tombados%20atualizado%20em%202012.pdf>

KUBITSCHKE, Juscelino. **Meu caminho para Brasília.** Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1974. V II. p.35

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** São Paulo, n.10, Projeto História, 1993.

O TEMPO (a). **Para Lacerda, título da Pampulha leva BH ao cenário mundial.** 2016. < <https://www.otempo.com.br/2.5796/para-lacerda-titulo-da-pampulha-leva-bh-ao-cenario-mundial-1.1339235>

O TEMPO (b). **Complexo da Pampulha ganha título de Patrimônio da Humanidade.** < <https://www.otempo.com.br/cidades/complexo-da-pampulha-ganha-titulo-de-patrimonio-da-humanidade-1.1339209>

PBH. **Lei nº 8137/00 de 21 de dezembro de 2000.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2000/813/8137/lei-ordinaria-n-8137-2000-altera-as-leis-n-7165-96-7-166-96-ambas-de-27-de-a->

gosto-de-1996-e-lei-n-7166-96-revoga-a-lei-n-1-301-66-e-da-outras-providencias

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005a, pp.118-142.

RUBINO, Silvana. **Lúcio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional**. Revista USP. São Paulo, n. 53, Março/Maio 2002. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33181/35919>>.

SANCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, Editora Universitária, 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DE MINAS GERAIS. **Minas Gerais ganha mais um Patrimônio Cultural da Humanidade**. 2016. Disponível em: < <http://www.turismo.mg.gov.br/noticias/1813--minas-gerais-ganha-mais-um-patrimonio-cultural-da-humanidade>

SILVA, L. A., Paiva Júnior, F. G. de, & Santana, R. C. B. de. O turismo criativo na agenda política e urbana: possibilidades de contribuição para os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Revista Turismo Em Análise**, 32(2), 323-343, 2021, <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v32i2p323-343>

UNESCO. **Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial**. Paris: 1972, Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

VENTRA, Stefania. **Restauri di dipinti nel Novecento: Le posizioni nell'Accademia di San Luca 1931-1958**. Roma: Sapienza Università Editrice, 2014 (Collana Studi e Ricerche 15).

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos: Ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WHC. **Report of the Decisions adopted during the 40th session of the World Heritage Committee**. Istanbul/UNESCO, 2016. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/sessions/40COM/documents>

PROPOSTA DE FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO DE ELEMENTOS DE SUSTENTABILIDADE CULTURAL EM PATRIMÔNIOS: A PERSPECTIVA DO TURISTA

*Rafael Oliveira*¹

*Renata Baracho*²

*Lorenzo Cantoni*³

*Hebert Canela*⁴

*Silvia de Ascaniis*⁵

INTRODUÇÃO

O tema sustentabilidade tem sido estudado por diversos campos do conhecimento científico ao longo dos anos. Seu conceito remete-se ao ano de 1987, onde foi apresentado pela Comissão Internacional de Ambiente e Desenvolvimento (WCED), caracterizando-se pela satisfação das necessidades do presente sem o comprometimento das necessidades das gerações futuras, garantindo uma distribuição de recursos de forma igualitária e em âmbito global (SOINI e BIRKELAND 2014, p.213). Para que isso ocorra, acredita-se que a sustentabilidade deve ser atingida a partir

1 Doutor em Gestão e Organização do Conhecimento (UFMG) e Superintendente de Políticas de Turismo da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT-MG) – rafael.oliveira@secult.mg.gov.br

2 Doutora em Ciências da Informação (UFMG) e Professora Associada da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG - renatabaracho@ufmg.br

3 Doutor em Educação e Linguística (Universidade Católica de Milão) e Reitor da Universidade da Suíça Italiana (USI - Suíça) – lorenzo.cantoni@usi.ch

4 Doutor em Geografia (UFU) e Professor Adjunto da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - hebert.salgado@ufvjm.edu.br

5 Doutora em Ciências da Comunicação (USI - Suíça) e Coordenadora da Cátedra UNESCO em TICs para o desenvolvimento e promoção do turismo sustentável em Patrimônios Culturais da Humanidade (USI - Suíça) – silvia.de.ascaniis@usi.ch

do desenvolvimento de suas quatro dimensões básicas: social, econômica, cultural e ambiental. Porém, muitas vezes esquece-se que a cultura possui um papel de extrema relevância que é pouco considerado nos conceitos de sustentabilidade (LÄHTINEN e MYLLYVIITA 2015, p. 291; SUNTIKUL 2018, p.2).

No campo do turismo, um dos elementos primordiais de relevância para a cultura é a partir do uso de patrimônios como atrativos. Entende-se que o patrimônio cultural é visto como um elemento primordial dentro do contexto das cidades, auxiliando diretamente na identificação de uma sociedade. A partir da lógica de sua utilização para o turismo, o papel do patrimônio se amplia, lidando com relações entre diversos atores de uma sociedade, tais como a comunidade local, gestores de patrimônios, setor empresarial e o turista (NICHOLAS *et al.* 2009, p.391). Neste último, apesar de ser um agente externo à sociedade, seu deslocamento para um determinado território faz com que os serviços prestados à população também sejam consumidos pelos turistas, bem como o uso dos patrimônios, fazendo com que a preservação desses espaços seja realizada não apenas pelos entes locais, mas também por todos (CASTRIOTA 2009, p.15), inclusive o turista.

O patrimônio estabelecido desperta interesse nos turistas que desejam visitá-lo, afetando diretamente a gestão dos espaços, que devem adaptar as necessidades do turista ao patrimônio. A partir da gestão, o patrimônio torna-se um bem turístico que, quando corretamente trabalhado, reforça a sustentabilidade cultural dos territórios (HIDALGO-GIRALT *et al.* 2021, p.4).

O turismo deve servir como um conector positivo entre residentes, turistas e gestores, melhorando o uso da cultura como motor da sustentabilidade. Embora a relação entre turismo e cultura seja vista de forma positiva, ainda há uma grande lacuna de estudos sobre o potencial do turismo para a sustentabilidade cultural (TERKENLI e GEORGOULA 2021, p.17).

Os impactos do turismo podem ser de difícil mensuração, pois grande parte dos bens culturais possui elementos intangíveis (JAMAL *et al.* 2010, p.269). Turistas geralmente avaliam a sustentabilidade dos destinos a partir de suas próprias experiências. Isso traz desafios para que a comunicação das ações de sustentabilidade praticadas pelo território seja transmitida ao turista de forma eficiente, aumentando sua satisfação. Esses desafios fazem com que haja uma carência de estudos sobre a percepção dos turistas em relação a elementos da sustentabilidade (AYDIN e ALVAREZ 2016, p.943).

Mesmo com essas dificuldades, acredita-se que no futuro, as avaliações dos usuários em redes sociais sobre destinos e atrações turísticas possam contar com elementos de sustentabilidade. Em algumas redes sociais de turismo, tais como o *TripAdvisor*, já existem ferramentas que possibilitam com que os usuários identifiquem estabelecimentos comprometidos com princípios de sustentabilidade, mas focados principalmente em questões ambientais (AYDIN e ALVAREZ 2016, p.946).

Esse estudo teve como objetivo propor um modelo de questionário para aplicação em turistas, visando mensurar os principais elementos percebidos por esse público durante a visita em patrimônios culturais. Para isso, estabeleceu-se um modelo de fácil aplicação, a partir das escalas numéricas encontradas em redes sociais de avaliação de produtos e serviços e testados *in loco* por pesquisadores. Os elementos de sustentabilidade cultural escolhidos para avaliação foram baseados numa análise qualitativa de comentários de visitantes em patrimônios culturais da humanidade retirados de redes sociais.

Compreender a visão dos turistas em patrimônios auxiliará os gestores desses espaços na mensuração de suas ações de sustentabilidade cultural, facilitando aperfeiçoar os pontos positivos e a correção dos pontos negativos encontrados. Desta forma, acredita-se que o impacto do turismo para os patrimônios se torne mais sustentável, gerando benefícios para toda a cadeia local ligada à atividade, mais especificamente para a sociedade.

SUSTENTABILIDADE CULTURAL, TURISMO E PATRIMÔNIO

A cultura, vista como produção de valores sociais, é composta por três aspectos: os valores e aspirações de uma sociedade, suas formas de desenvolvimento e transmissão e as suas manifestações tangíveis (estruturas físicas, obras de arte e locais de grande valor cultural) e intangíveis (ideias, práticas, crenças e tradições) no mundo real, ajudando a identificar e criar coesão entre um grupo específico. Deve-se também promover efeitos indiretos, envolvendo a criação de recursos criativos do território, aumentando a qualidade de vida local (MAGGIORE e VELLECCO 2012, p.12) e incentivando o empoderamento da comunidade para uma sustentabilidade no longo prazo (RANASINGHE 2018, p.2).

O turismo pode ser considerado como uma atividade que garanta que os benefícios da cultura possam ser espalhados de forma compartilhada para a economia e o meio ambiente (RANASINGHE 2018, p.15). Ao ser praticado de forma sustentável, o turismo pode auxiliar de forma positiva no maior envolvimento de habitantes nos produtos locais (JAMAL *et al.* 2010, p.278), no aumento do bem-estar social (HAWKES 2001, p.25), na melhoria da qualidade de vida da comunidade, na preservação do patrimônio (MURZYN-KUPISZ 2012, p.118) e no entendimento coletivo de que os espaços físicos e culturais estão ligados de forma simbiótica e que devem ser trabalhados de forma ética (JAMAL *et al.* 2010, p.270).

Porém, ao ser praticado de forma não-sustentável, o turismo pode trazer diversos prejuízos para a cultura de um determinado local. Isso pode ocorrer a partir de mudanças no comércio local para áreas antes residenciais (GARCÍA-HERNÁNDEZ *et al.* 2017, p.14), alto número de visitantes que afetam a preservação do patrimônio (YENIASIR e GÖKBULUT 2018, p.14), troca de produtos artesanais por industrializados como suvenires (CHEW 2009, p.41), perda de valores locais e tradições (GARCÍA-HERNÁNDEZ *et al.* 2017, p.14) bem como a falta de privacidade (THROSBY 2016, p.9).

No caso dos espaços considerados como patrimônios culturais da humanidade (WHS), esses efeitos são mais visíveis (MURZYN-KUPISZ 2012, p.124). Com o aumento de locais considerados como WHS, o consumo de produtos culturais também aumentou, exigindo um desenvolvimento equilibrado das dimensões da sustentabilidade (GUO *et al.* 2019, p.13).

Eversole (2006, p.304) aponta três tipos de uso do patrimônio para o desenvolvimento do turismo, a partir do grau de integração cultural de um espaço:

- **Uso integrado do patrimônio:** gestores do patrimônio conhecem perfeitamente todos os elementos culturais da sociedade (autenticidade, história, estilo de vida), incluindo-os de forma completa no espaço, sem danos ao território. Os processos de desenvolvimento do patrimônio tendem a ser participativos e inclusivos, apresentando soluções que beneficiam várias dimensões.
- **Uso isolado do patrimônio:** são escolhidos alguns elementos culturais isolados para promover o turismo. O princípio é que a história mostrada é real e autêntica, mas sem conexão direta entre a iniciativa e o contexto cultural. A comunidade, apesar de conhecer o contexto, não se identifica totalmente com o que é produzido, sem participação na sua produção ou uso de habilidades locais. Esse modelo é o mais utilizado no turismo.
- **Patrimônio inventado:** patrimônios vendidos apenas para o turismo, sem conexão com aspectos culturais da região. Pode, inclusive, gerar a criação de uma nova identidade local, porém voltada ao consumo externo e sem relação com as necessidades locais.

Finalmente, espera-se que o turismo consiga envolver todos os atores, tais como iniciativa privada, poder público, turistas e sociedade civil para adequar de forma eficiente a oferta turística nos patrimônios (MAGGIORE e VELLECCO

2012, p.245). Assim, possibilita que os visitantes tenham a melhor experiência no destino, gerando maior valor cultural e benefícios para a sociedade (OLIVEIRA, BARACHO e CANTONI 2022, p.8)

METODOLOGIA

A pesquisa objetivou identificar se elementos ligados à sustentabilidade cultural poderiam ser facilmente avaliados por turistas em patrimônios. Para isso, primeiramente foram coletados 2.750 comentários feitos por usuários da plataforma de avaliação de destinos turísticos denominada *TripAdvisor*. Os comentários, na língua inglesa, foram oriundos das páginas de 22 patrimônios culturais da humanidade (WHS), localizados em 21 países diferentes e coletados em abril de 2020. A captura dos comentários foi realizada a partir da técnica de *scraping*, ou seja, utilizando ferramentas automatizadas para a extração de dados em plataformas digitais (MARRES e WELTEVREDE 2013, p.313). As redes sociais moldaram as experiências dos turistas, transformando-os em co-criadores de produtos, portanto, a análise de suas experiências a partir de comentários tem efeitos positivos para os estudos em turismo (OLIVEIRA 2022, p. 41).

Dentro de cada comentário, foram classificadas expressões que correspondessem a elementos voltados à sustentabilidade cultural dentro da experiência do usuário no patrimônio, a partir de literatura sobre o tema levantada na parte teórica. Finalmente, as expressões foram classificadas em 24 categorias sendo: qualidade da informação, unicidade, guias locais, autenticidade, conservação e preservação, estrutura de suporte, capacidade de visitantes, custo-benefício, atrativos em rede, mobilidade, vitalidade da oferta, disponibilidade fotográfica, integração de produtos locais, tempo de espera, dispositivos tecnológicos, imersão local, qualidade do serviço, segurança, acessibilidade, solução de problemas, liberdade de visitação, conexão ambiental, comportamento do turista e por último, respeito pelas minorias.

A partir das categorias, foi criado um questionário estruturado que foi testado *in loco* por 3 especialistas no mês de novembro de 2021, em 13 patrimônios culturais na Suíça. Os locais de aplicação foram determinados por serem considerados WHS ou terem relação direta com WHS. Foram visitados diferentes tipos de patrimônios, desde centros religiosos, cidades, museus temáticos, paisagens culturais e representações de bens imateriais.

O método escolhido foi da observação participante, ou seja, os pesquisadores vivenciaram a experiência de visita nos patrimônios, tal como um participante do espaço pesquisado. (RAQUEL e ROCHA 2013, p.344). O questionário foi elaborado por questões fechadas, passíveis de serem avaliadas em escala *likert*, variando entre os valores 1 (muito ruim) a 5 (excelente). No caso da não observação de algum elemento durante a visita, havia a possibilidade de marcar a opção *não se aplica* (NA). Por ser uma observação participante, no final de cada questão, o pesquisador poderia tecer comentários a respeito da nota atribuída, elencando pontos positivos da questão proposta ou dificuldades de avaliação a partir da visão de um visitante, com o intuito de aprimoramento da ferramenta de coleta. Ressalta-se que o intuito não foi de avaliar em si os patrimônios, mas sim, de identificar melhorias na ferramenta de coleta. As definições de cada categoria propostas no modelo foram transformadas em 81 itens de avaliação dentro do questionário que foi disponibilizado online na plataforma *Qualtrics*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das visitas realizadas, foi identificada uma série de pontos de melhoria da ferramenta proposta para a avaliação das categorias pelo visitante além de inclusões de novas questões. Isso se deve ao fato de que alguns elementos de avaliação eram mais visíveis em determinados tipos de atrativos, tais como museus e menos evidentes em espaços de livre circulação tais como uma cidade ou centro histórico. Posto isso, os resultados serão apresentados visando a melhoria da ferramenta de coleta para que a mesma possa ser utilizada de forma mais abrangente em diferentes tipos de patrimônios.

As principais observações feitas por cada categoria foram as seguintes:

- Qualidade da informação: dificuldade de avaliação de confiabilidade da informação sem conhecimento prévio do patrimônio; avaliação da qualidade no uso de tecnologias para facilitar a informação confrontava com as questões da categoria de *Dispositivos Tecnológicos*; a informação apresentada numa língua de entendimento era similar com a questão de a informação ser de fácil compreensão.
- Disponibilidade fotográfica: dificuldade de avaliação se o local incentivava a fotografia e o compartilhamento em redes sociais, principalmente em locais abertos. Sugestão de criação de uma questão sobre se o local possibilita bons registros fotográficos.
- Dispositivos tecnológicos: dificuldade de avaliação de compras online e reservas de entrada para o turista *in loco*, bem como a questão de incentivar o visitante a utilizar o site oficial ou aplicativo confrontar com as questões de qualidade da informação, bastando apenas os equipamentos utilizados serem de qualidade.
- Qualidade do serviço: detectou-se a possibilidade de agregar a categoria com a *Resolução de Problemas*, transformando-a em *Qualidade do Atendimento*.
- Unicidade: dificuldade de avaliação de reconhecimentos visíveis, títulos ou certificados, visto que o turista não possui informação suficiente sobre a importância dos critérios desses elementos para julgamento.
- Autenticidade: a proposta de apresentar a relevância do patrimônio para a sociedade no qual está inserido deve ser avaliada

pelo morador, pois o visitante não consegue avaliar se a informação repassada é confiável, fugindo da proposta da pesquisa.

- **Conservação e preservação:** limpeza do espaço já estava contemplada na questão de artefatos e patrimônios estarem em boa conservação; os processos de restauro devem ser avaliados de forma positiva para a visita, não sendo possível avaliar se eles impedem ou não a visita.
- **Vitalidade da oferta:** dificuldade de avaliação se os artefatos ou patrimônio representam a diversidade da comunidade local, bem como se a sociedade participa efetivamente da gestão do atrativo.
- **Facilidades:** dificuldade de identificação de produtos e elementos da cultura local nas instalações por parte do turista.
- **Mobilidade:** dificuldade de avaliação de agregação de valor pelo meio de transporte utilizado e se ele agrega informações dos atrativos locais. A questão de possuir sinalização que facilite o deslocamento interno confrontava com a questão de apresentar facilidade no deslocamento interno. Sugeriu-se agregar a categoria com a *Acessibilidade*, transformando-a em *Mobilidade e Acessibilidade*.
- **Guias locais:** sintetizar as questões propostas na possibilidade de realização de visitas guiadas e se são feitas com qualidade.
- **Custo-benefício:** dificuldade de avaliar se informações de desconto para a comunidade ou público diferenciado existem. Sugestão de focar o questionamento na justiça dos preços cobrados, visto que alguns atrativos não possuem entrada, mas possuem possibilidade de compra de produtos.

- Atrativos em rede: sugestão de sintetizar todas as questões em: o local incentiva a visitação de outros atrativos na região.
- Integração de produtos locais: dificuldade de avaliação das questões; sugeriu-se agregá-la com a categoria *Imersão Local*, transformando-a em uma pergunta única: o local incentiva a venda de produtos locais?
- Imersão local: as questões relacionadas à restrição de uso de roupas por motivos religiosos não foram consideradas como passíveis de avaliação, visto que esbarram em questões superiores a gestão do espaço.
- Conexão ambiental: dificuldades de avaliação da existência de uma conexão do espaço interno com o natural externo. Informações sobre fauna e flora locais se confrontavam com a preocupação em valorizar elementos naturais do atrativo ou entorno.
- Respeito pelas minorias: dificuldade de avaliação por parte do turista sobre a participação de funcionários com perfis diversificados, pois nem sempre eram visíveis.
- Capacidade de visitantes: sugestão de agregar todas as questões em apenas uma pergunta: o atrativo possuía muitos visitantes ao mesmo tempo, dificultando a visita?
- Tempo de espera: sugestão de agregar a categoria com a *Capacidade de Visitantes*, transformando-a numa pergunta.
- Segurança: sugestão de concentrar todas as questões em apenas uma voltada se há uma boa sensação de segurança no local.
- Liberdade de visitação: readequação das questões para limite de tempo de visitação e fluxo de visitação livre.

- Comportamento do turista: dificuldade de avaliar sobre orientações disponíveis sobre o bom comportamento dos visitantes.

A ferramenta de coleta possibilitou validar grande parte das questões previstas que foram elaboradas a partir da definição das categorias do modelo apresentado. Porém, a partir da observação participante, o modelo proposto se mostrou muito extenso para avaliação por turistas, além de ter questões de difícil percepção em ambientes abertos, sem controle de entrada.

Principalmente nas questões voltadas à participação da comunidade no patrimônio ou que exigiam um conhecimento prévio da cultura local, o questionário se mostrou deficiente, ou avaliado de forma muito subjetiva. Esse contexto sugeriu uma versão final da ferramenta pensada de forma mais enxuta e direta, diminuindo o grau de subjetividade das respostas. Conclui-se que algumas características das dimensões abordadas no modelo, apesar de serem importantes dentro da gestão do patrimônio visando à busca pela sustentabilidade cultural, não podem ser avaliadas diretamente pelos turistas. É importante a criação de novas ferramentas que possibilitem a avaliação de empresários, moradores e demais atores participantes do turismo em cada localidade. Porém, entender a perspectiva do turista durante sua visita já agrega valor aos debates sobre o assunto, conforme justificado nesta pesquisa.

A análise dos possibilitou o refinamento do questionário de percepção de turistas em patrimônios. Sua versão final objetiva concretizar a visão subjetiva dos turistas em relação aos elementos da sustentabilidade cultural identificados durante a visita. Serve como um passo importante para a identificação de elementos-chave que possam ser mensurados e monitorados de forma simples e com baixo custo pelos gestores, principalmente em formato online.

O questionário é apresentado de forma sugestiva e acredita-se que novos elementos ou a modificação dos mesmos possam ser realizados a partir da realidade de cada patrimônio. Ele também não tem a intenção de reduzir

todas as características apontadas nas definições de cada categoria, mas sim, dar a luz naquilo que é possível de avaliação por parte do turista. Entende-se também que a ferramenta represente um primeiro caminho para o estudo de métricas que visem à elaboração de indicadores de forma mais profunda.

O questionário preliminar possuía 81 questões distribuídas em 24 categorias. Na versão final, com as alterações, reduções e acréscimos, totalizaram 41 perguntas distribuídas em 20 categorias, apresentadas no quadro 1.

Quadro 1 - Questionário de avaliação da sustentabilidade cultural por turistas em patrimônios

Qualidade da Informação	NA	1	2	3	4	5
A informação é de fácil compreensão						
A informação é cansativa						
A visita me ajudou a ter um conhecimento maior sobre o atrativo.						

Disponibilidade fotográfica	NA	1	2	3	4	5
O local possibilita bons registros fotográficos						

Dispositivos tecnológicos	NA	1	2	3	4	5
Os equipamentos tecnológicos utilizados são de qualidade						
Os equipamentos e ferramentas tecnológicas facilitam a interação do usuário com o espaço						

Guias locais	NA	1	2	3	4	5
O atrativo apresenta a possibilidade de visitas guiadas						
As visitas guiadas são de qualidade						

Unicidade	NA	1	2	3	4	5
O espaço tem características únicas, difíceis de serem vistas em outros atrativos						
O atrativo é uma visita imperdível quando se está na região ou cidade						

Autenticidade	NA	1	2	3	4	5
Transmite a sensação de imersão						
Mostra elementos originais ou réplicas que ajudam a entender os aspectos originais						

Conservação e preservação	NA	1	2	3	4	5
Os artefatos ou o patrimônio apresentados são bem conservados						
Os processos de restauro são apresentados de forma positiva, agregando experiência à visitação						

Vitalidade da oferta	NA	1	2	3	4	5
A oferta de artefatos ou do patrimônio é de qualidade						
O atrativo promove eventos, feiras, mercados, contações de histórias, palestras que agregam à visita.						

Conexão ambiental	NA	1	2	3	4	5
Há uma preocupação em valorizar elementos naturais no atrativo ou no entorno						
Há uma preocupação no espaço pelo uso de iniciativas sustentáveis ao meio ambiente (reciclagem, redução de energia e água)						

Estrutura de suporte	NA	1	2	3	4	5
Espaços de alimentação são adequados						
Os banheiros são adequados						
O centro de visitante é adequado						
O estacionamento é adequado						
As lojas de souvenirs são adequadas						

Mobilidade e acessibilidade	NA	1	2	3	4	5
O acesso ao local é fácil						
Apresenta facilidade no deslocamento interno						
Possui sinalização referente a riscos (quedas, piso escorregadio, animais por perto...)						
É acessível para pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção						

Atrativos em rede	NA	1	2	3	4	5
O local incentiva a visitação de outros atrativos na região						

Imersão local	NA	1	2	3	4	5
Existem elementos que incentivam a imersão na comunidade local (gastronomia típica, forma de vida, roupas típicas...)						
Proporciona vivência com moradores locais						
Incentiva a venda de produtos locais						

Respeito pelas minorias	NA	1	2	3	4	5
O atrativo apresenta iniciativas de participação de minorias						

Capacidade de visitantes	NA	1	2	3	4	5
O atrativo possuía muitos visitantes ao mesmo tempo, dificultando a visita						
O tempo de espera para entrar no atrativo foi bem satisfatório						

Segurança	NA	1	2	3	4	5
Há uma boa sensação de segurança no local						

Liberdade de visitação	NA	1	2	3	4	5
Há limite de tempo para a visitação						
O fluxo da visitação é livre						

Comportamento do turista	NA	1	2	3	4	5
Em geral, os turistas estavam bem comportados						

Qualidade do atendimento	NA	1	2	3	4	5
Há pontos de apoio ou pessoal disponíveis para caso de emergências						
O atendimento da equipe é cordial e hospitaleiro						

Custo-benefício	NA	1	2	3	4	5
Os preços praticados são justos						

Espera-se que o produto originado auxilie diretamente às discussões sobre a sustentabilidade cultural de forma teórica e prática, tanto na academia quanto na gestão dos espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura ainda é vista como um elemento de menor importância dentro das discussões de sustentabilidade. Mesmo no turismo, onde a cultura é um fator-chave de atratividade, não há estudos suficientes que analisem os impactos positivos e negativos da atividade em patrimônios, a partir da visão do turista. Esse estudo teve como objetivo dar a luz nessa discussão, propondo uma ferramenta de avaliação de turistas sobre os elementos de sustentabilidade cultural em patrimônios.

Entende-se que o modelo proposto facilita o entendimento dos turistas em analisarem os principais aspectos culturais durante a visita, fazendo com que as informações coletadas possam servir de elementos estratégicos aos gestores de patrimônios para elaboração de políticas voltadas à sustentabilidade cultural. A proposta focou-se na escala *likert* de cinco pontos, com vistas a facilitar sua aplicação no formato online já conhecido das plataformas virtuais de viagens.

Esse estudo teve a intenção de ampliar o debate sobre sustentabilidade cultural em patrimônios a partir da lógica do turismo. De forma limitada, o estudo focou-se na aplicação da ferramenta em patrimônios culturais tangíveis, abrindo campo para validação ou adequação do modelo para patrimônios culturais intangíveis ou patrimônios naturais. Também é necessária uma aplicação em grande escala do questionário proposto para turistas, com vistas a legitimar sua aplicação em diferentes tipos de patrimônios e possíveis comparações de resultados, seja de forma quantitativa ou qualitativa. De forma mais ampla, sugere-se também sua adequação à indicadores de sustentabilidade culturais voltados à destinos inteligentes, identificando suas contribuições a partir de uma visão tecnológica.

RECONHECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Secretaria para Educação, Pesquisa e Inovação (SERI – Suíça) a partir da cooperação bilateral de pesquisa com a região da América Latina pelo programa Seed Grants 2020.

REFERÊNCIAS

Aydin, B.; Alvarez, M. D. English-Speaking Tourists' Evaluation of Sustainability Attributes in Cultural Tourism Destinations: The Case of Cusco. **Teorija in Praksa**, 4(53), 2016.

Castriota, L. B. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos**. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

Chew, M. M. Cultural Sustainability and Heritage Tourism: Problems in Developing Bun Festival Tourism in Hong Kong. **Journal of Sustainable Development**, 2(3), 2009.

Eversole, R. Heritage and regional development: a process-and-outcomes typology. In **Australasian Journal of Regional Studies** 12(3), 2006.

García-Hernández, M.; de la Calle-Vaquero, M.; Yubero, C. Cultural heritage and urban tourism: Historic city centres under pressure. **Sustainability (Switzerland)**, 9(8), 2017.

Gioia, D. A.; Corley, K. G.; Hamilton, A. L. Seeking Qualitative Rigor in Inductive Research: Notes on the Gioia Methodology. **Organizational Research Methods**, 16(1), 15–31, 2012.

Guo, W. et al. The evolution of cultural space in a World Heritage Site: Tourism sustainable development of Mount Wuyi, China. **Sustainability (Switzerland)**, 11(15), 2019.

Hawkes, J. **The Fourth Pillar of Sustainability: Culture's essential role in public planning**. Cultural Development Network, 2001.

Hidalgo-giralt, C. et al. Urban industrial tourism: Cultural sustainability as a tool for confronting overtourism—cases of madrid, brussels, and copenhagen. **Sustainability (Switzerland)**, 13(9), 0–10, 2021.

Jamal, T. e al. Tourism and cultural sustainability: Towards an eco-cultural justice for place and people. **Tourism Recreation Research**, 35(3), 269–279, 2010.

Lähtinen, K.; Myllyviita, T. Cultural sustainability in reference to the global reporting initiative (GRI) guidelines. **Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development**, 5(3), 290–318, 2015.

Maggiore, G.; Vellecco, I. Cultural Districts, Tourism and Sustainability. In A. H. Kasimoglu M. (Ed.), **Strategies for Tourism Industry-Micro and Macro Perspectives**. inTech, 241-266, 2012.

Marres, N.; Weltevrede, E. Scraping the social? **Journal of Cultural Economy**, 6(3), 313–335, 2013.

Murzyn-Kupisz, M. Cultural, economic and social sustainability of heritage tourism: issues and challenges. **Economic and Environmental Studies**, 12(2), 113–133, 2012.

Nicholas, L. N.; Thapa, B.; Ko, Y. J. Residents' perspectives of a World Heritage Site. The Pitons Management Area, St. Lucia. **Annals of Tourism Research**, 36(3), 390–412, 2009.

Oliveira, R. A. No selfies, please: An analysis of travel texts and images from Reddit. **European Journal of Applied Business and Management**, 8(1), 29-44, 2022.

Oliveira, R. A.; Baracho, R.M.A.; Cantoni, L. The perception of UNESCO World Heritage Sites' managers about concepts and elements of cultural sustainability in tourism. **Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development**, ahead-of-print, 2002.

Ranasinghe, R. Cultural and Heritage Tourism Development in Postwar Regions: Concerns for Sustainability from Northern Sri Lankan Capital Jaffna. **Journal of Tourism and Recreation**, 4(1), 1–18, 2018.

Raquel, A.; Rocha, C. Observação participante aplicada a pesquisas em marketing sobre turismo e lazer. **Caderno Virtual de Turismo**, 13(3), 341–353, 2013.

Soini, K.; Birkeland, I. Exploring the scientific discourse on cultural sustainability. **Geoforum**, 51, 213–223, 2014.

Suntikul, W. Cultural sustainability and fluidity in Bhutan's traditional festivals. **Journal of Sustainable Tourism**, 26(12), 2102–2116, 2018.

Terkenli, T. S.; Georgoula, V. Tourism and Cultural Sustainability: Views and Prospects from Cyclades, Greece. **Sustainability**, 14(1), 307, 2021.

Throsby, D. Tourism, heritage and cultural sustainability: three 'golden rules.' In P. N. Luigi Fusco Girard (Ed.), **Cultural tourism and sustainable local development**. Routledge, 31–48, 2016.

Yeniasir, M.; Gökbulut, B. Perception and attitudes of local people on sustainable cultural tourism on the Islands: The case of Nicosia. **Sustainability (Switzerland)**, 10(6), 2018.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CONCEBIDO EM OURO PRETO E A INFLEXÃO DE VALORES SOB A ÓTICA DO Esvaziamento Residencial

*Edson Fialho de Rezende
Leonardo Barci Castriota
Leandro Benedini Brusadin*

Introdução

O espaço é uma construção elaborada a partir da produção humana, caracterizado pelas transformações na natureza e pelas intervenções socioculturais no campo do domínio. A existência do espaço não acontece sem a atuação social do homem que, ao operar sobre o meio natural, estabelece a construção da sua própria história. Por outro lado, afirma-se que a existência humana só é possível a partir da natureza. Para algumas linhas de pensamentos, as relações do homem com o meio, ao longo do tempo e da história, podem ser denominadas de espaço social (LÉFÈBVRE, 2006)¹, de espaço geográfico (SANTOS, 2014)², ou, então, de lugar (TUAN, 1983)³.

Nesse sentido, a cidade é o resultado do habitar humano na natureza, acúmulo e testemunho cultural de gerações passadas que produziram e

1 O termo “espaço social” com base nas definições conceituais elaboradas por Henry Léfèbvre, em *A produção do Espaço* (1974), o espaço é uma produção do homem a partir das alterações realizadas na natureza pelo trabalho; o espaço é elaborado pelas relações sociais que, a partir de então, alteram o espaço da natureza; as relações sociais – produção, consumo e reprodução (social) são fundamentais na produção do espaço; o espaço deve, prioritariamente, ser estudado a partir das formas, funções e estruturas e; é permitido às novas relações dar funções diferentes para as formas preexistentes, pois o espaço não desaparece, ele possui acúmulo de elementos de diferentes tempos.

2 Para Milton Santos, em *A Natureza do Espaço* (2014), o *espaço geográfico* é formado por um conjunto de sistemas de objetos – materiais e sistemas de ações – sociais, não interpretados isoladamente, mas como um complexo de relações humanas no qual é gerada a história.

3 Na obra *Espaço e Lugar* (1983), o geógrafo Yi-fu Taun afirma que o significado de espaço se dissipa com o de lugar, pois a existência das categorias não pode ser compreendida separadamente.

interferiram nas camadas preexistentes e as transmitem ao futuro como herança. Ao ser considerada uma produção do homem e uma materialização natural do tempo no espaço, a cidade se encontra em constante (re)elaboração nos campos sociais, políticos e culturais, podendo ser compreendida a partir do conceito contemporâneo de *Patrimônio Ambiental Urbano*⁴. Meneses (1979) defende que o *Patrimônio Ambiental Urbano* é, sobretudo, um fato social que deve ser entendido dentro de um contexto de produção, na medida em que o homem organiza a sua prática em sociedade, incluindo a manipulação de uma linguagem simbólica.

A abrangência desse conceito sinaliza novas perspectivas às políticas de preservação do patrimônio cultural na contemporaneidade, em especial, das cidades históricas, a exemplo de Ouro Preto. Considera-se que estas não se encerram na forma atemporal e nem na excepcionalidade histórica e artística dos espaços edificados, mas, são capazes de possibilitar as experiências culturais de uma sociedade em constantes transformações. Dessa maneira, as cidades históricas se estabelecem como um legado primordial às sociedades atuais, devendo permitir a elas relações dinâmicas entre o espaço, a história, a identidade, a estrutura social e as diferentes formas de produção ao longo do percurso. Castriota (2009) ressalta:

Se podemos classificar a cidade como um *artefato* humano, como um bem tangível imóvel, é importante percebermos, no entanto, que se trata de um artefato *sui generis*, de origem coletiva e em processo de constante transformação, que se dá por substituição das camadas.[...] Não se trata, portanto, de congelar a vida, ou de transformar as cidades em museus, mas em pensar na preservação e na melhoria de sua qualidade de vida, o que abrange tanto as áreas consideradas *históricas* quanto àquelas mais novas. É nesse sentido que nos parece fundamental o conceito contemporâneo de *patrimônio ambiental urbano*, matriz a partir da qual podemos pensar a preservação do patrimônio, sem cair nas limitações da visão tradicional. (CASTRIOTA, 2009, p. 88-89).

4 Sobre o tema, consultar: Castriota (2009); Sant’anna (2004) e Meneses (1979).

Frente a essa apresentação e ao contemplar o *Patrimônio Ambiental Urbano* relacionados ao campo da preservação da cidade, esta pesquisa é conduzida pelas possibilidades de análise sobre a produção do espaço em Ouro Preto, Minas Gerais. Reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a cidade é síntese precursora da representação institucionalizada de patrimônio e da política preservacionista nacional.

A intencionalidade da pesquisa é norteada pelas perspectivas políticas e econômicas acerca das formas de ocupação dos edifícios em um determinado recorte espacial, tem como objetivo identificar questões relativas aos comportamentos sociais vigentes que auxiliam o modelo de preservação da cidade e, conseqüentemente, a produção do espaço. Para tanto, o foco está centrado nas experiências cidadinas impulsionadas pelas possíveis inflexões de valores atribuídos ao espaço urbano, a partir do esvaziamento residencial observado no centro histórico de Ouro Preto.

A realização deste estudo é justificado pelas intenções de compreender algumas circunstâncias que provocam o esvaziamento residencial e, à vista disso, podem comprometer a humanização das políticas contemporâneas de preservação e uso equilibrado do patrimônio cultural nessa sociedade. Justifica-se, também, a pretensão de contribuir e expandir com as pesquisas sobre a produção do espaço urbano em Ouro Preto dentro do contexto de cidade-patrimônio.⁵

Dessa forma, conjectura-se que, para a manutenção contínua dos conceitos e das práticas de preservação da cidade, é fundamental envolver o cidadão local e, sobretudo, reconhecer as suas experiências de produção e reprodução social e cultural no tempo presente. Com isso, entende-se que os princípios da preservação do patrimônio cultural devem sempre avançar para além do material, do tangível, do econômico e garantir o reconhecimento das formas e das origens de ser, pensar e atuar do cidadão sobre a produção do seu próprio espaço.

⁵ Esta identificação remete às cidades que possuem, como objeto urbano, referências culturais de identidade e são reconhecidas como patrimônio pelo Estado Brasileiro, assim como são dotadas de políticas de preservação e gestão do seu ambiente.

Para o desenvolvimento conceitual, a estrutura utilizada foi baseada nos princípios filosóficos apontados por Henri Léfèbvre, na obra *A produção do Espaço*, de 1974⁶. O autor discute uma dialética explicitada pelas definições: a Representação do Espaço – “o espaço concebido”; a Prática Espacial – “o espaço percebido”; e, o Espaço de Representação – “o espaço vivido”. Na referida obra, a cidade é estudada pela tríplice ótica conceitual que interfere diretamente sobre o campo mental, físico e social daqueles que produzem o espaço urbano.

Este estudo aborda o recorte espacial determinado focalizando apenas o conceito da Representação do Espaço, ou então, o espaço concebido. Essa escolha se esclarece por considerar as inúmeras possibilidades de investigações dadas à cidade de Ouro Preto, que se tornou símbolo de uma nacionalidade elaborada pela sua atuação, a partir do século XVIII, no campo econômico e sociocultural no contexto brasileiro.

Cabe destacar que o presente capítulo é síntese da dissertação defendida pelo primeiro autor (REZENDE, 2018), no Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável na Universidade Federal de Minas Gerais, orientada pelo segundo autor e co-orientada pelo terceiro autor.

A organização deste capítulo se dá pela compreensão conceitual da dialética da Representação do Espaço, apoiada em Léfèbvre (2006), associando-a com a leitura do espaço concebido a partir da oficialização do patrimônio cultural no Brasil, tendo Ouro Preto como lugar síntese dessa experiência. Para finalizar, é apresentado o estudo de caso com o levantamento de dados, a indicação do esvaziamento residencial na centralidade urbana de Ouro Preto e as considerações referentes às possíveis inflexões de valores e efeitos à produção do espaço urbano. A metodologia ora adotada foi o levantamento dos dados *in loco*, a partir da observação e entrevistas com alguns comerciantes e moradores da região, com a finalidade de quantificar os edifícios, assim como, suas respectivas ocupações. Ao final são tecidas algumas considerações de análise, acentuando a contribuição no que tange às necessidades de fortalecimento das relações simbólicas e afetivas do cidadão com a cidade-patrimônio.

6 Henri Léfèbvre publica *A produção do Espaço* no ano de 1974. Portanto, a versão utilizada foi: LÉFÈBVRE, Henri. *A produção do Espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

Henri Léfèbvre e a Dialética na Representação do Espaço Urbano: o concebido

Filósofo e sociólogo marxista francês, Henri Léfèbvre (1901-1991) se graduou em Filosofia, na Universidade de Paris, em 1920. Realizou estudos com críticas ao poder autoritário e agenciador do Estado, avaliando as vigorosas interferências do sistema econômico capitalista no espaço urbano. Efetuou críticas ao poder industrial em adaptar a cidade conforme os interesses exploratórios da produção e do consumo e à exclusão do cidadão dos processos de elaboração das práticas sócio-espaciais que desempenham os valores atribuídos à vida urbana.

Ao longo dos seus estudos, esse autor rejeitou o caráter reducionista da própria pretensão do Estado em tornar os problemas da cidade uma questão meramente administrativa, técnica, científica e por manter um aspecto de dominação sob os cidadãos e os tornarem mais objetos do que sujeitos integrantes à produção do espaço social. Essas são algumas das análises que Henri Léfèbvre apresenta como decorrência dos vínculos econômicos de domínios e das políticas urbanísticas pelos quais o Estado ordena e controla a população (ELIAS, 2010; MARTINS, 1996).

Em contraposição a essa perspectiva agenciadora da sociedade pelo Estado, Léfèbvre publica, em 1974, o livro *A produção do espaço*. A obra discute a produção do espaço urbano sob a ótica do homem comum, com base no direito à cidade enquanto estímulo à criação, transformação e plena fruição do espaço social. Desenvolve uma concepção de cidadania que desconstrói os poderes ordenadores, burocráticos e de expressão verbal tão própria à sociedade contemporânea capitalista. (ELIAS, 2010).

Na referida obra, o autor destaca a relevância da produção do espaço para a organização da vida cotidiana e auxilia, com maiores apurações de conceitos, as infinitas contradições ativas aos comportamentos sociais, visto a importância que o espaço possui para as (re)produções na sociedade contemporânea. Com isso, o autor compreende o espaço como um processo de produção sócio-espacial que acontece em três dimensões interconectadas dialeticamente, sendo o concebido, o percebido e o vivido.

A chave para a teoria de Léfèbvre é a compreensão de que a produção do espaço pode ser dividida em três dimensões ou processos dialeticamente interconectados. [...] Eles são duplamente determinados e da mesma forma duplamente designados. Por um lado, eles se referem à tríade da “prática espacial”, “representação do espaço” e “espaços de representação”. Por outro lado, eles se referem ao espaço “percebido”, “concebido” e “vivido”. Esta série paralela aponta para uma abordagem dupla de espaço: uma fenomenológica e outra linguística ou semiótica. [...] estes conceitos derivam da fenomenologia francesa, especialmente de Bachelard e de Merleau-Ponty [...] a perspectiva epistemológica desloca-se do sujeito que pensa, atua e experimenta para o processo de produção social do pensamento, ação e experiência. (SCHMID, 2012, p. 91 - 103).

Nessa perspectiva, Léfèbvre (2006) define que a produção do espaço urbano é eminentemente uma formação social, um resultado das possíveis relações dinâmicas entre o concreto e o abstrato, jamais podendo ser campos tratados de forma independentes. Ainda na obra *A produção do espaço*, Léfèbvre (2006) indica que a cidade pode ser compreendida enquanto representação, sobretudo, em virtude dos instrumentos gerados pela ordenação burocrática e controle oficial. Esses instrumentos são as formas influentes de conceber o espaço por meio de políticas legais de poder voltadas à gestão urbana.

Além disso, o autor sinaliza que tais processos são comportamentos que naturalizam, oficialmente, os espaços e seus conflitos, sobrepostos por interesses, geralmente, autoritários ou pouco democráticos. Nessa circunstância, as produções dos espaços concebidos são verbalizadas por conceitos e teorias desenvolvidas por pesquisadores e intelectuais; pela legislação e fiscalização; pelos interesses capitalistas e à favor de determinados grupos, dentre outros aparelhos que permitem discorrer sobre as práticas influentes na organização social. Face a isso, pode-se definir:

A representação do espaço, ou seja, o espaço concebido, é aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido [...]. É o espaço

dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam [...] para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente. (LÉFÈBVRE, 2006, p. 40).

Concebida como síntese da cultura nacional e laboratório para o desenvolvimento de uma política de preservação do patrimônio, a produção do espaço em Ouro Preto sempre corroborou com comportamentos de interesses e conflitos. Seja por parte dos intelectuais, políticos e cidadãos, assim como, pelo reconhecimento, valorização e qualificação do patrimônio em oposição à prática exploratória do capitalismo e do próprio turismo.

Nessa perspectiva, entende-se que, em Ouro Preto, a leitura compreensiva e direcionada do conceito lefebvriano com base na dialética da produção do espaço concebido ocorreu a partir da implantação da política oficial do patrimônio cultural pelo Estado brasileiro, a partir da primeira metade do século XX, conforme discutido na próxima seção.

A Política Oficial do Patrimônio Cultural no Brasil e em Ouro Preto

Historicamente, o patrimônio cultural e as práticas de preservação possuem uma relação íntima à favor dos processos identitários da sociedade em que se insere. De acordo com Poulot (1997, p. 36) “a história do patrimônio é a história da construção do sentido da identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais”. Assim, o autor complementa o pensamento ao defender que o patrimônio é instituído em uma configuração histórica que abrange uma cultura, um objetivo político, princípios ideológicos que expressam valores, ambições e projetos para a formação de uma sociedade civilizada.

Enquanto categoria de pensamento nas sociedades contemporâneas, Gonçalves (2003) reconhece que o patrimônio deve ser compreendido como organismo constante para salvaguardar o passado no tempo presente. O autor trata, criticamente, a existência do patrimônio como algo selecionado por uma atuação intelectual e política capaz de criar e sustentar a defesa do pensamento. Em contraposição, orienta que para o campo do patrimônio sejam sempre

atribuídos valores a partir das relações sociais, culturais e econômicas elaboradas em volta do simbolismo material ou imaterial.

Ao perceber a cidade, enquanto patrimônio cultural, a partir das interferências do homem no ambiente, deve-se, igualmente, observar as exigências para garantir o equilíbrio, a preservação e suas áreas em transformação no âmbito do uso. O conceito contemporâneo de *Patrimônio Ambiental Urbano* propõe um pensamento de articulação entre a preservação das referências identitárias da sociedade e dos processos mutáveis da vida, sem, no entanto, restringir-se a uma visão estagnada e tradicional de proteção. Desse modo, defende Castriota (2009):

Pensar na cidade como um “patrimônio ambiental” é pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando o processo vital que informa a cidade e não apenas o monumento “excepcionais” isolados. [...]. Preservar o patrimônio ambiental urbano é como se pode perceber, muito mais que simplesmente tomar determinadas edificações ou conjuntos: é, antes, preservar o equilíbrio da paisagem, pensando sempre como inter-relacionados a infraestrutura. [...]. (CASTRIOTA, 2009, p. 89).

No Brasil, a conceituação da política de preservação do patrimônio cultural foi espelhada em experiências europeias, precipuamente, aquelas que regeram as legislações na França e na Itália a partir do século XIX. Nas três primeiras décadas de atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o patrimônio cultural foi ideologicamente implementado à base de uma postura intelectualizada, centralizadora e autoritária, cujo propósito primordial era a apuração e o tratamento técnico dos bens materiais representativos de valores e que poderiam formar uma identidade oficial para o Brasil.

Motta (2000) destaca que os princípios que fundamentaram as práticas do patrimônio nacional restringiram-se, basicamente, à seleção dos bens de suporte físico, monumentos, edifícios e objetos de arte, com base em critérios estéticos e estilísticos e, primordialmente, pela sua excepcionalidade e representatividade de uma cultura dominante e elitizada. De acordo com a autora:

[...] a imagem de nação foi apropriada com ideia *lato sensu*, ficando esquecidas a origem e os motivos da escolha dos imóveis e sítios coloniais e/ou excepcionais como patrimônio. Não houve consciência de que este patrimônio era um determinado recorte feito sobre a produção brasileira em acordo com um projeto e momento histórico específico, levando ao uso de critérios semelhantes de seleção do patrimônio cultural, observando-se aspectos estéticos-estilísticos e a excepcionalidade em contextos históricos diferentes e diante de novos projetos de identidade cultural. (MOTTA, 2000, p. 31).

A partir da implantação do IPHAN, também inicia-se a produção de espaços concebidos identificados como patrimônio nacional, primordialmente, como já dito, aqueles de cunho histórico e artístico. Por meio dos processos de representação dos espaços institucionalizados pelo Estado brasileiro com a participação de tecnocráticos, intelectuais, artistas e agenciadores, as cidades históricas foram tombadas, os monumentos evidenciados e implantados os museus nacionais como padrões de expressão máxima da identidade nacional.

Assim, ao referenciar o conceito defendido por Léfèbvre (2006), encontra-se no IPHAN e no seu contexto de atuação na esfera nacional, pelas práticas políticas e intelectualizadas, a interpretação da produção ou representação de um espaço simbólico. Instituído pelo Estado e ligado às relações de imposições dominantes e às chamadas “ordens” sociais, intimamente associado aos “conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações ‘frontais’ ” (LÉFÈBVRE, 2006, p. 36), o IPHAN concebeu uma identidade nacional pela qual a própria sociedade não se identificou enquanto referência.

[...] instaura-se ali, como de resto em todo o Brasil, uma prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados, desconsiderando-se, muitas vezes, a sua história real. Lia Motta sintetiza de forma cáustica a prática de preservação imposta então a Ouro Preto: “Esvaziada economicamente, a cidade foi usada como matéria-prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernista, deixando as populações que lá moravam subordinadas a esta visão idealizada, não sendo elas sequer motivo de referência.” (CASTRIOTA, 2009, p. 141).

Dessa forma (2006), pode-se perceber que o campo mental das comunidades possuidoras de patrimônio históricos de interesse do Estado é atingido pela atuação da produção de um espaço de domínio e de poder sobre aqueles que o habitam. Por essa leitura também fica claro que o princípio de Léfèbvre vai ao encontro do pensamento de Pierre Bourdieu. Haja vista que ambos desenvolveram uma análise da composição estruturante da sociedade pelo poder invisível exercido na cumplicidade daqueles que o exercem com aqueles que estão sujeitos ao poder, denominado de “poder simbólico”. Para essa compreensão, Bourdieu (2002) defende que a representação simbólica do poder atua nos modos de operação ou na produção simbólica como um domínio do espaço. Assim, o poder do espaço concebido se encontra nas práticas simbólicas de cada sociedade.

[...] a procura dos critérios *objectivo* de identidade “regional” ou “étnica” não deve fazer esquecer que, na prática social, esses critérios são *objecto* de representações mentais, quer dizer, de *actos* de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações *objectuais*, em coisas ou em *actos*, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores. (BOURDIEU, 2002, p. 112).

De acordo com o que foi anteriormente apresentado, é possível perceber, de maneira evidente, a produção do espaço concebido a partir dos critérios de seleção e exclusão dos elementos materiais que seriam representativos da cultura nacional. Nas definições de Rodrigues (2006), com base na elaboração realizada por Fonseca (1997), a produção do espaço concebido como patrimônio pelo IPHAN, nas primeiras décadas de atuação, pode ser resumida pelos seguintes critérios:

- *O principal instrumento de legitimação das escolhas realizadas era a autoridade dos técnicos, sendo desnecessário formular justificativas mais elaboradas;*

- Prevaleceu nitidamente uma apreciação de caráter estético, baseada nos cânones da arquitetura modernista;
- A consideração do valor histórico dos bens não era objeto de maior atenção, a não ser relativamente à autenticidade das fontes;
- Na verdade, a prioridade era assegurar a proteção legal dos bens de sua inscrição nos livros de tombo, ficando em segundo plano a questão do critério nas inscrições. (FONSECA, 1997 apud RODRIGUES, 2009, p. 8, grifo nosso).

No que se refere às ações de preservação e restauração das cidades tombadas pelo IPHAN, essas iniciativas estiveram voltadas à busca da manutenção das características originais e o desprezo pelas mudanças do tempo, presente nas alterações de estilos arquitetônicos. Isso ocorreu por meio de remoção dos elementos recentes que “corromperam” o edifício ou o conjunto, e de inserção “harmoniosa” de novas construções, ao gosto dos arquitetos e intelectuais do IPHAN. Essa peculiar forma de intervir no conjunto arquitetônico, ou da produção do espaço regido pelos cientistas, ficou conhecida entre os moradores dos núcleos tombados como “estilo patrimônio” (MOTTA, 1987).

Para Rubino (1992), as posturas políticas do IPHAN se mantiveram por décadas e as leis que se efetivaram posteriormente tiveram caráter apenas complementar, especificando sobre a ampliação do campo de reconhecimento de ruínas arqueológicas, pré-históricas, do patrimônio subaquático, dentre outros. No entanto, permaneceram ausentes orientações sobre os métodos e as técnicas aceitáveis no campo da articulação entre a identificação, a preservação, a restauração, o uso, a exploração e a dinâmica do patrimônio pela sociedade.

Dessa maneira, encontra-se na produção desse espaço concebido aquilo que Lefebvre (2006) discute ao abordar as relações de ausência dos usuários na concepção dos espaços de representação e:

Talvez seja preciso ir mais longe e admitir que os produtores do espaço sempre agiram segundo uma representação, ao passo que os “usuários” suportam o que lhes é imposto, mais ou menos inserido ou justificado em seu espaço de representação. (LÉFÈBVRE, 2006, p. 44).

Sob a concepção de uma nacionalidade civilizada ao país, inspirados nos princípios de se igualar às políticas de identidade que ocorriam na Europa, Ouro Preto é apreendida como mediação entre a ordem próxima e a ordem distante (LÉFÈBVRE, 2008). Ou seja, concebeu-se um espaço imaginado e planejado, abstração intelectual e artística resultante dos preceitos do Movimento Modernista e do Estado brasileiro no início do século XX.

A seguir, apresenta-se uma análise com apontamentos que caracteriza possíveis aspectos que contribuem com as alterações de ocupação dos edifícios no recorte espacial, sendo confirmado com o levantamento de dados, o qual foi realizado objetivando quantificar o número de edifícios e suas formas de ocupação na atualidade.

As Formas de Ocupação dos Edifícios e a Inflexão de Valores

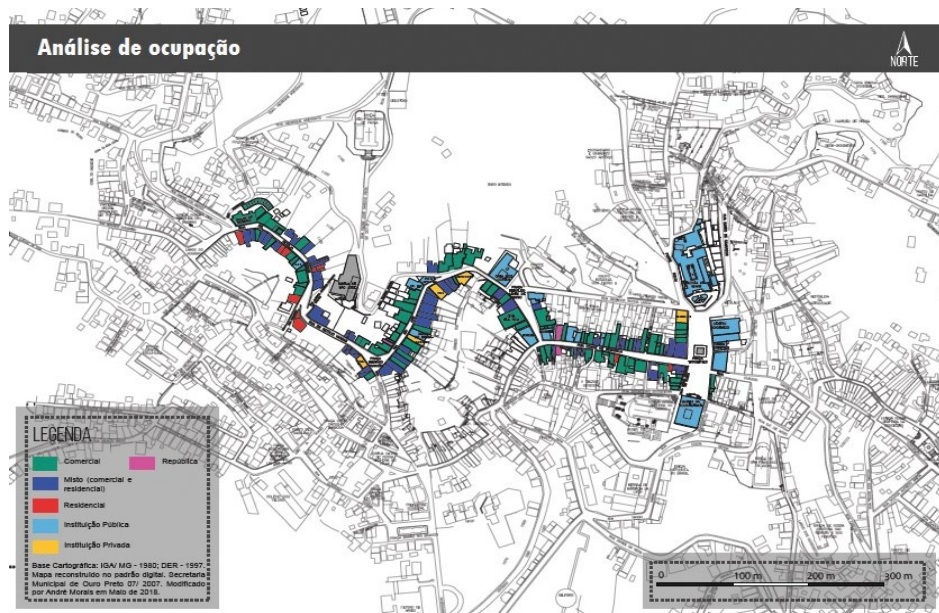
Ao identificar as formas de ocupação dos edifícios localizados no centro histórico de Ouro Preto, fomenta-se algumas reflexões sobre a valorização do *Patrimônio Ambiental Urbano* a partir das possíveis relações do cidadão com a cidade. Para iniciar essa compreensão, parte-se, primeiramente, de uma percepção de que habitar os edifícios históricos no centro de Ouro Preto é aceitar circunstâncias desafiadoras de moradia. Pois, constata-se em tantos casos que ao contrário da sedução de viver em um edifício tombado e carregado simbolicamente de valores históricos, estéticos e afetivos, a manutenção desses casarios coíbe, em diversos momentos, as formas de ocupar o espaço. É comumente necessário o alto investimento financeiro para a manutenção estrutural de um edifício com técnicas construtivas distintas das contemporâneas. Há, também, restrições a diversas demandas básicas de uma residência para o século XXI, a exemplo das condicionantes para ampliação do volume construído, substituição de materiais ou, até mesmo, limitações às adaptações e acesso.

Por outro lado, percebe-se que os elementos urbanos de uma cidade histórica são, cada vez mais, induzidos pela indústria do turismo e do mercado imobiliário, direcionando os campos da exploração qualificada para o consumo de um cenário que se solidifica pelo valor de troca face ao valor de uso. Por essa lógica, pode-se compreender que o antagonismo econômico e a racionalidade capitalista globalizada atingem diretamente os indicadores das práticas sócio-espaciais da vida cotidiana. Como consequência, a cidade institucionalizada como Patrimônio Cultural da Humanidade se torna foco de atenção pelas transformações dos mecanismos urbanísticos e pelos valores de uso como um todo.

Ao seguir esse viés de compreensão, identifica-se no centro histórico de Ouro Preto uma tendência às adaptações dos edifícios residenciais por novas ocupações destinadas aos estabelecimentos comerciais e voltada à absorção desses padrões gerados pela lógica do capitalismo. Com isso, as utilizações dos espaços destinados às residências vêm, gradativamente, sendo ocupados pelos estabelecimentos de serviço e consumo.

Conforme a Figura 1, o recorte espacial contemplado à pesquisa localiza-se na centralidade urbana do Ouro Preto, região de interesse deste estudo, devido a concentração de importantes edifícios, exemplares da arquitetura residencial colonial e referência da cidade-patrimônio, a saber: Praça Tiradentes, Rua Conde de Bobadela (Rua Direita), Praça Reinaldo Alves de Brito (Largo do Cinema), Rua São José, Praça Silviano Brandão (Largo da Alegria) e Rua Getúlio Vargas.

Figura 1 - Recorte do Eixo Parcial do Caminho Tronco: análise de ocupação



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto.
Modificado por André Moraes em 2018.

A força motriz a favor do mercado imobiliário e da indústria do turismo insere pressões que não apenas problematizam a produção do espaço na coletividade urbana vigente, mas interferem no campo privado dos cidadãos e nas projeções futuras da cidade. Pois, tendo em vista os altos investimentos para a aquisição, recuperação, adaptação e manutenção dos edifícios históricos, os habitantes locais têm ocupado cada vez menos a moradia e os lugares de permanência, convívios sociais e, em síntese, a própria elaboração do espaço urbano. Por outro lado, vê-se os grandes investidores atendendo a uma demanda gradativamente mais elitizada de público externo, consumidores e impulsores das práticas exploratórias. Segundo indicado por Lemos (1994):

Esse morador enfrenta diferentes tipos de conflitos, que oscilam entre o apego a valores culturais tradicionais e as imposições de um estilo de vida moderno. *Num outro nível, a história, que é sua, é redefinida a partir do olhar do estrangeiro. [...] Esses sujeitos carregam uma ambiguidade que*

se traduz em sentimentos antitéticos – se, por um lado, suas habitações estão impregnadas de lembranças do passado, por outro, são atraídos pelos imperativos dos símbolos de consumo, [...]. (LEMOS, 1994, p. 102, grifo nosso).

A partir da análise da Figura I, tais modificações podem ser ilustrada pelo Gráfico 1, no qual se registra uma comparação entre os edifícios existentes, o número de residências e o número de comércios na atualidade.

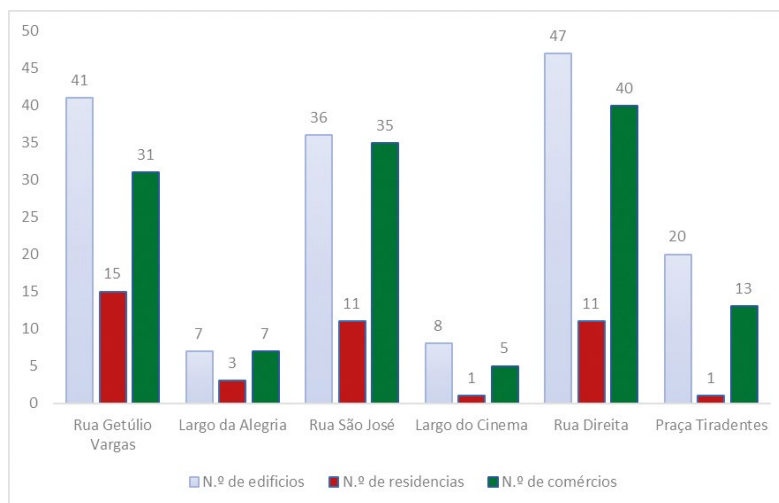


Gráfico 1 – Levantamento quantitativo de edifícios e ocupações

Fonte: Rezende (2018, p. 107)

De acordo com o Gráfico 1, o levantamento quantitativo apresenta a identificação de 159 edifícios no percurso urbano contemplado à pesquisa, quase na totalidade com pavimento para o comércio e para a moradia. Destes, 131 edifícios são ocupados na sua completude pelos estabelecimentos comerciais, como: lojas diversas, joalherias, cafeterias, restaurantes, farmácias, bares, museus, salões de beleza, hospedarias, instituições bancárias e departamentos públicos. Completa o levantamento a identificação de apenas 42 edifícios com a ocupação de residência e habitado. A partir dessa descrição quantitativa dos edifícios, identifica-se o esvaziamento dos espaços destinados às residências para ocupações com outras finalidades, dando aos habitantes locais a condição

de assistirem a uma adaptação ou absorção de novos paradigmas para o centro histórico de Ouro Preto. Como resultado dessa realidade, o desaparecimento de elementos simbólicos materiais e imateriais, próprio da relação do cidadão com o uso e a produção do espaço.

Do mesmo modo, o processo de esvaziamento residencial descortina práticas sócio-espaciais conflituosas para a vida urbana na cidade, em especial, no âmbito das relações entre o cidadão e o aparato de preservação do patrimônio urbano por comportamentos alinhados com o distanciamento, a incompreensão, a indiferença e o descaso perante a coparticipação nos meios legais de salvaguarda da cidade-patrimônio. Tal fato acontece de maneira compulsória, pois, a utilização do patrimônio edificado deixa de fazer parte da produção dos espaços no âmbito íntimo e passa a não mais atingir o campo de pertencimento concreto e imaginário do cidadão, não criando, assim, afinidades de correspondências com essas vidas.

Para associar o habitar à produção do espaço concebido na esfera institucionalizada, é necessário permitir ao cidadão o viver, o elaborar, o integrar e confrontar os processos transformadores atuantes e complementares à vida urbana para encontrar o equilíbrio em toda a sua abrangência social e cultural. É fundamental compatibilizar as práticas realizadas no cotidiano do habitar com a presença e a participação do residente consciencioso no processo de reconhecer e conciliar os valores de ocupação, apropriação, exploração, transformação e proteção do patrimônio. Dessa forma:

“*Construir, Habitar, Pensar*”, habitar não se confunde com o “morar em uma residência”. O *habitar* humano se estende a todos os lugares onde o homem se reconhece como homem e pode exercer a sua atividade e sua dimensão existencial, portanto aquilo que ele constrói para a plenitude de sua existencialidade. Habitar e construir estão ligados em essência, uma como contra-parte da outra, “parece que só é possível habitar o que se constrói” (HEIDEGGER, 2001, p. 125). Dessa maneira, é possível habitar não apenas a casa, mas tudo aquilo que o homem constrói [...]. (CARSALADE, 2007, p. 107).

O esvaziamento residencial pode expressar pontos de adversidades na produção do espaço na centralidade urbana de Ouro Preto, no qual, as circunstâncias promovidas por essa condição resultam em limitadas formas de consumir o espaço urbano como um lugar elaborado pelas práticas do convívio e afetividade. Por essas questões, acredita-se que a cidade de Ouro Preto e a produção do seu espaço concebido exige princípios de Políticas Públicas e sociais que possam instituir condições vitais de uso e apropriação do seu espaço urbano. Da mesma maneira, que estimule o direito à cidade e garanta a justiça social, pois a cidade e seu patrimônio habitado devem ser estruturados pelas divergências das práticas sócio-espaciais enquanto condição necessária para pulsá-la e mantê-la como organismo vivo e em constante (re) elaboração.

Para além de propiciar novas condições e mudanças nas funções dos edifícios, com outras formas de ocupação dos espaços residenciais, tal contexto gera estímulos às inflexões de valores na centralidade urbana. Isto significa que a realidade cidadina contrapõe a base do princípio de Léfèbvre (2006), no qual a produção do espaço na cidade deve ser auxiliada pela existência de uma centralidade urbana articulada com a vida local, com lugares que possibilitam os encontros, os conflitos e as transformações em seus cidadãos e que garanta o direito à cidade como fonte de equilíbrio e justiça social. (LÉFÈBVRE, 2008, 2006; HARVEY, 2014, 2013).

Considerações Finais

As particularidades urbanas em Ouro Preto se materializam pelas experiências da cidade-patrimônio que, ininterruptamente, mesclam o cotidiano da vida dos habitantes com os valores atribuídos, sobrepondo e conferindo à produção do espaço um dinamismo singular e próprio.

Importante atenção foi dada à institucionalização da cidade a partir da década de 1930, com a criação do IPHAN, pelo reconhecimento de sua qualidade simbólica para a identidade nacional e como laboratório conceitual e prático no estabelecimento de políticas de preservação do patrimônio cultural

no Brasil. Esse período forjou o que considera a produção do espaço concebido, atingindo, primordialmente, o campo mental da sociedade ouro-pretana pelos processos agenciadores e burocratizados do Estado perante as ações de tombamento e controle do espaço urbano, reverberando diretamente na vida dos habitantes. Tais processos foram marcados com posturas caracterizadas por influências externas e verticalizadas, com objetivos alinhados aos interesses políticos e intelectualizados atuantes em tempos pretéritos, do que, propriamente, uma construção legítima da sociedade civilizada.

Diante disso, essa pesquisa se deu a partir de uma instância descritiva primordial, que foi o esvaziamento residencial dos edifícios presente na centralidade urbana de Ouro Preto e as interferências nas conformidades do habitar a cidade-patrimônio. O levantamento quantitativo realizado apontou que muitos edifícios com suas destinações à residência, estão, atualmente, sendo ocupados com a finalidade distintas, a exemplo do comércio e hospedagem. Assim, constata-se uma expressiva alteração sobre a produção do espaço urbano, em virtude de um diminuído número de residências e, conseqüentemente, de residentes permanentes. Esse fator favorece à mudança de funções na centralidade urbana do centro histórico de Ouro Preto, por um perfil voltado, cada vez mais, ao mercado imobiliário, ao turismo e ao consumo imediato.

Essas transformações das práticas sócio-espaciais no centro histórico de Ouro Preto vêm atribuindo, progressivamente, uma conformação homogênea à centralidade da cidade. São conformações com usos e sentidos mais próximos à lógica capitalista e uma internacionalização da cultura cada vez mais evidente pelos meios de mercantilização e consumo dos lugares de memória.

Com base na análise sobre o esvaziamento residencial e a formas de ocupação dos edifícios (Gráfico 1) voltadas ao mercado comercial, pode-se apontar que a preservação do patrimônio urbano em Ouro Preto também passa a apresentar profundos contrastes, seja em sua concepção, realização e implantação. Pois, é dentro dessas condições de cidade-patrimônio que as inflexões de valores em torno da preservação da *Patrimônio Ambiental Urbano* pode deixar

de existir, visto que, nesse sentido, a qualidade síntese de uma cidade orgânica e heterogênea, viva e dinâmica passa a ser uniformizada e caracterizada como cidade cenário.

Espera-se que a reflexão valorativa do patrimônio urbano em Ouro Preto possa reverberar de forma mais decisiva na (re)significação da cidade por seus residentes. Que a qualidade de cidade-patrimônio seja capaz de representar um movimento legítimo à favor do aprimoramento da cidadania, da identidade ou da construção de uma relação social mais consistentemente, pautada no fortalecimento dos espaços pela sua produção de lugares de vivência, encontros e conflitos e que se consolide pelos aspectos do direito à cidade e ao patrimônio. Compreender que a cidade habitada deve se manter sobre a cidade patrimônio e vice-versa, dentro do processo que se completa pelas divergências das práticas sócio-espaciais é necessário para pulsá-la enquanto organismo vivo, dinâmico e em constante elaboração.

Tal movimento conflui para a proposição de uma Política Pública voltada à moradia e permanência do cidadão no centro histórico de Ouro Preto. Pois, confia-se que as vivências e os diálogos articulados entre os residentes e as políticas gestoras do patrimônio cultural instituem condições vitais para garantir a apropriação do espaço e o estímulo ao direito à cidade em sua parcialidade, mas, sobretudo, contribuem por ecoar comportamentos de cidadania e justiça por toda a sociedade.

Por fim, com base em Léfèbvre (2006), é fundamental acreditar que o espaço concebido em Ouro Preto, muito consiste na reprodução da vida, material e simbólica. Portanto, é necessário que haja, de maneira contínua, diferentes possibilidades de apropriações e reelaborações do cotidiano urbano marcado pelos comportamentos sociais e políticos que sejam próximos aos consensos ou dissensos, entre a cidade e o cidadão, efetivando a produção do espaço.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CARSALADE, Flávio de Lemos. **Desenho contextual: uma abordagem fenomenológica-existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem**. 2007. 475 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.
- ELIAS, Gabriel Santos; MEDEIROS, João Telésforo. A luta pelo passe livre sob a perspectiva do direito à cidade no distrito federal. In: VI ENCONTRO ANUAL DA ANDHEP – DIREITOS HUMANOS, CIDADES E DESENVOLVIMENTO, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2010, p. 1-27. Disponível em: <<http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/46205733-A-Luta-Pelo-Passe-Livre-Sob-a-Perspectiva-do-Direito-a-Cidade-no-Distrito-Federal-Gabriel-Telesforo.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento, ensaios contemporâneos. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio, ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: D.P&A, 2003.
- HARVEY, David. O direito à cidade. **Revista Piauí**, São Paulo, jul. 2013. Tribuna livre da luta de classes. Não paginado. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 12 fev. 2022
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LÉFÈBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, V. H et al. **Patrimônio: atualizando o debate**. 2. ed. São Paulo: IPHAN, 2015. p. 35-76.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Patrimônio ambiental urbano em São Paulo. **Comunidade e Debate**. São Paulo: Emplasa, 1979. p. 20-33.

MOTTA, Lia. **Patrimônio Urbano e Memória Social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990**. 2000. 173 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII a XXI: do monumento aos valores**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REZENDE, Edson Fialho de. **A produção do espaço no centro histórico de Ouro Preto: o processo de esvaziamento residencial e as práticas entre o percebido e o vivido**. 2018. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Universidade Federal de Minas Gerais, Salvador, 2018.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. Conceitos de Patrimônio Cultural no Brasil: do Conde de Galvêias à Constituição Federal de 1988. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio Cultural – da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006. p 1-16.

SANT’ANNA, Márcia. **A cidade- atração: A norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90**. 2004. 350 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU – UFBA, Salvador, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. Tradução: Maria Inez Medeiros Marques e Marcelo Barreto. **Revista GEOUSP** – espaço e tempo, São Paulo, n. 32, p.89-109, 2012.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio**. 2016. 266 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – FAU – UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

MUSEUS, PATRIMÔNIO E HOSPITALIDADE: CONCEITOS INTERDISCIPLINARES

*Larissa Gonçalves Venâncio
Leandro Benedini Brusadin
Lia Sipaíba P. Brusadin*

Introdução

O presente capítulo propõe a articular considerações sobre a temática dos Museus, Patrimônio e Hospitalidade, apresentando alguns conceitos iniciais que permeiam a pesquisa de mestrado em realização no Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais. Desse modo, a nossa intenção é corroborar com pesquisas que relacionam a temática de Museus, Patrimônio e Hospitalidade, na medida em que são campos de pesquisa carentes de reflexões e investigações interdisciplinares. A partir de uma análise bibliográfica estabelecemos a relação entre tais conceitos visando contribuir para a construção de um conhecimento transdisciplinar entre esses campos das Ciências Sociais Aplicadas em interface com as Humanidades. Como evidenciar as práticas de acolhimento e hospitalidade no patrimônio cultural? Como trabalhar formas de inclusão nos museus por meio de políticas de hospitalidade em uma perspectiva decolonial? A ideia não é oferecer respostas para tais perguntas complexas, mas iniciar discussões que podem auxiliar a futuros trabalhos. Para tal, é necessário conceituar os campos envolvidos nessa discussão.

Museus e Museologia

O hábito de colecionar e atribuir afeto aos objetos é observado desde a antiguidade, torna-se uma prática cultural a partir dos fenômenos de gabinetes de curiosidades no século XVI. Mas, somente no século XVIII, articulado a ideia de estado-nação vivenciada na Europa, que começa a haver uma sistematização efetiva da ideia de museu e preservação de bens culturais. A origem dos museus, têm, portanto, uma forte ligação com o nacionalismo e colonialismo (PRIMO, 2013). A institucionalização da memória como um ato político marcou a época que carecia de uma identidade cultural nacional (HALL, 2006) para a manutenção do estado-nação moderno e tal fenômeno foi reproduzido no Brasil e, conseqüentemente, em América Latina.

A museologia como ciência, atua entre teoria e prática na relação indivíduo e objeto, por meio da musealização de objetos que passam a ter novos significados atribuídos na relação museal. Como apontado por Cury (2020, p. 134): “Musealizamos porque os objetos possuem a sua musealidade, qualidade histórica, antropológica, sociológica, técnica, artística, econômica etc.”, isto posto, a musealidade atribuída aos objetos em um contexto museal ocorre por diferentes critérios de escolha determinado por interesses políticos e culturais daqueles que o selecionam.

Em conformidade com a referida autora, a comunicação museológica se resulta de um processo constante de seleção e valoração, sendo a primeira escolha dos objetos que compõe o acervo institucional, e em um segundo momento, a associação a outros objetos, que também foram selecionados, para constituírem uma exposição. Nesse sentido, o objeto no museu adquire a denominação de “musealia”, pois o mesmo perde a sua função utilitária, para assumir uma função de subjetividade e interpretação: “Isso significa que esse objeto adquire um outro valor, cultural e simbólico, em um outro lugar social” (CURY, 2020, p. 134). Dessa forma, podemos concluir que todo discurso expositivo carrega em si um processo intencional de comunicação museológica pelo processo de seleção e valoração de objetos.

Segundo Wichers (2020), a gênese dos museus tradicionais que conhecemos está intrinsecamente correlacionada com as identidades nacionais, o colonialismo e o imperialismo. Devido essa ligação, a autora salienta a necessidade de adotar práticas museológicas decoloniais, a partir da participação de grupos que são historicamente excluídos dessas narrativas oficiais, citando como exemplo os agentes indígenas. A violência epistêmica (SPIVAK, 2012), também pode ser observado nas práticas museais, seja no silenciamento ou inviabilização do outro em um discurso expositivo, na democratização do acesso ou mesmo na participação popular nas políticas patrimoniais.

Outrossim, coloca-se como especialmente relevante uma análise crítica das práticas de colecionamento e de musealização, tendo em vista a herança colonialista dessas práticas. [...]. Essa negação pode ser visualizada nos museus, onde raramente vemos a história das coleções, no que tange as formas de coleta e inserção desses vestígios nos museus, tantas vezes marcadas por saques e espólios (WICHERS, 2020, p. 409).

A questão da participação popular nos processos museológicos e também patrimoniais se relaciona com a discussão da Nova Museologia, proposta na Mesa Redonda em Santiago do Chile em 1972, em que se pensar o papel social dos museus como instrumento para o desenvolvimento local de suas comunidades, que vai de encontro as atuações de Ecomuseus e Museus Comunitários. Eis o princípio das discussões museológicas com as práticas de acolhimento enquanto política de hospitalidade a qual discutiremos em seguida.

Fato é que cinquenta anos após a Mesa Redonda de Santiago, e um verdadeiro crescimento de processos museológicos comunitários no Brasil e na América Latina, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) se propôs a (re)discutir uma nova definição de museus. A procura de uma noção de museus mais plural e diversificada, o processo colaborativo contou com etapas consultivas aos comitês que são compostos por trabalhadores e pesquisadores na área de museus de diferentes partes do mundo nos últimos dois anos, após tais etapas, foi aprovada na 26ª Conferência Geral em agosto de 2022 que aconteceu em Praga, capital da República Tcheca, a seguinte definição:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento (ICOM, 2022).

De acordo com Primo (2013), ao longo do século XX foi-se construindo a ideia do museu contemporâneo, se desvinculando da ideia anterior, ligada ao Estado-Nação e ao colonialismo para os novos museus. Tendo como referência às discussões do final daquele século, as noções sobre patrimônio e museus assumem um papel de protagonismo social em relação ao desenvolvimento local, esses novos movimentos buscam a ampliação das discussões patrimoniais para uma efetiva participação popular nos processos socioculturais. Importamos para este estudo tal prerrogativa de análise, ou seja, as formas de inclusão e exclusão nos museus enquanto patrimônio cultural e as relações destes com o público.

Participação Sócio-Afetiva no Processo Patrimonial e Museológico

Ao longo dos anos a definição do que é patrimônio cultural foi se ampliando e modificando de acordo com as necessidades e anseios da sociedade. As primeiras noções sobre patrimônio e museus surgem em um contexto europeu nos séculos XVIII e XIX, pensados aos moldes do colonialismo europeu e do estado-nação moderno (PRIMO, 2013), por meio de um discurso verticalizado no pensamento eurocêntrico. Contudo, a ideia de patrimônio vai se distanciando dessa perspectiva e vai caminhando para um viés horizontal social-afetivo da sua reflexão e aplicação.

Sob esse aspecto, autores como Colombato e Médice (2017) compreendem o patrimônio cultural como um processo de seleção de bens e práticas culturais, em que são constantemente ressignificados e reapropriados pela sociedade. De acordo com os autores acima, a participação de uma ampla

parcela da sociedade nesse processo de construção social do que é patrimônio cultural, proporciona uma manifestação de pertencimento mais democrática. Tais reapropriações e ressignificações do campo patrimonial são ainda mais importantes em um contexto Latino-americano, em que grande parte dos países vivenciaram constantes silenciamentos e violações ao longo de suas histórias, sofridas a partir do colonialismo europeu e das ditaduras civil-militares.

Canclini (1999) afirma que o patrimônio cultural é constituído por relações de contradição e desigualdades, e isso ocorre desde o processo de formação do patrimônio, até o acesso do mesmo pela sociedade. Resultando em uma participação desigual na apropriação dessa herança cultural, que se refere e representa apenas uma classe social hegemônica. Dessa maneira, para haver a democratização dos bens patrimoniais é necessário a ressignificação do mesmo, a partir de seus usos sociais e participação popular nas políticas patrimoniais. Diante disso, temos a ideia que é o público que confere sentido ao patrimônio cultural.

Segundo Brusadin (2015), a ampliação do conceito de patrimônio é um reflexo das mudanças da sociedade em si. O conceito de patrimônio tem, portanto, um caráter mutável e em constante construção com a sociedade e as entidades e órgãos representativos do patrimônio. Visto que, mesmo que não tenha sido construído pelo coletivo, é a sociedade que a legitima e atribui poder simbólico ao patrimônio. O autor ainda indaga sobre o processo de seleção/exclusão do patrimônio eleito a ser preservado, pois o mesmo foi determinado a partir de uma perspectiva de certa parcela da sociedade, sendo essa, muitas vezes uma perspectiva hegemônica do patrimônio cultural, conforme o refletido acima por Canclini (1999).

Portanto, o conceito de patrimônio é temporal e flexível porque vive em constante revisão, conforme a sociedade se reconstrói e aprofunda contextos sociais, históricos e econômicos que ela mesma deseja preservar. Além disso, este mesmo conceito depende das premissas e dos interesses de entidades representativas do patrimônio. A atribuição do que é valioso historicamente para determinada sociedade varia de acordo com o tempo

e da valorização cultural de cada uma. É preciso considerar também que o que é digno de valor histórico, muitas vezes foi concebido para tal em um processo anacrônico e imposto em determinada cultura social por um processo lógico passado – futuro (BRUSADIN, 2015, p. 48).

Logo, podemos entender o patrimônio como um conceito temporal e flexível, imbuído de um poder simbólico que pode ser, ou não, legitimado pela sociedade (BRUSADIN, 2015). É mister a presente e constante luta pela ressignificação desse patrimônio a partir de seus usos sociais (CANCLINI, 1999). Que se desdobra pelo acesso e participação nas políticas de inventariação e tombamento, à gestão e manutenção dos bens patrimonializados. Reflexionar sobre o patrimônio é refletir sobre as relações de poder: “na atualidade, a área do patrimônio engloba um conjunto significativo de questões de ordem política, de relações de poder, de campos de força e âmbitos do social” (CHUVA, 2012, p. 152). Ao assumir esses conflitos e contradições presentes no campo patrimonial, ganha-se uma visão mais pluralista de suas relações e significados, e sobre como os diversos grupos sociais atribuem diferentes usos sociais, entre eles os afetivos, do patrimônio cultural.

Moutinho (1993), elucida sobre como a ampliação da concepção de patrimônio influenciou a definição das práticas museológicas com a participação ativa da comunidade em que a instituição está inserida. O alargamento da noção de patrimônio cultural, como aqui apresentado, se relaciona com as discussões da nova museologia e participação nos processos museais supracitados. Por sua vez, é importante ressaltar como essas cosmovisões acerca da questão patrimonial foram assumindo um carácter social e afetivo, levando em consideração a relação entre comunidade e patrimônio no fazer museológico.

A partir de reflexões deste tipo surgem novas práticas de implantação de formas e ações da nova museologia no Brasil e na América Latina. Os ecomuseus e museus comunitários outorgam com a lógica patrimonial aqui apresentada, lugar onde a comunidade participa ativamente do processo de criação e manutenção da preservação de sua memória e cultura, envolvendo aspectos materiais e imateriais do patrimônio. Assim, as noções de patrimônio

e cultura foram se transformando conforme as diversas transformações e carências à realidade social. Consequentemente, refletimos também a necessidade de uma representação de patrimônio e museologia que abarque as diversas identidades culturais existentes em nossa atual sociedade.

Un patrimonio reformulado que considere sus usos sociales, no desde una mera atitude defensiva, de simple rescate, sino con una visión más compleja de cómo lá sociedad se apropia de su história, puede involucrar a nuevos sectores. No tiene porqué reducirse a un asunto de los especialistas en el pasado: interesa a los funcionarios y profesionales ocupados en construir el presente a los indígenas, campesinos, migrantes y a todos los sectores cuya identidad suele ser trastocada por los usos hegemónicos de la cultura. En la medida en que nuestro estudio y promoción del patrimonio asuma los conflictos que lo acompañan, puede contribuir al afianzamiento de lá nación, pero ya no como algo abstracto, sino como lo que une y cohesionan en un proyecto histórico solidario a los grupos sociales preocupados por la forma en que habitam su espaço y consiguieran su calidad de vida envolver novos setores¹ (CANCLINI, 1999, p. 33).

É fundamental repensar os processos museológico e patrimonial, perpassando pela ampliação da noção de patrimônio cultural e das reverberações após a Mesa Redonda de Santiago do Chile. De modo que, as discussões fomentadas em torno do campo museal e patrimonial, chegaram a novas dinâmicas e processos museológicos, resultando em diversas iniciativas de ecomuseus e museus comunitários. Também é notável a preocupação com o desenvolvimento das comunidades presentes nos países da América Latina, entende-se, a partir daí o caráter social-afetivo dos museus e as necessidades de se promulgar ações museológicas que auxiliem no desenvolvimento local fundamentado na relação patrimônio, comunidade e território. Podemos perceber também, que

1 Um patrimônio reformulado que considere seus usos sociais, não a partir de uma mera atitude defensiva, de simples resgate, mas com uma visão mais complexa de como a sociedade se apropria de sua história, pode envolver novos setores. Não precisa ser reduzido a uma questão de especialistas no passado: funcionários e profissionais ocupados na construção do presente se interessam pelos indígenas, camponeses, migrantes e todos os setores cuja identidade costuma ser rompida pelos usos hegemônicos da cultura. Na medida em que nosso estudo e promoção do patrimônio assume os conflitos que o acompanham, pode contribuir para a consolidação da nação, mas não mais como algo abstrato, mas como aquilo que se une em um projeto histórico solidário com os grupos sociais pela forma como habitam seu espaço e conquistam sua qualidade de vida envolvem novos setores (tradução nossa).

a partir da discussão fomentada no Chile, as discussões em torno da noção de patrimônio foram absorvendo cada vez mais perspectivas do sul global acerca do patrimônio, resultando em uma concepção patrimonial que foge à regra da visão colonialista e europeia. Antes de atrelar a instituição museal ao conceito político de hospitalidade é importante incorporar o pensamento decolonial que revigora outras formas de ação e interpretação do patrimônio.

Pensamento Decolonial e Museus

O pensamento decolonial emerge do movimento de resistência latino-americano da década de 1990, e propõe o rompimento da lógica eurocentrada já pre-estabelecida para uma visão epistemológica pluralista. O termo colonialidade do poder, é proposto por Quijano (2005), para relatar sobre as assimetrias do poder presentes na modernidade, tal assimetria tem origem no período colonial com a ocupação do território americano por países europeus, e que permanecem até os dias atuais por meio da globalização e do neoliberalismo.

Esto quiere decir que la colonialidad del poder basada en la imposición de la idea de raza como instrumento de dominación, ha sido siempre un factor limitante de estos procesos de construcción del Estado-nación basados en el modelo eurocéntrico, sea en menor medida como en el caso norteamericano o de modo decisivo como en América Latina. El grado actual de limitación depende, como ha sido mostrado, de la proporción de las razas colonizadas dentro de la población total y de la densidad de sus instituciones sociales y culturales. Por todo eso, la colonialidad del poder establecida sobre la idea de raza debe ser admitida como un factor básico en la cuestión nacional y del Estado-nación. El problema es, sin embargo, que en América Latina la perspectiva eurocéntrica fue adoptada por los grupos dominantes como propia y los llevó a imponer el modelo europeo de formación del Estado-nación para estructuras de poder organizadas alrededor de relaciones coloniales² (QUIJANO, 2005, p. 238).

2 Isso significa que a colonialidade do poder baseada na imposição da ideia de raça como instrumento de dominação sempre foi um fator limitante nesses processos de construção do Estado-nação baseados no modelo eurocêntrico, em menor medida como no caso americana ou decisivamente como na América Latina. O grau real de limitação depende, como foi mostrado, da proporção das raças colonizadas na população total e da densidade de suas instituições sociais e culturais. Por tudo isso, a colonialidade do poder estabelecida na ideia de raça deve ser admitida

Segundo Ballestrin (2013) a reflexão sobre o decolonial teria o significado como um “(...) movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade.” (p. 105). O pensamento decolonial ao romper com a lógica moderna capitalista e eurocentrada propõe uma visão mais pluralista do saber, levando em consideração as diferentes realidades do sul global. Considerando ainda o contexto de violações e silenciamentos vivenciados pelos países Latino-americanos em suas histórias, primeiramente em relação aos povos originários durante o período da colonização e, também, em relação às ditaduras militares vivenciados em grande parte desses países, como apontamos anteriormente.

Ao fomentar a discussão sobre o papel dos museus Latino-americanos, a Mesa Redonda de Santiago do Chile (UNESCO, 1972), entende-se a partir desse encontro o conceito de museu integral, em que patrimônio, território e comunidade estão intrinsecamente interligados. A mesa Redonda do Chile dialoga com o pensamento decolonial proposto por autores como Aníbal Quijano (2005) e Boaventura de Souza Santos (2010), entre outros, por se tratar de uma proposta que vai além do conceito tradicional de museu, muito ligado ao colonialismo europeu.

A nova museologia e os ecomuseus na América Latina, se relacionam com os estudos decoloniais, no que tange a práticas museológicas e patrimoniais pautadas na ação comunitária participativa. Brulon (2020) entende os museus como instituições orgânicas ligadas à sociedade e que muitas vezes se materializam, através da musealização, pautados “nos regimes de colonialidade herdados de um passado pouco contestado” (p. 4). Para Ribeiro (2020), há a necessidade de adotar práticas museológicas decoloniais, a partir da desobediência epistêmica, e que rompa com a lógica do colonialismo ocidental que também está muito presente nos museus.

como fator básico na questão nacional e do Estado-nação. O problema, porém, é que na América Latina a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e os levou a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno das relações coloniais (tradução nossa).

Tal virada decolonial foi o resultado de ao menos dois movimentos distintos e paralelos, que tinham início na prática museal para desenvolver formas específicas de pensar o museu na teoria. Enquanto se desenvolviam, na França, a partir do início dos anos 1970, os ecomuseus – museus em que os grupos sociais atuam em sua própria musealização – também nas ex-colônias se apresentavam, com menos visibilidade no contexto internacional, outras experiências inovadoras de “museologias subalternas”, de base popular e voltadas para comunidades às margens dos regimes patrimoniais oficiais, que visavam a ruptura, em âmbito local, com o modelo hegemônico de museu europeu (BRULON, 2020, p. 17).

Relacionando os ecomuseus e museus comunitários com a temática decolonial, Brulon (2020) discute sobre a temática do decolonial no contexto patrimonial, elucida ainda a relação entre a nova museologia, apontando os Ecomuseus como uma possível prática em descolonizar os museus. Devido a sua natureza de co-gestão, os processos museológicos comunitários e ecomuseologia rompem com o padrão das instituições museais que tendem operar em uma lógica hierárquica e dos regimes patrimoniais vigentes. Ao buscar entender as práticas de ecomuseologia através da ótica do pensamento decolonial, por justamente, se tratar de uma iniciativa construída pela comunidade local e a partir de seus interesses, sobre o que deve ser ou não musealizado, lembrado e preservado como patrimônio cultural.

É necessário analisar as práticas de colecionamento do Outro, marcadas por uma alteridade radical, por meio de olhares decoloniais, evidenciando uma estratigrafia de edições, coerções e silenciamentos. Nesse sentido, nas últimas décadas, grupos, comunidades, coletivos e movimentos sociais têm implodido as pretensões de homogeneidade e subordinação às normas, tão bem articuladas na constituição dos museus e coleções. Desde a década de 1970, a Museologia tem passado por mudanças teórico-metodológicas significativas, em um esforço constante de democratização não apenas do acesso, mas também da seleção e da produção do patrimônio cultural (WICHERS, 2020, p. 410).

Desse modo, é imprescindível que as atuais práticas museológicas, sejam essas institucionalizadas ou comunitárias, adotem um olhar decolonial em suas dinâmicas. Os estudos decoloniais compreendido pela sua composição heterogênea, tanto no relativo a pesquisa e problematização da colonialidade do poder e do saber, em diferentes espaços, incluindo também os museus. Bem como no compartilhamento de epistemologias e metodologias que partam da ecologia de saberes, ou seja, na associação do saber científico aos saberes populares de grupos afrodescendentes, camponeses e indígenas (SANTOS, 2010). Para que assim, de fato, ocorra uma participação sócio-afetiva no processo patrimonial e museológico que abarque múltiplas identidades. A partir disso, incorporamos o conceito de hospitalidade na perspectiva da dádiva, ou seja, nas possíveis relações de hospitalidade entre o museu e seu público por meio de olhares diversos e trocas assimétricas.

Dádiva e Hospitalidade em Museus

Para entendermos melhor as relações de hospitalidade e seus estudos no campo sociológico refletiremos o conceito de dádiva como proposto Mauss (2017). O autor apresenta um estudo antropológico sobre trocas em sociedades tradicionais que eram entendidas como primitivas ou arcaicas pelo olhar colonizador daquela época. Com base em rituais históricos, simbólicos e culturais, Mauss investigou sobre reciprocidade das trocas presentes nas sociedades não-europeias. “Caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e no entanto obrigatório e interessado” (MAUSS, 2017, p. 188), resultando em uma espécie de contrato social de dar-receber-retribuir. Era o que o autor chamava de misturas: “Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas misturadas saem cada qual da sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca” (p. 221).

Os estudos sociológicos da Hospitalidade, em interface com o conceito de dádiva, se concentram na investigação e problematização da reciprocidade nas relações humanas. O acolhimento do outro se dá em diversas esferas do

convívio entre pessoas, Camargo (2004) propõe quatro tipos de hospitalidade, sendo essas: doméstica, comercial, pública e virtual, que se organizam nas diversas formas em que acolhemos e somos acolhidos nas diferentes situações do dia-a-dia.

Inserir-se, nesse contexto, a hospitalidade e sua ação de dádiva que consiste na prestação de serviços ou de bens efetuada sem garantia de retribuição, com o intuito de criar, manter ou reconstruir o vínculo social. Assim sendo, ao receber alguém em sua casa se faz um gesto inerente à dinâmica do dar- receber-retribuir seja ou não precedida de um convite. A hospitalidade assume a sua face de sedimentar o tecido social. Assim como a dádiva, a hospitalidade se torna, pois, um fato social total (BRUSADIN; PANOSSO NETTO, 2017, p. 25).

Os museus como espaços abertos ao público, acessíveis e inclusivos, como salienta a sua própria definição como colocada pelo ICOM, relacionam com a hospitalidade na dinâmica de públicos em museus. Essa relação, para além do acolhimento, reflete também desafios da instituição museológica no que diz respeito a preservação e conservação dos bens culturais em exposição. Os museus como espaços de trocas culturais, ou seja, espaços hospitaleiros, requer um equilíbrio diante de suas relações com diferentes públicos, turistas, estudantes e comunidade local, além de demais questões técnicas referentes a conservação de acervo, comunicação museológica, documentação e ações educativas da instituição.

A hospitalidade também pode ser entendida a partir da perspectiva de Derrida (1997) que propõe o conceito de hospitalidade incondicional como uma plataforma política do Estado de abrir as portas sem a prerrogativa da condição de se dizer quem é e a que veio. E, diante de tal, pode-se pensar a instituição museológica:

Seguindo tais acepções, é possível identificar que, desde o seu nascedouro, os museus não ofereceram a “hospitalidade incondicional”, ao contrário, impuseram condições que soariam mesmo *hostis* aos que eram tidos, então, como seus “inimigos” em particular. Portanto, embora

possa causar estranheza a proposta de se refletir sobre a hospitalidade em museus, partindo do que parece ser seu contraditório – a hostilidade –, tais sentidos podem ser tão imbricados que se torne mesmo impraticável pensá-los em separado (GODOY, 2017, p. 263).

Enfim, a concepção da ideia dos museus teve uma forte vinculação as identidades nacionais e elites dominantes (PRIMO, 2013), (WICHERS, 2020) e (CURY, 2020). O que com os processos museológicos recentes, principalmente nas ações de ecomuseus e museus comunitários, procurou-se cada vez mais atrelar a participação popular em prol do desenvolvimento local e ações de preservação da memória e patrimônio cultural. Como mencionado por Godoy: “os museus devem aprender a ser espaços da hospitalidade” (2017, p. 279), compreendemos, portanto, a necessidade de os museus estabelecerem relações de hospitalidade com seu público, principalmente com a comunidade das localidades que estão inseridos, estas são ou podem se tornar relações afetivas com o patrimônio em uma lógica de dádivas e com aspirações incondicionais. O caráter aberto dos museus, somado as suas trocas afetivas, parece ser um caminho possível para a inclusão de públicos diversos.

Considerações Finais – por políticas transversais de hospitalidade museal

Os objetos e as pessoas se misturam entre as coisas e as almas de uma instituição museal. O estudo das relações entre o público e o museal pode nos oferecer formas mais acolhedoras e menos hostis dentre tais. A preservação do acervo pode ser melhor compreendida se o mesmo fazer sentido para o visitante. A abertura dos museus se faz do risco das múltiplas interpretações e das trocas nos espaços musealizados. Inserir a hospitalidade (enquanto forma de dádiva) nos museus é (re)discutir sua abertura e as relações dentre os sujeitos e os objetos musealizados, os processos de escolha e suas formas de inclusão e exclusão, inerentes a todas as formas de poderes. No entanto, para tal exercício é importante que pensemos políticas de hospitalidade de forma transversal dentre os diversos setores que compõe o quadro de uma instituição museológica diante das ações de preservação, comunicação e gestão.

O objetivo deste capítulo foi discutir de forma acessível conceitos interdisciplinares sobre Museus, Patrimônio e Hospitalidade em uma perspectiva decolonial. De forma substanciada, relacionamos as temáticas dos museus, patrimônios e hospitalidade e suas relações de troca com o público, servindo como base teórica para estudos mais aprofundados da relação entre hospitalidade e museus, tal como o exemplo dos ecomuseus no viés da participação sócio-afetiva. Ressaltamos, também, as múltiplas possibilidades em se explorar a temática de Museus, Patrimônio e Hospitalidade a partir dessa reflexão teórica, em diferentes contextos e práticas no campo das Ciências Sociais Aplicadas, enquanto construção de outras perspectivas e discursos de pensar e transmitir o conhecimento da pesquisa acadêmica no campo do patrimônio cultural.

Agradecimentos

O presente trabalho está sendo realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 28, p. 1-30, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/155323>. Acesso em: 16 set. 2022.

BRUSADIN, Leandro Benedini. **História, turismo e patrimônio cultural: o poder simbólico do Museu da Inconfidência no imaginário social**. 1. ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2015.

BRUSADIN, Leandro Benedini; PANOSSO NETTO, Alexandre. O sacrifício e o espírito das coisas perante o dom e a hospitalidade: (des)entendimentos científicos. In: BRUSADIN, Leandro Benedini (Org.). **Hospitalidade e dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento**. Curitiba: Editora Prismas. 2017.

COLOMBATO, Lucía Carolina; MÉDICI, Alejandro Marcelo. El derecho humano a los patrimonios culturales en clave decolonial. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 3, n. 3, 26 jan. 2017. Disponível em: <http://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/102>. Acesso em: 16 set. 2022.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Os Domínios da Hospitalidade. In: DENCKER, Ada de F. M., BUENO, Marielys S. (orgs.). **Hospitalidade: cenários e oportunidades**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CANCLINI, Néstor García. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. (Org.) **Patrimônio etnológico: nuevas perspectivas de estudio**. Consejería de cultura. Junta de Andalucía, 1999. Disponível em: https://www.iaph.es/export/sites/default/galerias/documentacion_migracion/Cuaderno/1233838647815_ph10.nestor_garcia_canclini.capii.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, 2012.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia – reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 9. n. 17, p. 129-146, 2020.

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. *De l'hospitalité*. Calmann-Lévy, 1997.

GODOY, Karla Estelita. Museus hostis, Turistas hostilis: controvérsias e caminhos para hospitalidade em instituições museológicas sob uma abordagem derridariana. In: BRUSADIN, Leandro Benedini. (Org.). **Hospitalidade e Dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento**. Curitiba: Editora Prismas. 2017.

HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**. Comunicação & Cultura, 2006.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

NÚÑEZ, Angélica. Resignificaciones y reapropiaciones del patrimonio cultural. **Baukara**, v. 4, 2013. Disponível em: https://www.humanas.unal.edu.co/baukara/files/1914/5506/3779/Baukara_4.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.

PRIMO, Judite. Museus, hibridação cultural e novas territorialidades. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 46, n. 2. 2013. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4520>. Acesso em: 16 set. 2022.

_____. O social como objecto da museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 47, n. 3. 2014. Disponível em: <https://recil.ensinulusofona.pt/handle/10437/5111>. Acesso em: 16 set. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: <https://www.uv.mx/jose-marti/files/2018/08/Anibal-Quijano-Colonialidad-del-poder.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

RIBEIRO, Antônio Pinto. Podemos descolonizar os museus? **Geometrias da**

Memória: configurações Pós-Coloniais. Porto: Afrontamento, 2016. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/48390/1/Podemos%20descolonizar%20os%20museus.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. 16 set. 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

UNESCO. ICOM. **Documento da Mesa Redonda de Santiago do Chile**. Chile, 1972. Disponível em: <http://www.iber museos.org/pt/recursos/publicacoes/mesa-redonda-de-santiago-de-chile-1972-vol-1/>. Acesso em: 16 set. 2022.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. Coleções indígenas no Sertão imaginado: experimentações etnográficas e museais para a descolonização dos museus. In: BRULON, Bruno (org). **Descolonizando a Museologia: Museus, Ação Comunitária e Descolonização**. Paris: ICOM/ICOFOM. 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/44719795/Descolonizando_a_Museologia_1_Museus_Ação_Comunitária_e_Descolonização_Descolonizando_la_Museología_1_Museos_Acción_Comunitaria_y_Descolonización_Decolonising_Museology_1_Museums_Community_Action_and_Decolonisation. Acesso em: 16 set. 2022.

INTERCESSÕES NA SERRA DE OURO PRETO: MEMÓRIAS E IDENTIDADES

Fernanda Alves de Brito Bueno

Márcia Maria Arcuri Suñer

Yara Mattos

Introdução

O capítulo apresenta uma reflexão sobre a importância das ações interdisciplinares desenvolvidas na Serra de Ouro Preto, por meio de projetos concebidos e coordenados por professoras do Departamento de Museologia (DEMUL) e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DEARQ/EM), ambos da Universidade Federal de Ouro Preto, cujos preceitos contemplam áreas compartilhadas de conhecimento, que integram trabalhos no âmbito do Laboratório de Estudos em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária (LAPACOM), vinculado ao DEMUL/UFOP. O território, objeto de estudo, apresenta aspecto plural e se constitui em um complexo e valioso sítio arqueológico, reconhecido como unidade de conservação ambiental, de especial valor cultural, histórico e paisagístico. Certamente, não há pretensão de esgotar o assunto, e sabe-se que a complexidade do território exige o envolvimento de outras áreas de conhecimento, como a Geologia, a Biologia, entre outras. Neste sentido, as pesquisas e ações extensionistas dos integrantes do laboratório, sempre em diálogo com lideranças e outros atores da serra, vêm se consolidando de maneira a enfrentar os desafios contemporâneos à construção do conhecimento, buscando a aplicação de novas metodologias e o compartilhamento de saberes e expertises.

O LAPACOM atua em sintonia aos preceitos do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto e procura dialogar com outros polos irradiadores de conhecimento tradicional das comunidades que vivem no entorno imediato do Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada¹, que corresponde a uma área central do vasto complexo de sítios arqueológicos situados na Serra de Ouro Preto (figuras 1 e 2). Os projetos ali desenvolvidos têm como premissa pensar o patrimônio por meio de referências culturais, pautado na memória, nas identidades e nos valores atribuídos pelas comunidades ao seu lugar, em perspectivas transversais que contemplem as dinâmicas de uso e ocupação das áreas protegidas e urbanizadas da serra. Acredita-se que as ações devam se configurar em consonância com as demandas e diretrizes apresentadas pelas comunidades diretamente afetadas pelos interesses acadêmicos e do poder público sobre o território em foco, entendendo a importância de se vincular a preservação patrimonial ao desenvolvimento local.

Compreende-se o patrimônio de forma ampla, em suas diversas escalas e valores, na crença da indissociabilidade dos aspectos materiais e imateriais. E, nesse sentido, o patrimônio pode ser pensado na esfera da paisagem, em dinâmicas e manifestações culturais, saberes e ofícios, além dos sentidos e (re) significados associados aos bens materiais, assim entendendo o patrimônio em suas permanências e transformações. Também se reforça a importância de ações que estimulem a reflexão crítica sobre a história oficial, os desdobramentos políticos, além da negligência do poder público em relação ao planejamento urbano e políticas de habitação, no que tange a ocupação urbana desenfreada em áreas de risco e a fragilidade socioeconômica das comunidades que vivem no entorno do MNMAMQ, considerando seu paradoxal protagonismo na origem e desenvolvimento da cidade que se legitimou Patrimônio da Humanidade.

¹ Criada pela Lei Municipal nº. 465, de 29 de dezembro, de 2008, a Unidade de Conservação de Proteção Integral foi alterada pela Lei nº. 966, de 5 de novembro de 2015, passando a ser reconhecida como *Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada* (**grifo nosso**). No final de 2019, a categoria parque foi alterada para monumento, mas neste trabalho optou-se por manter a terminologia “parque”, que parece já incorporada na memória da população. Doravante utilizaremos a sigla PNMAMQ.

O protagonismo da Serra na formação da cidade de Ouro Preto

A origem da cidade de Ouro Preto se relaciona aos antigos arraiais mineradores, cujos núcleos se estabeleceram ao longo da serra, em território de extensas terras minerais. Resende (2007) em seu texto *Itinerários e interditos na territorialização das Geraes* descreve que os registros históricos indicam a descoberta do ouro a partir de 1693, mas afirma que os maiores achados ocorreram, no território hoje compreendido pelo Estado de Minas Gerais, entre os anos de 1697 e 1704, sendo esse o período em que se deu a descoberta das minas do Sertão dos Cataguases (OLIVEIRA, 1999, apud Resende, 2007). Na referida publicação, Resende (2007, p. 27) explica que o denominado Sertão dos Cataguases compreende a região das “minas do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto”, cujo local se originou o “primeiro núcleo de povoamento do ‘território mineiro’”². Registros em fontes primárias indicam que as bandeiras adentraram o território a partir do Rio das Velhas e que a descoberta do ouro nessa região, imediatamente, atraiu pessoas em busca de riqueza (RESENDE, 2007).

Nesse contexto inicial de exploração junto aos arraiais mineradores ao longo da serra, merece destaque a Sedição de Vila Rica ocorrida em julho de 1720, quando ocorre uma revolta perante os abusos da coroa portuguesa, entre eles a instalação das casas de fundição. Esse fato histórico tem relação direta com a região que veio a ser conhecida como Morro da Queimada (e com o perímetro tombado do monumento), cujo território se configura o objeto de estudo. Vasconcelos (1974) descreve a revolta encabeçada pelo mais rico proprietário das minas, Pascoal da Silva Guimarães, dono do arraial de Ouro Podre. Ainda segundo Diogo de Vasconcelos, o Conde de Assumar, na época governador da Capitania de São Paulo e Minas, mandou prender os “revoltosos”, atear fogo e arrasar no morro as casas de Pascoal e de seus aliados. Bandeira (1963) descreve em seu Guia de Ouro Preto, escrito em 1938, que a partir daquele momento o arraial do Ouro Podre passa a ser conhecido como

² Conforme consta em *Notícias do descobrimento das minas de ouro e dos governos políticos nelas havido*. Anônimo. Doc. (Código Costa Matoso, 1999, p.245, apud RESENDE, 2007, p.27).

Morro da Queimada. Informa, ainda, que é possível ver nas encostas da serra as ruínas enegrecidas do que foi o mais próspero arraial de Vila Rica. Sylvio de Vasconcellos (1956), ao analisar as ruínas do local na primeira metade da década de 1950, conclui que, mesmo após o episódio de 1720, a região não foi abandonada, conforme evidências de elementos arquitetônicos que marcam épocas posteriores. Com a decadência da exploração do ouro em fins do século XVIII, a região começa a se esvaziar, mas as atividades minerárias não cessaram por completo, adentrando o século XIX (VIEIRA, 2016). Segundo Lopes (2008), baseado em censo realizado em 1804, a população do morro diminuía e se concentrava em antigos arraiais.

Eschwege (1944), geólogo alemão que esteve em Ouro Preto no início do século XX, apresenta em seus estudos que na primeira metade do século XIX a maioria das antigas lavras estava abandonada. Estudos mais recentes, porém, vêm fortalecendo a hipótese de que a região do Morro da Queimada nunca foi abandonada por completo. O século XX será marcado por um intenso processo de (re)ocupação e expansão urbana na Serra, e a população, em busca de local de moradia, será atraída pelas condições naturais, em especial a abundância de água, além da exploração de estruturas rochosas, em pedreiras que se instalam na região (BUENO, 2019). O território da Serra de Ouro Preto, em meio a expansão de núcleos urbanos, que guardam as memórias dos antigos arraiais, compreende um extenso e valioso sítio arqueológico, que concentra ruínas do que teriam sido moradas e estruturas da mineração do século XVIII, entre reservatórios, tanques, aquedutos e mundéus. Entretanto, a dinâmica apresentada em ciclos de territorialização, demonstra sobreposições do século XIX e XX, além de “ruínas contemporâneas”, provenientes da realocação de algumas famílias, quando da criação do PNMAMQ.

Diante do relevante contexto histórico, compreende-se a importância de melhor entender os processos pretéritos, mas acredita-se que o patrimônio precisa ser tratado na perspectiva do presente. Certamente, a Serra de Ouro Preto se insere como protagonista da história da cidade e sua paisagem se molda a partir de um ambiente natural e cultural, de forma dinâmica, desde

o início do processo de formação urbana, em meio as marcas impressas no território pelo desmonte da mineração, até as ocupações atuais. Sendo assim, o patrimônio se revela no relevante sítio arqueológico, em meio à riqueza do ambiente natural, mas também se destaca em aspectos materiais e intangíveis, por meio das comunidades, em permanências e transformações.

Delineando conceitos e reflexões

Em busca da construção de uma categoria de pensamento para estudo da paisagem na escala expandida do patrimônio, apresenta-se inicialmente abordagens fundamentadas na geografia cultural, cujas abordagens ajuda na compreensão simbólica da paisagem e de suas narrativas implícitas. Berque (2013, p.193) define a paisagem por meio da *trajectiva*, como “movimento no qual o mundo subjetivo e o mundo objetivo não cessam de interagir, por assim dizer, em espiral, produzindo desse modo uma realidade *trajectiva* [...], que é a dos nossos meios”. Ainda de acordo com Augustin Berque (2013, p.198), na paisagem se estabelece relações de ordem simbólica e, ao descrever o sistema relacional da sociedade ao meio, conclui que o homem, como seres vivos e sociais, necessita de qualidade ambiental e vínculo social, que exprime sentido ao ambiente. Nesta ótica compreende-se a paisagem na sua inter-relação de natureza e cultura, o que revela aspectos materiais e intangíveis impressos no território, cuja construção é social.

Os estudos do geógrafo James Duncan (1990), apresenta a possibilidade de uma leitura intertextual da paisagem, que se mostra carregada de significados culturais, cuja produção se faz de forma política e social. A leitura da paisagem é, portanto, também uma leitura da identidade de um lugar, mas, sobretudo, de suas gerações. Desse modo, pode-se entender que quando se faz uma crítica à paisagem, também se manifesta uma crítica aos agentes públicos, políticos e a sociedade, que legislam, constroem e vivem esse espaço.

Aqui uma reflexão crítica se faz necessária. Quando se fala em patrimônio na extensão da paisagem, torna-se inevitável pensar em mecanismos de

preservação. E no caso da Serra de Ouro Preto, essa questão se apresenta de maneira complexa quando o assunto é a ocupação das encostas. Acredita-se que o caminho está em incorporar as pessoas no processo. É urgente pensar em planejamento urbano territorial que incorpore as políticas de preservação do patrimônio associadas às políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, amparado na cultura. É imperativo pensar a cidade em sua totalidade, reconhecendo a serra, para além de seus aspectos estéticos, cenográficos e “de fundo”; é preciso reconhecê-la como parte integrante deste complexo vivo, cuja cultura é pujante em meio ao sítio arqueológico e ambiente natural. Corroborando com as análises de Luisa Bonésio, em estudos da geofilosofia:

[...] é exactamente ao permanecer à ‘superfície` estética que a conservação se torna conservacionismo museológico ou turístico, que não apenas se limita, nos melhores casos, a fossilizar uma máscara da qual a vida desapareceu, mas consente e arrisca-se a incrementar a lógica fatalista segundo a qual o destino da destruição das culturas e das paisagens não é possível verdadeiramente opor-se [...] (BONÉSIO, 2013, p.450)

Diante do exposto e como linha de pesquisa, interessa o patrimônio vivo e a paisagem real. Paisagem como encontro entre os aspectos naturais do território e espaço da vida humana (CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, 2000), que em sua natureza é essencialmente dinâmica e pode ser compreendida como um *palimpsesto*, ou seja, uma sobreposição de camadas e substratos temporais. Nesta perspectiva, a paisagem é analisada por meio da filosofia e encontra em Rosário Assunto (2013b, p.341) seu expoente máximo, ao definir a paisagem como espaço, “objeto de experiência estética, e tema de juízo estético”, para além da contemplação:

É certamente pelo facto de a paisagem ser natureza que nós, que somos também natureza, não nos limitamos a viver na paisagem, mas vivemos a paisagem, porque vivemos a natureza e, ademais vivemos da natureza: daquela natureza que na paisagem se configura em imagem, imagem da qual nós somos, à qual pertencemos, e não simplesmente imagem que observamos estando fora dela. (ASSUNTO, 2013b, p.366)

Bonesio (2012, p. 209) descreve que a identidade “é uma parte basilar da nossa experiência dos lugares que influencia e é influenciada por estas experiências”. E, na vivência deste ambiente, “não é apenas a identidade de um lugar que deve ser pensada, mas também a identificação que uma pessoa ou um grupo têm com um lugar específico”. A autora entende a paisagem como “espaço simbólico da comunidade estabelecida” (BONESIO, 2013, p. 454) e reconhece:

Para além da fruição do olhar, há o lugar em toda a sua realidade complexa e sedimentada de criação e transformação cultural de longa duração, sítio de uma edificação no tempo de uma comunidade com os seus símbolos, as suas tradições, ritmos temporais, modalidades do habitar e do cultivar, do cuidar e do embelezar, do dissipar e do transmitir uma realidade para cuja apreensão o mero registro estético é demasiado indeterminado e demasiado centrado no pólo do sujeito contemplador (BONESIO, 2013, p. 452).

As pesquisas são pautadas pela teoria contemporânea da restauração nas abordagens do espanhol Muñoz Viñas (2021), ao concluir que a importância do patrimônio não está no objeto em si, mas nos significados e valores que os sujeitos projetam nos objetos. Em outras palavras, a preservação não se faz pelo objeto em si, mas pelo sentido a ele atribuído. Neste contexto, certamente que a paisagem como dinâmica da vida, se revela como manifestação do patrimônio material e imaterial. Considera-se, a importância na incorporação das comunidades em todo o processo, ao acreditar ser necessário valorizar e reforçar as identidades locais, de maneira a fortalecer o sentimento de pertencimento, promover o desenvolvimento econômico e social, no caminho da tutela e da conservação do patrimônio.

Já na arqueologia, o debate sobre conceito de paisagem não é novo e contempla múltiplas abordagens, em espectro amplo com distintas correntes teóricas, que variam entre o interesse pelas formas de adaptabilidade ao meio até a compreensão da paisagem como construção humana (ANSCHUETZ et. al., 2001). Segundo Fagundes e colaboradores:

... a paisagem é uma produção e expressão humana composta de múltiplas camadas de significados, em que produtores e/ou detentores dos signos que a compõem são capazes de identificar experiências, ideias e materializações dispostas em sua constituição. Neste sentido que entendemos a paisagem como uma narrativa, que pode ser lida e interpretada, bem como renovada ao longo do tempo. A paisagem sintetiza materializações e concepções de como se opera a vida. (FAGUNDES *et al.* 2021, p.80)

Assim, entendendo a paisagem como uma noção polissêmica, hoje a maioria dos arqueólogos se posiciona de forma contrária às perspectivas que impõem um caráter passivo à paisagem. Como bem aponta Fagundes (2014), é necessário entender as diferentes perspectivas e interpretações que os arqueólogos validaram em relação ao conceito de paisagem, mas sem deixar de lado o entendimento de que o mundo físico é remodelado segundo significados e escolhas distintas.

O potencial da interdisciplinaridade

Desde 2015, o Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária (LAPACOM), realiza pesquisas e diversas atividades nos bairros circunvizinhos ao Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada. O laboratório integra três coordenadorias de ações extensionsitas e de pesquisa, cujos enfoques abordam as relações entre a Museologia, a Arqueologia e os estudos da Paisagem a partir do diálogo com as comunidades da Serra de Ouro Preto. Como mencionado inicialmente, as diretrizes de trabalho partem de possibilidades transversais de fruição do patrimônio cultural da serra. Nossas metodologias têm como principal alicerce a participação efetiva dos moradores nos processos de identificação, interpretação e salvaguarda das referências culturais, sempre pautadas na construção e no fortalecimento das relações afetivas das pessoas com o seu território.

Sabe-se que as aproximações entre os campos da museologia, da arqueologia e do patrimônio são há muito reconhecidas e debatidas. Porém, foi sob a perspectiva dos paradigmas mais recentes dos processos museológicos comunitários (MATTOS E VARRINE 2019), da filosofia da paisagem (ASSUNTO, 2013a; ASSUNTO, 2013b; BONESIO 2012; BONESIO 2013) e das arqueologias do e no presente (HARRISON, 2011) que foram se consolidando nossas práticas extensionistas interdisciplinares comprometidas com a agenda sociopolítica contemporânea que aproxima a defesa do patrimônio dos direitos humanos. É a premissa em que se assume não ser suficiente observar e salvaguardar o patrimônio a partir das referências oficiais. Torna-se imperante mudar as práticas de preservação do patrimônio incorporando metodologicamente os avanços conceituais e discursivos. Passa-se a problematizar a ideia de “público alvo” e contemplar a necessidade de se colocar as relações entre as pessoas e o seu território à frente das relações entre as pessoas e “o patrimônio”.

Diante das circunstâncias em que se deu a origem da Vila Rica, incentivar processos de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural e natural do Morro da Queimada, território em que se deu o boom das atividades de extração aurífera no século XVIII, é crucial para o fortalecimento das identidades e memórias afrodescendentes das comunidades dos bairros de entorno do PNMAMQ. A preservação do patrimônio arqueológico e demais referências culturais e paisagísticas da Serra de Ouro Preto é, sem dúvida, um caminho profícuo para o fortalecimento das noções de pertencimento a esse território, sendo também essencial o engajamento dos moradores na valorização e salvaguarda do patrimônio cultural e natural de Serra.

Contudo, igualmente importante considerar que as relações estabelecidas por aquelas comunidades com seu território vêm se fragilizando a cada dia, diante das condições de insegurança e insalubridade da maioria das moradias, ruas e espaços públicos de seus bairros. Com o agravamento das crises socioeconômicas e climáticas, os problemas enfrentados com

as queimadas (que se aproximam cada vez mais das residências, incêndios muitas vezes de origem criminoso) e das chuvas (que no último verão levaram o município a decretar estado de calamidade pública), vêm colocando em risco a vida das pessoas. Soma-se a esse contexto de fragilidades, a profusão de narrativas homogeneizantes e pouco inclusivas sobre o papel dos africanos e afrodescendentes nas atividades de mineração do século XVIII, processo que levou à cristalização de uma memória oficial colonialista sobre o papel desses atores no florescimento e prosperidade da Vila Rica.

O apagamento do protagonismo dos escravos na empresa colonial – ignorando que eles estiveram entre os principais responsáveis pela reprodução de tecnologias aplicadas na extração aurífera, a partir de conhecimentos diversos que partiram da diáspora africana – é reiterado, na contemporaneidade, por processos de exclusão reificados na estrutura e nos interesses que movem a exploração turística de Ouro Preto. Narrativas sobre as contribuições técnicas e científicas trazidas pelas pessoas negras, sobre o conhecimento africano que potencializou e escalou as atividades mineradoras seguem distantes dos livros didáticos e dos espaços de uso turístico ou museológico que enaltecem a história da cidade Patrimônio Mundial. Nos discursos oficiais e cotidianos sobre as origens de Ouro Preto figuram apenas as riquezas de valor econômico. Repetidamente, tais discursos seguem alicerçados na força e no sofrimento da “mão de obra escrava”, promovendo um continuum das relações abissais de apropriação e violência nas formas de “assimilação” e “destruição cultural” (SANTOS, 2010, p. 29), que não incluem ou reconhecem a participação daquelas pessoas, de seus conhecimentos ou de suas memórias na construção da identidade local.

Com este panorama, as equipes das coordenadorias de trabalho do LAPACOM (Museologia Comunitária, Arqueologia e Patrimônio e Paisagem) percebem a importância de realizar ações interseccionais de pesquisa e extensão que têm, como principal objetivo, promover a

participação dos moradores da Serra de Ouro Preto no reconhecimento e salvaguarda do patrimônio da Serra, bem como o fortalecimento territorial e dos espaços para a sua participação cidadã. Nossos programas e projetos envolvem alguns eixos identificados a partir de mapeamentos afetivos junto às comunidades. Deve-se reconhecer que a origem desse processo, iniciado com as oficinas e demais atividades comunitárias realizadas pelo Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, sob a liderança de Nida Costa e Yara Mattos, desde 2006, foi determinante para a consolidação das metodologias comuns hoje empregadas pelos três núcleos do LAPACOM.

Mapeamentos construídos a partir de processos participativos, que contam com engajamento de lideranças comunitárias e fortalecem o vínculo entre os agentes internos e externos à Universidade, são hoje uma premissa básica e indispensável do trabalho de todos que atuam no laboratório. As ações partem de processos de sensibilização e mobilização, buscando identificar demandas e construir agendas sempre em diálogo com os atores das comunidades. Para tanto, busca-se identificar as vocações e potenciais de espaços já consolidados, de ações existentes e irradiadoras, e também das lideranças.

Dentre os principais projetos, o LAPACOM vem atuando, há anos, em cooperação com a Escola Municipal Juventina Drumond, situada no bairro Morro Santana, a Associação de Moradores do Morro da Queimada, a comunidade paroquial da Capela de São João Batista, o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto e, claro, outras lideranças dos bairros Morro da Queimada, Morro São João, Morro Santana e Morro São Sebastião. As problemáticas abordadas nas atividades delineadas para as oficinas, rodas de conversa, cainhadas comunitárias e outras ações sempre partem de temas de interesses identificados nos mapeamentos afetivos. Parte-se, assim, de estímulos despertados nas relações subjetivas com o território, para depois iniciar as discussões sobre a valorização do patrimônio cultural e natural da Serra de Ouro Preto.

A Coordenadoria de Arqueologia, por exemplo, vem há anos realizando atividades de pesquisa e extensão com enfoque em quatro eixos temáticos:

a) A estrutura “Moinho de Vento” do PNMAMQ, por ser ela a principal referência do patrimônio arqueológico reconhecida pela população (figura 3: imagem da estrutura arqueológica popularmente conhecida como Moinho de Vento);

b) As vivências e memórias dos garimpeiros que ainda atuam na Serra de Ouro Preto, pois identifica-se um interesse sobreposto e não necessariamente comum pelo patrimônio em foco (figura 4: Imagem de peneira deixada por garimpeiros em galeria do PNMAMQ);

c) As referências paleopaisagísticas da Serra de Ouro Preto, uma vez que a arqueologia da paisagem e os usos cotidianos dos recursos naturais da Serra apresentam um aspecto de continuidade e encontram, em nossas ações de pesquisa e extensão, um terreno comum de interpretação da adaptabilidade humana ao ecótono do Anticlinal de Mariana, onde nascem as bacias hidrográficas do Rio das Velhas e do Rio Doce (figura 5: imagem do trabalho de separação de material arqueológico por peneiramento da terra escavada).

d) O mapeamento, junto a parceiros da Geologia, Arquitetura e Defesa Civil, das áreas de risco geológico que coincidem com estruturas arqueológicas, galerias e cavas de minas, nos bairros de entorno imediato do PNMAMQ.

A Coordenadoria Patrimônio e Paisagem se integra aos conceitos que regem e conduzem os trabalhos interdisciplinares do LAPACOM, compreende a Paisagem como extensão maior do Patrimônio, espraiado em território na forma física e intangível, por meio natural e cultural. Os projetos de pesquisa e extensão têm como premissa ações conjuntas e colaborativas da comunidade, ao entender que o sentido do patrimônio e de sua preservação se faz pelas, e para, as pessoas. Neste sentido as ações e atividades se encontram em sinergia com projetos desenvolvidos pela Museologia e Arqueologia Comunitárias.

O núcleo Patrimônio e Paisagem tem como premissa pensar o patrimônio como referência cultural, pautado em valores e identidade. Fundamenta-se no referencial teórico apresentado, em especial, na compreensão do conceito de Paisagem apresentado por Rosário Assunto e no potencial em se estabelecer ações calcadas na “consciência do lugar”, termo empregado por Luisa Bonesio (2013), que também define a identidade como “comunidade de paisagem”. Esses conceitos, juntamente com a Teoria Contemporânea de Muñoz Viñas (2021), configuram e respaldam as ações do eixo, ao entender a preservação no fortalecimento da identidade, na tradição viva e na interdependência entre lugar e comunidade, cuja identidade se revela na consciência de seus valores culturais e ecológicos. De fundamental importância também reside o patrimônio enquanto função social e projetos que envolvam ofícios e saberes da comunidade. O núcleo possui atualmente três eixos temáticos de atuação que se articulam às seguintes linhas de pesquisa e extensão do DEARQ:

a - Fundamentos da Produção do Espaço (história, teoria e crítica): estudos e leituras da paisagem, que se iniciaram com a tese “A paisagem de Ouro Preto como espacialização no tempo: a experiência e a vivência do Morro da Queimada” (BUENO, 2019). Nesse eixo também se incorporam trabalhos que tenham como tema as referências culturais, como forma de valorização e fortalecimento da identidade local, em seus valores materiais e imateriais, cujas ações possam contribuir para a conservação e a gestão dos bens culturais, por meio do conhecimento e reconhecimento comunitário. A figura 06 apresenta mapa afetivo de referências culturais do Morro São João, produzido pela aluna Thaís Souza Pimentel, em trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo, concluído em 2019.

b - Tecnologias Construtivas na Produção do Espaço: trabalhos de pesquisa e extensão tendo como objeto de estudo as estruturas arquitetônicas do sítio arqueológico, como “caracteres identitários” do território. As estruturas arquitetônicas do sítio arqueológico enquanto temática e objeto de estudo podem se desdobrar em diversos projetos de pesquisa e extensão por se

constituir em ponte com o passado, materialidade simbólica do presente e materialização do patrimônio intangível, incluindo a técnica construtiva enquanto ofício. O estudo não se restringe a um recorte temporal, entendendo a importância de contemplar estruturas arquitetônicas de diversas épocas e períodos, incluindo as mais contemporâneas, que poderiam se caracterizar como ruínas contemporâneas. As pesquisas se articulam com ações extensionistas comunitárias, articuladas com instituições, organizações e lideranças locais. Os trabalhos de campo são desenvolvidos em conjunto com a equipe da arqueologia, em ações compartilhadas, que possam subsidiar os resultados pretendidos, tanto na leitura dos vestígios arqueológicos como na identificação e valorização do patrimônio. A figura 07 apresenta registro do trabalho de campo, em agosto de 2021, realizado pelas equipes da arqueologia e arquitetura.

c - Transdisciplinaridade na Produção do Espaço: aproximações para futura atuação em atividades do projeto de mapeamento de áreas de risco geológico, junto à arqueologia, colegas da geologia e defesa civil, em áreas de ocupação e estruturas arquitetônicas do sítio arqueológico, conforme indicado no quarto eixo temático da arqueologia.

Por fim, a Coordenadoria de Museologia Comunitária foi, e segue sendo, o polo irradiador das percepções que inspiram e norteiam as metodologias empregadas nas ações extensionistas do LAPACOM. De forma integrada ao Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, esse núcleo vem se dedicando, para além da participação nas atividades realizadas pelo Ecomuseu, a reunir e sistematizar a vasta documentação produzida sobre os processos museológicos comunitários dos últimos quinze anos de atuação na Serra, para fins de divulgação e difusão. Desse processo espera-se alcançar o fortalecimento das ações do LAPACOM na Serra de Ouro Preto e, sobretudo, dos processos de requalificação urbana nos bairros e desenvolvimento local.

Considerações Finais

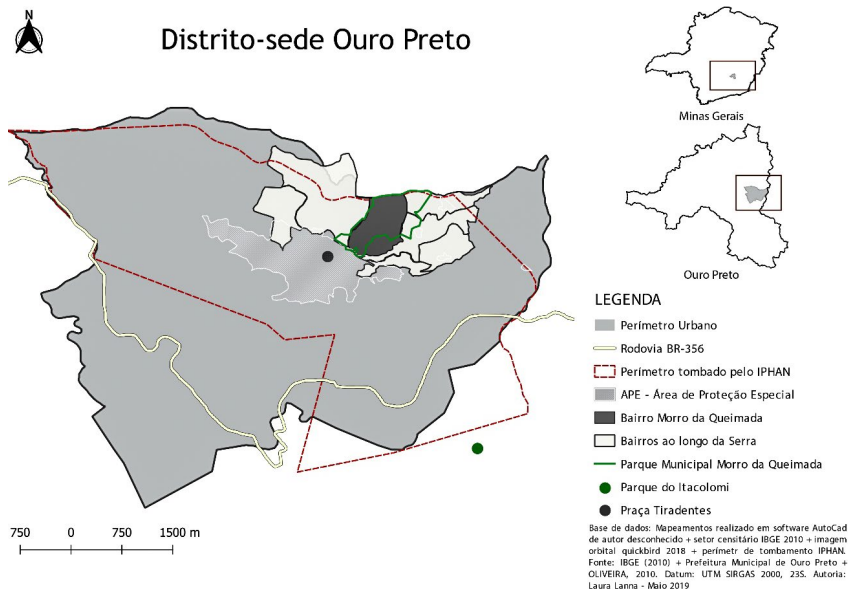
A ampliação do conceito de Patrimônio e o reconhecimento desse como Paisagem coloca em pauta a dinâmica da vida, que tece sua trama em meio natural e cultural, moldando cotidianamente o território. Essa clarificação conceitual se fundamenta em Rosário Assunto (2013a) que define ambiente como “território qualificado” e paisagem como “‘forma’ que o ambiente [...] confere ao território”. Corroborando com Pessoa (2018, p. 147), arquiteto paisagista, ao “patrimonializar” a vida, não se pode paralisá-la. Coloca-se em questão a “conservação como processo de gestão” e compreende-se o território na “estratificação da cultura”, combinado ao meio natural, além da necessária função social do patrimônio. Esse posicionamento vai ao encontro do que se acredita e propõe-se como temática dos estudos, ao entender o patrimônio em sua temporalidade, não limitado aos valores passados, mas no potencial de seu reconhecimento, na construção de valores presentes e futuros.

As dinâmicas de uso e adaptação no espaço em que se dão as atividades de mineração na Serra de Ouro Preto configuraram uma fisiografia que, hoje, testemunha um longo processo de rupturas e, ao mesmo tempo, de resiliência cultural. O cenário atesta o ônus de 300 anos da lógica predatória sobre o ambiente da serra, uma vez que recursos advindos das atividades de extração mineral nunca retornaram, efetivamente, para nutrir a vida ou o senso de cidadania nos bairros que cresceram sobre suas encostas.

Os estudos se comprometem em dar visibilidade, valorizar e promover ações de conservação do patrimônio vivo na Serra de Ouro Preto, compreendendo a importância de associar medidas de proteção à paisagem, requalificação das áreas urbanizadas, com mecanismos que promovam o desenvolvimento social e econômico do território, no cuidado e atenção às comunidades, como agentes nesse processo de gestão e tutela.

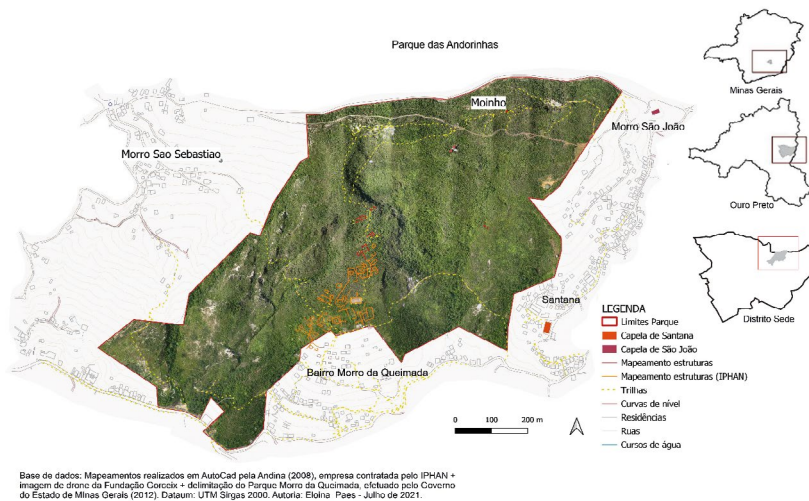
Figuras referidas no texto

Figura 01: Mapa de localização do Morro da Queimada.



Fonte: BUENO (2019)

Figura 02: Cartografia do Parque Arqueológico Morro da Queimada.



Fonte: Acervo da pesquisa mapeamento de técnicas construtivas das estruturas arquitetônicas do sítio arqueológico do Morro da Queimada, 2021. Produzido por Eloína Carolina Ferreira Paes e Marcus Vinícius Costa Silva.

Figura 3: Imagem da estrutura arqueológica popularmente conhecida como Moinho de Vento.



Fonte: Acervo LAPACOM

Figura 4: Imagem de peneira deixada por garimpeiros em galeria do PNMAMQ



Fonte: Acervo LAPACOM

Figura 5: Imagem do trabalho de separação de material arqueológico por peneiramento da terra escavada.



Fonte: Acervo LAPACOM

Figura 6: Mapa afetivo de referências culturais do Morro São João.



Fonte: Thaís Souza Pimentel, trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo, 2019.

Figura 7: Registro do trabalho de campo das equipes de arqueologia e arquitetura



Fonte: Acervo LAPACOM

Referências Bibliográficas

ANSCHUETZ, Kurt F.; WILSHUSEN, Richard H.; SCHEICK, Cherie L. An archaeology of landscapes: perspectives and directions. **Journal of archaeological research**, v. 9, n. 2, p. 157-211, 2001.

ASSUNTO, Rosário. Paisagem – Ambiente – Território. Uma tentativa de clarificação conceptual. Tradução de Maria Cristina Leal. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem. Uma antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013a, p. 125-129.

ASSUNTO, Rosário. A paisagem e a estética. Tradução de Pedro Sargento. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem. Uma antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013b, p. 339-376.

BANDEIRA, Manuel. **Guia de Ouro Preto**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1963. 116p.

BUENO, Fernanda Alves de Brito Bueno. **A paisagem de Ouro Preto como espacialização no tempo: a experiência e a vivência do Morro da Queimada**. 2019. 2v. (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2019.

BERQUE, Augustin. A ecúmena: medida terrestre do homem, medida humana da Terra. Para uma problemática do mundo ambiente. Tradução de Andreia Saavedra Cardoso. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem. Uma antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013a, p. 185-199.

BONESIO, Luisa. Habitar na terra e reconhecer-se nos lugares. Tradução de Maria Cristina Leal. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia e Arquitetura da Paisagem: um manual**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p. 203-210.

BONESIO, Luisa. Elogio da conservação. Tradução de Pedro Sargento. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem. Uma antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 443-464.

CARTA CONVENÇÃO EUROPEIA PAISAGEM. Florença, 20 de outubro de 2000. Disponível em: <Convenção Europeia da Paisagem | Portal do Ministério Público - Portugal (ministeriopublico.pt) > (Acesso em: 24 set. 2022.)

DUNCAN, James. **The city as text. The politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 244p.

ESCHWEGE, W. L. **Pluto brasiliensis**. 1º. ed. atual. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. 379 p.

FAGUNDES, Marcelo. Natureza e Cultura: estudo teórico sobre o uso conceito de Paisagem nas Ciências Humanas. **Tarairiú, Campina Grande-PB**, v. 1, n. 07, p. 32-54, 2014.

FAGUNDES, M.; GRECO, W. S.; ARCURI, M. M.; BANDEIRA, A. Paisagem e suas interfaces em pesquisas sobre arte rupestre: Um estudo de caso em Serra Negra, alto vale do Araçuaí, Minas Gerais, Brasil. **Revista de Arqueologia**, v. 34, n. 2, p. 74-103, 2021.

HARRISON, Rodney. Surface assemblages. Towards an archaeology in and of the present. **Archaeological dialogues**, v. 18, n. 2, p. 141-161, 2011.

LOPES, Myrian Bahia (Coord.). **O Morro da Queimada no século XIX. Ouro Preto, 2008**. 34p. Disponível em: < Parque Arqueológico | Morro da Queimada (fiocruz.br) >. (Acesso em: 24 set. 2022.)

MATTOS, Yara; VARINE, Hugues de. La contribution des écomusées à l'éducation à l'environnement: Le cas de l'Écomusée de la Serra de Ouro Preto (Brésil). **Éducation relative à l'environnement. Regards-Recherches-Réflexions**, v. 15, n. 1, 2019.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoria Contemporânea da Restauração**. Tradução de Flávio Carsalade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021. 215p.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). **História de Minas Gerais: as Minas setecentistas**. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 25-54.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: B. Sousa Santos, M. P. Meneses (orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: **Edições Almedina**, p. 23-71, 2010.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada? **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**. Brasília, n. 2, ano 1, p. 7-27, 2013b.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974, v. 2. 287p.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica: formação e desenvolvimento** - Residências. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1956. 319p.

VIEIRA, Liliane de Castro. Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência. **Revista CPC**, São Paulo, n. 22, p. 145-189, jul./dez. 2016.

PODERES E PERIGOS DO DISCURSO DO TURISMO COMO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO ALIADO À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL (2015-2021)

Raphaella Maciel Corrêa

Introdução: o discurso do turismo como indutor do desenvolvimento aliado à preservação do patrimônio cultural

Um musical na Broadway em que Carmen Miranda, personagem protagonista, teria o corpo “congelado” após a sua morte e “descongelado” nos dias de hoje, narrando a história da música brasileira. Uma “Arena Brasil” com uma grande mostra sobre o país, com direito a “réplica do Palácio do Planalto com um modelo vestido com o dragão da independência” em Miami. Histórias em quadrinhos com aventuras do Mickey e da Minnie pelo Brasil, de modo a estimular a curiosidade de crianças e “estimulá-las a convencer os seus pais a visitarem os estados brasileiros”. Uma “Casa do Brasil” em Orlando para a venda de produtos nacionais em parques temáticos como os da Universal Studios. Anúncios sobre destinos turísticos na Times Square, em Nova York, e propagandas em ligas esportivas como NBA (National Basketball Association), entre outras ações nos Estados Unidos. Uma produção cinematográfica que pretende ir “Além do Paraíso” na costa nordestina, estrelada por Sharon Stone no papel de uma arqueóloga que está à procura do tesouro do Imperador Constantino, escondido no Brasil. Um reality show com artistas internacionais confinados em diferentes casas brasileiras.

Parece ficção ou delírio, porém trata-se de alguns dos projetos previstos no plano estratégico da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo – Embratur, conforme registrou o jornal O Globo¹, enquanto ainda buscávamos conter a consternação inevitável ante a posse do novo chefe do governo brasileiro (que inclusive

apoiou tal iniciativa) após as eleições presidenciais de 2018 marcadas por uma democracia já severamente fragilizada e avariada, conforme observam Jorge Chaloub, Pedro Lima e Fernando Perlatto (2018, p.6):

No quadro constituído por um golpe parlamentar; pela prisão da maior liderança oposicionista, pelo crescente protagonismo dos militares na política nacional amplificado com a intervenção militar no Rio de Janeiro a partir de fevereiro de 2018; pelo assassinato de Marielle Franco, vereadora negra e lésbica eleita pelo PSOL, militante de esquerda, dos direitos humanos e voz ativa contra a militarização da vida (assassinato cujos mandantes e executantes ainda não foram desvendados enquanto escrevemos estas linhas, em dezembro de 2018) – é neste quadro que Jair Bolsonaro se sagra presidente do Brasil (CHALOUB, LIMA e PERLATTO, 2018, p.18).

Dessa maneira, os citados historiadores narram a tomada do governo brasileiro pela direita radical em curso, através do Partido Social Liberal (PSL), após 14 anos do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder, passando por uma polêmica transição pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) através de Michel Temer, que assumiu a presidência sem ser eleito diretamente para o cargo, em agosto de 2016, após impeachment da titular do PT, Dilma Rousseff, que estava em seu segundo mandato, iniciado em 2015. Começava, assim, a liderança bolsonarista com o apoio de militares, empresários, evangélicos, financistas, ruralistas, industriais, entre outros que se encontram na linha de frente das decisões de seu governo, o qual, obviamente, não contemplam ou não representam os negros, os indígenas, as culturas

¹ O GLOBO. De Sharon Stone a modelo fantasiado de dragão da independência, plano da Embratur prevê até HQ do Mickey. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/de-sharonstone-modelo-fantasiado-de-dragao-da-independencia-plano-da-embratur-preve-ate-hq-domickey-24216163>. Acesso em: 20 mar 2021.

populares, os ambientalistas, as mulheres, os não evangélicos, os que recebem até dois salários mínimos.

Mal o novo líder se apossou do Palácio do Planalto para disparar seus primeiros discursos oficiais, já era possível ouvir ressoar o propósito de integrar o patrimônio cultural ao turismo como estratégia para garantir sua preservação e impulsionar o desenvolvimento sustentável na narrativa política do recém empossado presidente. A agenda política bolsonarista que naquele momento era inaugurada, dava destaque e status de prioridade para tal proposta, incluindo-a entre as 35 metas definidas para os 100 primeiros dias de seu mandato, sob o título de “Política Nacional de Gestão Turística do Patrimônio Mundial”.

Embora atentos às dissonâncias ideológicas de onde partia tal iniciativa, a mesma era enaltecida pelo seu pioneirismo no Brasil no que diz respeito às políticas direcionadas ao patrimônio mundial para fins turísticos e aparentemente carregava uma importância inquestionável, visto que a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, instrumento internacional com o qual o Brasil está comprometido juridicamente, já na abertura de sua redação, em 1972, difundia o alerta de que

[...] o patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que as agrava através e fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes (UNESCO, 1972, p.1).

E, entre os compromissos ali firmados pelo país, no Artigo 5º da Convenção, que tem como fim “assegurar uma proteção e conservação tão eficazes e uma valorização tão ativa quanto possível do patrimônio cultural e natural situado no seu território”, vale destacar o primeiro: “Adoptar uma política geral que vise determinar uma função ao patrimônio cultural e natural na vida coletiva e integrar a proteção do referido patrimônio nos programas de planificação geral” (op.cit., p.3).

Contudo, as intenções da nova política brasileira já se revelavam na contramão e, o que em princípio foi tratado como política interministerial, logo estava sob o domínio do turismo, ao passo que oficialmente a mesma foi regulamentada - pelo disposto no inciso XI do caput do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que estabelece as normas da Política Nacional de Turismo - “com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil - Patrimônio Mundial” (DECRETO 9.763 de 11 de abril de 2019).

Não o bastante, sua implementação se dava em sintonia com duas outras propostas prioritárias para o setor: a de melhorar o ambiente de negócios do turismo para aumentar a participação e a atração de investimentos privados ao Brasil e a de publicar uma instrução normativa para possibilitar concessões que viabilize a implantação turística de áreas da União com potencialidade para o desenvolvimento sustentável do turismo”².

E, assim, foi ativado o alarme para a temida relação entre discurso e exercício de poder sobre a qual nos atentou Michel Foucault, como se estivéssemos diante do momento exato descrito pelo filósofo como o salto do ato ritualizado do discurso para o que o próprio enunciado produz, para “seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência” (FOUCAULT, 1996, p.15), no caso, para legitimar as mudanças nas práticas dos governantes para com os governados e o seu patrimônio cultural, impulsionadas pelas transformações históricas e materiais que as conformam.

Isso porque, ao lançar um olhar desconfiado para tal feito político do governo Bolsonaro, partimos da constatação de que o discurso do turismo como indutor de desenvolvimento aliado à preservação do patrimônio cultural é amplamente reproduzido no campo das políticas públicas há mais de meio século, embora a dinâmica dessa atividade no presente tenha mudado significativamente: em 1950 os turistas internacionais não eram mais que 25 milhões; em 2019 foram contabilizados cerca de 1,5 bilhão (OMT, 2020).

2 Meta cumprida por meio da publicação da Portaria Interministerial no. 151 de 10 de abril de 2019.

No contexto atual, o turismo se destaca como um fenômeno dada sua importância econômica e o crescente fluxo de turistas. Em 2019, em um contexto efervescente pré-pandemia do covid-19, o turismo superava pelo nono ano consecutivo, a taxa de crescimento geral da economia global (WTTC, 2020, p.3) e extrapolava as projeções que a própria OMT fazia para o setor com base no quantitativo de chegadas internacionais, visto que a previsão feita para 2020 de 1,4 bilhão de turistas foi superada dois anos antes e em 2019 essa progressão acelerada alcançou o marco de 1,5 bilhão (op.cit.). Em regiões como África, Oriente Médio e Ásia-pacífico as estimativas são de quase triplicar o número de turistas até 2030, em relação aos dados de 2010.

Certamente com esse crescimento acelerado também intensificaram-se os impactos do turismo, os quais evidenciam modelos equivocados de gestão turística do patrimônio cultural em destinos saturados de turistas ou que em nome do turismo orientam práticas de gestão e processos de tomada de decisões que, para além dos usos turísticos do patrimônio cultural, interferem diretamente na dinâmica dos lugares onde o mesmo se insere e na vida das comunidades, nas relações de trabalho, moradia, sociabilidade, pertencimento e afeto que elas estabelecem com o território e com o próprio patrimônio.

Nada que não tenha sido percebido e previsto, há décadas, pela Carta do Turismo Cultural (ICOMOS, 1976) ao tratar sobre os efeitos “[...] derivados do desenvolvimento extraordinariamente forte das atividades turísticas no mundo” e a “influência altamente significativa em torno do homem em geral e dos monumentos e sítios em particular” a qual, desde então, para que resulte tolerável, deve ser estudada cuidadosamente, em uma “reflexão conjunta”, “um esforço universal, coerente e eficaz” e uma “política concertada e efetiva em todos os níveis”.

Percebemos, pois, a necessidade de problematizar o discurso do turismo como indutor de desenvolvimento aliado à preservação do patrimônio cultural, mediante o inerente incômodo que paira sobre a permanência e a compulsiva reprodução do mesmo, percebido como um modelo reproduzido de modo

universal, como “coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver um segredo ou uma riqueza”, tal como apontou Foucault, (op. cit., p.22), intelectual que traduziu precisamente o sentimento de inquietação que moveu a pesquisa à qual nos dedicamos:

Inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apegar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de suportar lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades (FOUCAULT, 1996, p.8).

Esse foi o ponto de partida para o desenvolvimento da tese intitulada “Catracas e contradições: o discurso da gestão turística do patrimônio cultural mundial no Brasil (2015-2021)”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História³, da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Olender e cujo processo de pesquisa relatamos no presente artigo.

Delimitação do objeto e recorte temporal

O objeto para o qual foi direcionado o foco analítico é o próprio discurso em questão, destacando os principais enunciados que o conformam tanto por meio de sua projeção no âmbito político, quanto de sua inversão na gestão e na dinâmica de destinos turísticos que possuem monumentos, conjuntos ou sítios reconhecidos como Patrimônio Mundial pela Unesco. Primeiramente o objeto foi contextualizado em âmbito mundial (ONU/OMT/Unesco) e no cenário turístico da Europa. Posteriormente, foi delimitado no contexto nacional, especialmente no processo de elaboração da Política Nacional de Gestão Turística do Patrimônio Mundial, entre outras ações, projetos e programas em curso no Governo Bolsonaro.

3 Área de concentração “História, Cultura e Poder”, Linha de Pesquisa “Narrativas, Imagens e Sociabilidades”.

A principal referência para analisar o discurso em questão foi o livro *A Ordem do Discurso* de Michel Foucault (1996). A partir da leitura desse e dialogando com outras ideias do autor em *Arqueologia do Saber* (1986) e *A palavra e as coisas* (2000), compreendemos o discurso como um conjunto de enunciados, proposições, ideias, palavras, visões e noções que vai além de elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações, entendemos que ele interfere, constrói e organiza uma parte do social e se configura como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam, define os gestos, os comportamentos as circunstâncias, possui, portanto, um efeito de coerção direto sobre aqueles aos quais se dirigem.

E esse processo de produção do discurso, de formação discursiva, articula poderes e perigos, visto que é controlado, selecionado, organizado e limitado com determinadas finalidades e intencionalidades. Por isso, foi considerado para a análise o princípio foucaultiano de “inversão”, o qual enfatiza a necessidade de reconhecer o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do ideal propagado por meio de um padrão que ignora especificidades que não são legíveis em um jogo pré-discursivo de “significações prévias” (op.cit.).

Buscamos, portanto, revelar, evidenciar, o lado negativo, o lado oculto do discurso analisado que conduz a uma necessidade de romper com sua continuidade, com a sua reprodução infinita. Assim, foi lançada uma luz para vozes silenciadas, movimentos de resistência capturados por pesquisas acadêmicas, trabalhos técnicos e pela mídia jornalística.

O recorte temporal (2015 a 2021) foi definido a partir da observação, concomitante ao doutoramento, da projeção do discurso através de importantes acontecimentos discursivos em âmbito internacional e nacional, bem como evidentes contradições nos destinos turísticos abordados. Para a compreensão do contexto histórico de formação do discurso em pauta, o recorte em alguns momentos foi ampliado e contempla a segunda metade do século XX.

Portanto, o problema de pesquisa foi tratado sob a perspectiva da história do presente, considerando que estamos diante de eventos que nos pressionam a

revisar o discurso-objeto desta tese, cujo processo de formação se deu em outro contexto, em outra dinâmica de mobilidade. Embora desde sempre tenha sido conformado com interesses de promover o desenvolvimento, no contexto atual é apropriado intensamente por modelos neoliberais de gestão que conduzem a efeitos distorcidos e sérios problemas econômicos, sociais, urbanos, como os que foram evidenciados neste trabalho. Ao nos situar no “aqui e agora”, no mesmo tempo do problema de pesquisa, vimos a possibilidade de contribuir para a consciência histórica e a memória dos contemporâneos.

Uma responsabilidade à qual François Bédarida remete ao trabalho historiográfico que se dedica ao tempo presente, que é de se dedicar à função crítica, a função cívica e a função ética no que diz respeito ao tratamento do problema e do objeto de pesquisa. É o que entendemos também sobre o que François Dosse trata como conceito de iniciativa, de um fazer, ou ainda, de uma conexão com o espaço da experiência, como fonte de um agir.

Contextualização crítica e reflexões prévias sobre o objeto da pesquisa

Mas, afinal, o que há de tão perigoso na proliferação indefinida de tal discurso? Possivelmente, Foucault nos questionaria, assim como fez na aula inaugural que proferiu no Collège de France em 1970, publicada em 1996, sob o título “A ordem do discurso”. A resposta, pois, se fundamenta nas próprias concepções foucaultianas de discurso como um conjunto de proposições, ideias, palavras, visões e noções que vai além de elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações ao passo que constrói e organiza uma parte do social e se configura como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam.

Daí a temível repercussão da apropriação e reprodução arbitrária do discurso que

promove o turismo atrelado ao patrimônio como indutor do desenvolvimento sustentável nas determinações de investimentos e prioridades de políticas públicas em todas as dimensões (comunitárias, regionais, nacionais,

continentais, globais), ao passo que essas são fundamentadas em princípios tão rasos e que precisam urgentemente ser problematizados ou desconstruídos.

Afinal, para que essas políticas sejam eficientes e efetivas, devem ser cumpridas as fases de planejamento, implementação e avaliação tendo em vista as prioridades dos pleitos, já que os recursos são escassos e sua utilização é sempre marcada por negociações e disputas e, conseqüentemente definida em um jogo de forças, envolvendo grupos econômicos e sociais. Logo, se esse processo é baseado em falácias, obviamente os resultados serão equivocados e os objetivos aclamados não serão alcançados, sob o risco de, ao contrário, agravar os problemas ou as demandas que deveriam ser sanados pelo empenho do Estado que, nesse percurso persuasivo é, portanto, desviado.

Dado o problema de pesquisa, vale considerar que os adjetivos como “cultural”, “sustentável”, “responsável” com frequência atribuídos ao turismo e aos usos turísticos do patrimônio são aqui compreendidos com o propósito de associar ao “bom turismo”, de uma prática turística que promove benefícios recíprocos aplicados ao patrimônio cultural e a todos os envolvidos. Assim, são utilizados com o propósito de se distinguir do “turismo de massa” e se blindar aos problemas associados a esse “tipo” de turismo.

Contudo, no contexto de políticas neoliberais de gestão turística como as que foram observadas na pesquisa, já não fazem muito sentido, visto que apesar do esforço de distinção conceitual, o que predomina são projetos e políticas públicas norteadas sob as mesmas ambiciosas metas quantitativas e econômicas que visam igualmente à atração e captação de um fluxo cada vez maior de turistas impulsionados pelas facilidades de acesso proporcionadas por cruzeiros e voos de baixo custo e por plataformas de aluguéis de acomodações alternativas como Airbnb.

Portanto, enfrentando conflitos semelhantes ao turismo de massa, de forma cada vez mais intensa, sob uma nova roupagem: a do *overtourism*, expressão inglesa criada para traduzir o fenômeno de saturação turística que se dissemina pelo mundo no corrente século XXI. Esse mesmo que fez com que Veneza, na Itália, instalasse catracas para, a partir de 2022, controlar o acesso ao centro

histórico e, através dele, também aplicar a cobrança de ingressos. É a primeira cidade do mundo a adotar essa medida para tentar frear os impactos associados ao *overtourism*, ao se ver extremamente impactada pelo fluxo turístico que cresceu em escalas assustadoras nas últimas décadas, ao ponto dessa pequena ilha de apenas 8,3 km² e aproximadamente 50 mil habitantes receber mais de 30 milhões de turistas em 2019, quando se desenhavam estimativas de números ainda maiores para os anos seguintes⁴.

Dessas catracas tiramos a inspiração para a metáfora que representa os mecanismos de controle e as contradições do discurso em pauta, propagado em destinos turísticos considerados “culturais” e/ou “patrimoniais”. No contexto analisado na pesquisa, o que observamos é que tais termos passaram a ser usados para ludibriar práticas pautadas em modelos desenvolvimentistas, cuja insustentabilidade foi constatada nos modos de produção e consumo das sociedades industriais e pós-industriais em crise e, não raro, também como um atributo para distinção competitiva, como um selo de qualidade.

Diante disso, seja o turismo denominado cultural, sustentável, responsável ou de outra forma positivamente adjetivado, são notáveis as contradições do discurso que afirma que o turismo tem o potencial de promover o desenvolvimento aliado à preservação do patrimônio cultural e à sustentabilidade. Coloca em questão de que modo, efetivamente, essa atividade contribui para a expansão das liberdades humanas e constitutivas que são “o fim e o meio” do desenvolvimento, tal como defende Amartya Sen (2018), um dos idealizadores do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e fundador do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento da ONU.

Ao longo da pesquisa, sinalizamos que a concepção de desenvolvimento está historicamente embutida nas políticas nacionais de todos os países do Ocidente a partir da Segunda Guerra Mundial e é atravessada por processos de descolonização. Desde então está no centro da visão de mundo com importante significado, influenciando na forma de pensar e de agir das pessoas, mobilizando

⁴ EL CONFIDENCIAL. Ciao, Venecia! Por qué huyen a miles los venecianos de la ciudad más bela del mundo. Videodocumentário (2019).

vontades de mudança e de transformação das sociedades e dos indivíduos, o que pode ser percebido sobre diferentes perspectivas e interesses.

No contexto do objeto pesquisado, observamos o ideal de desenvolvimento associado ao turismo com frequência reduzido ao simples crescimento econômico e os “subdesenvolvidos”, aqueles que vislumbram o desenvolvimento através desta atividade, situados em um estado subordinado de dominação e dependência, sustentado sob a rigidez econômica, institucional e estrutural em relação aos países considerados desenvolvidos.

Essas são algumas das muitas reflexões que fundamentaram a tese da qual trata esse artigo, as quais tocam em questões muito importantes e polêmicas das ciências humanas, que demandam possibilidades de alimentar diálogos interdisciplinares e de estabelecer pontes ou rupturas entre a teoria, o discurso e a prática no que diz respeito às contradições e as bases do processo produtivo do turismo e suas implicações socioculturais.

Da ONU para o mundo: a projeção discursiva no cenário internacional

A Agenda 2030 da ONU lançou, em setembro de 2015, um “plano global para mudar o mundo”, através de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, entre os quais três citam diretamente o turismo e o patrimônio como um meio para tratar das desigualdades, promover o crescimento econômico, empregos decentes, consumo e produção sustentáveis, paz e justiça.

No mesmo ano, a OMT e a Unesco se uniram para a organização de uma série de Conferências Mundiais sobre Turismo e Cultura que reuniram Ministros do Turismo e Ministros da Cultura e partes interessadas nesses setores de todas as regiões do mundo em Camboja (2015), Omã (2017), Turquia (2018) e Japão (2019). Nesses encontros foram assinadas as declarações de Siem Reap (2015): “por um novo modelo de associação”; de Mascate (2017): “fomentar o desenvolvimento sustentável”, de Estambul (2018): “em benefício de todos” e a Declaração de Quioto (2019): “investir nas futuras gerações”.

Nesses eventos foram realizadas Sessões Temáticas / Diálogos Ministeriais fortemente marcados pela temática da sustentabilidade. Primeiramente foi feita uma abordagem descritiva sobre esses eventos e as Declarações deles resultantes, buscando destacar os principais enunciados ali registrados e como determinaram pela repetição e regularidade, o processo de formação discursiva em torno do binômio turismo e patrimônio cultural.

Destacamos, ainda, a repercussão dessa Agenda na produção discursiva das referidas organizações mundiais, na ocasião do Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, celebrado em 2017. Entre os enunciados proferidos pela então diretora da Unesco, Irina Bookova: enaltecendo o turismo como “oportunidade de ouro para romper as barreiras da ignorância e dos preconceitos”, visto que “(...)viajar ajuda a abrir as portas para o intercâmbio intercultural e o diálogo”, podendo ainda “contribuir para a luta contra a pobreza”. Bookova afirma, também, que a Unesco vem trabalhando para assegurar que os turistas que visitam seus 1.052 sítios naturais e culturais beneficiem as comunidades locais, e que os fluxos de visitantes sejam administrados de maneira compatível com a conservação do patrimônio”⁵.

Os enunciados da OMT, emitidos pelo então chefe Taleb Rifai, seguem essa linha incorporando os destacados benefícios às estratégias empresariais de competitividade. As afirmativas que “o turismo tem sido reconhecido cada vez mais como um setor que pode ajudar a construir um mundo melhor”; “através das viagens, as pessoas passam a ter mais compreensão, tolerância e empatia pelo próximo” e que “uma gestão sustentável é necessária para a construção de um futuro melhor tanto para os destinos quanto para as empresas que precisarão se adaptar para permanecerem competitivos”, são alguns exemplos⁶.

Afirmações que o turismo tem potencial para promover a paz, a prosperidade, a segurança global, o intercâmbio e a conciliação entre as diferenças

5 Trechos da fala de Irina Bookova sobre o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento (tradução própria). Disponível em: <http://en.unesco.kz/2017-for-unesco-the-international-year-of-sustainable-tourism>. Acesso em 19 fev 2020.

6 Depoimentos registrados por Edgard Júnior, da ONU News em Nova Iorque, em 4 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2017/01/1573191-2017-e-o-ano-do-turismosustentavel-para-o-desenvolvimento>. Acesso em 10 out 2019.

culturais, a sintonia entre o velho e o novo, a valorização e preservação do patrimônio, o combate à pobreza, a qualidade de vida, entre outros benefícios mútuos, bem como a reafirmação do compromisso com ideais de práticas responsáveis, inclusivas, acessíveis, conscientes, justas, descentralizadas, com modelos inovadores de política e governança, visando o empoderamento da comunidade local, também constituem o arcabouço de enunciados que fazem associação positiva entre turismo e cultura. Da análise realizada, sobressaíram algumas poucas ponderações e enunciados com tom preventivo e, somente em 2019, foram sinalizadas preocupações e pressões relacionadas ao *overtourism* e a reação de repúdio de comunidades locais associada a esse fenômeno, tratada pela mídia como turismofobia.

Contudo, observamos que as poucas ponderações e alertas dos discursos da OMT e da Unesco no âmbito das Declarações descritas não dão conta da gravidade dos problemas que vêm ocorrendo, os quais demandam políticas efetivas urgentes, como tratam pesquisas como as do antropólogo espanhol Cláudio Milano (2017) e do filósofo Ernest Cañada (2019), atuante no Conselho de Turismo y Cidade do Município de Barcelona, entre outras.

Essa exclusão, marginalização ou silenciamento dos “não desejados efeitos adversos” da prática turística nos remeteu à uma associação dessas articulações discursivas entre OMT e Unesco com a formação de uma “sociedade do discurso”, como se refere Foucault, a um grupo fechado que conserva ou produz discursos para fazê-los circular segundo regras restritas que filtram o que pode ser dito. Um processo de interdição é que dá a “condição de possibilidade” para o então dominado discurso do turismo cultural e sustentável se estabelecer e contraditoriamente conseguir proliferar nos moldes neoliberais de exploração de territórios que rompem laços de pertencimento e afeto e os transformam em produtos de consumo excessivo, excludente e efêmero.

Uma notável dissonância no contexto geopolítico atual que emoldura o enquadramento discursivo em foco, marcado por um período de ascensão da direita em diversos continentes, pela concentração do poder nas mãos de

governos autoritários e autocráticos pautados por elementos do ultra-liberalismo econômico, do nacionalismo e de um individualismo exacerbado expresso na negação do social e na supervalorização do capital, do atrofiamento de instituições políticas e da participação do Estado nas demandas sociais, culturais e educacionais.

Outros inegáveis contrastes foram revelados ao jogar luz em “discursos de resistência”, como os que também foram contemplados na pesquisa, através dos casos estudados de saturação turística em patrimônios mundiais da Europa, nas cidade de Barcelona e Ilhas Baleares na Espanha e em Veneza, na Itália. Nesses destinos, o número de visitantes chega a dobrar ou, no caso das Ilhas Baleares, até a multiplicar por dez a população local. E ainda assim as prefeituras locais seguem trabalhando com estimativas de receber mais turistas. Sob a perspectiva da inversão, buscamos evidenciar as contradições dos enunciados anteriormente destacados.

Desta forma, como um contraponto ao discurso dominante, foram destacadas vozes que contradizem tais enunciados, registradas por meio de publicações institucionais, jornais e videodocumentários. Com um sentimento de pertença - de comunidade, de classe, de interesse, de luta - diversas organizações não governamentais, militâncias políticas de oposição e coletivos sociais foram identificados nas fontes pesquisadas empenhados na mobilização de moradores e grupos locais na tentativa de redirecionar as agendas políticas (CORRÊA, 2021).

Entre as contradições, denúncias de que a pressão turística gera especulação imobiliária, exclusão habitacional, gentrificação, monocultura turística, concentração de renda, congestionamento, sobrecarga de serviços básicos (água, saneamento, transportes, saúde) e precarização do trabalho na cadeia produtiva do turismo. Até a tão aclamada geração de receitas com o turismo também se revelou como um aspecto que deve ser relativizado, quando consideradas despesas para solucionar os problemas identificados, as quais são ignoradas na gestão turística e geram contas a pagar pela prefeitura local e que podem gerar

uma dívida gigantesca para os cofres públicos, como a deflagrada em Palma de Mallorca e relatada no jornal *El País*⁷.

Estudos também revelaram que o turismo não tem contribuído para a superação da situação de pobreza nesses destinos e por tudo que foi apontado, há fortes indícios de perda de qualidade de vida e até mesmo da própria capacidade dos moradores locais habitarem a urbe (CORRÊA, 2021). Constatações que, portanto, contradizem o discurso que afirma o turismo como potencial para promover o diálogo intercultural, “fortalecer a paz universal com mais liberdade”, a “compreensão mútua”, a reconciliação e segurança global”, “o combate à pobreza”, como o que segue sendo difundido pela Unesco e a OMT.

Com uma repercussão cada vez maior na academia, nas redes sociais digitais e na mídia jornalística, onde já foi divulgado até *ranking* dos “lugares que mais odeiam turistas”⁸, nossa pesquisa trata desse problema como uma crise que se alastra pelo mundo, tal como vem sendo rastreado pela agência Responsible Travel, no *Overtourism Map*⁹ que já identificou 98 destinos situados em 63 países com problemas associados a esse fenômeno que já alcança todos os continentes. Na América do Sul, nos chama a atenção o caso de Machu Picchu no Peru.

A inversão do discurso pelo governo Bolsonaro na implementação da Política Nacional de Gestão Turística do Patrimônio Mundial

Uma vez contextualizado o problema de pesquisa no presente, em sua dimensão internacional, buscamos compreender historicamente a formação do discurso em tela e nos aproximar da Política Nacional de Gestão Turística do Patrimônio Mundial, implementada pelo Decreto nº 9.763 em abril de 2019,

7 EL PAÍS, Turismofobia, a reação das cidades de aluguel. Publicado em 08 de agosto de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/08/internacional/1502213658_607233.html.

8 Nos referimos a uma lista divulgada pelo jornal britânico *The Independent*, intitulada “Eight places that hate tourists the most” (“Oito lugares que mais odeiam turistas” - tradução própria). Disponível em: <https://www.independent.co.uk/travel/news-and-advice/places-hate-tourist-the-mostcountries-ban-visitors-venice-thailand-amsterdam-japan-onsen-santorini-a7733136.html>. Acesso em: nov 2019.

9 RESPONSIBLE TRAVEL. Overtourism mapped: tourism is headed into a global crisis. Disponível em: <https://www.responsibletravel.com/copy/overtourism-map>. Acesso em: fev 2020.

portanto, no governo do atual presidente Jair Bolsonaro, sob a coordenação de um comitê interministerial liderado pelo Ministério do Turismo.

O objetivo foi compreender articulações discursivas entre esse órgão e o IPHAN, que integra dito comitê, no processo de elaboração dessa Política. Para tanto, nos debruçamos em relatórios, planos de ação, ofícios, memorandos, avisos, notas técnicas, pareceres jurídicos, exposição de motivos interministerial, protocolo de intenções, minutas, portarias, entre outros documentos complementares coletados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), do referido Ministério e Instituto, além do aplicativo de Pesquisa Integrada do Tribunal de Contas da União (TCU).

Também foram consideradas nesse processo, as articulações com a Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM) através de uma série de eventos promovidos por essa Organização, os Encontros Brasileiros das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial, que envolveram também o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), órgãos internacionais como a Unesco, entre outras instituições.

Assim, empreendemos um trabalho com o objetivo de compreender as condições de sua produção histórica e a intencionalidade desse processo que se deu em um contexto histórico intenso e conturbado, marcado pela projeção internacional do Brasil, através da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016 – bem como por uma crise econômica que deflagrou mudanças drásticas no governo do país, enquanto ecoava-se e amplificava-se pelo globo o discurso do desenvolvimento sustentável através da Agenda 2030 da ONU. Desse modo, foi possível elucidar como a mesma se estabeleceu, através, apesar ou com o apoio de sistemas de coerção em séries de discursos determinantes para a sua implementação no Governo Bolsonaro, que celebrou tal ato, como já aqui destacado, entre as 35 metas definidas como prioritárias para os 100 primeiros dias de seu mandato.

Constatamos que foi um jogo muito bem articulado pelos interessados, que direcionou essa iniciativa para um campo específico da Política Nacional de

Turismo, voltado aos segmentos turísticos, com brechas para favorecer grandes empreendedores do ramo imobiliário e financistas, através de, por exemplo, concessões para resorts excludentes e até mesmo cassinos. Um deslocamento a revelia da importância de atribuir ao Patrimônio Mundial uma política mais abrangente - que considerasse um planejamento geral para integrar a proteção e a valorização do referido patrimônio à vida coletiva e ao território onde ocorrem as relações estabelecidas com o mesmo, tal como orienta a já citada Convenção da Unesco de 1972.

Após analisar minuciosamente o processo de elaboração dessa política, retomamos o propósito de evidenciar as contradições do discurso em questão, dessa vez reveladas nas ações, projetos e programas realizados sob o comando do Presidente Jair Bolsonaro desde o início de seu governo até o final de 2021, com destaque para as reformas administrativas com o enxugamento da máquina pública, fusões e extinções de ministérios como ocorreu com o MinC e, conseqüentemente com a submissão da pasta da Cultura ao MTur antes da publicação do Decreto em pauta e, ainda, com o progressivo desmonte do IPHAN durante a implementação da respectiva Política. Manobras através das quais o MTur conquistou o domínio do IPHAN e com ele as rédeas das políticas de preservação do patrimônio nacional e mundial que, no âmbito de sua gestão turística, passou a ser conduzida pela Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões (SNAIC).

Nesse contexto, foram abordadas ações de privatizações e abertura para o capital estrangeiro, com destaque para o papel do BNDES e o Programa Revive, o qual foi concebido e está sendo implementado em parceria com Portugal que também está sob o comando da SNAIC. Perpassa essa exposição, uma reflexão sob a perspectiva do paradigma pós-colonial e a manipulação simbólica do patrimônio cultural para o turismo, a qual é evidenciada, também, no caso do Centro Histórico de Salvador (BA), reconhecido como Patrimônio Mundial pela Unesco desde 1985.

No fogo cruzado entre a atuação do Governo Federal e, ainda, no alvo de outro desdobramento do Revive a nível estadual - o Revive Bahia – observamos como o Pelourinho, como é apelidado o CHS, tem sido enaltecido pelo poder público e OCBPM como um “caso de sucesso” de gestão em relação ao uso turístico do patrimônio cultural, contradizendo o que apontam pesquisas acadêmicas, relatórios técnicos da defesa civil do município, da mídia jornalística, de depoimentos registrados em cadernetas de campo com olhar antropológico, entre outras fontes que consultamos.

Através de uma breve síntese histórica da trajetória que traçamos do Pelourinho com foco na sua gestão turística, foi possível perceber que essa concepção de sucesso é equivocada, haja vista a sujeição da comunidade local à pressão imobiliária e intervenções que promovem a construção de espaços mais elitizados, as quais já resultaram na retirada compulsória de milhares de famílias, entre outras formas de segregação e exclusão, ou como diria Nivaldo Andrade (2021), de “limpeza social”.

Foi evidenciada, ainda, a recorrente necessidade de vultosos e contínuos investimentos do Estado para a manutenção e restauração de imóveis, cuja preservação segue ameaçada, o que evidencia que a defendida sustentabilidade através do turismo não se efetivou no CHS.

Conclusões

A pandemia do covid-19 paralisou boa parte da dinâmica econômica do turismo e mostrou sob o risco de uma grave crise o quão dependente da mesma são alguns destinos turísticos. Por outro lado, comunidades que vivem sob a pressão turística vivenciaram uma oportunidade antes inimaginável de reapropriação e ressignificação da relação afetiva com seu lugar de vida e com quem o mesmo é compartilhado, além de presenciarem até mesmo a regeneração de sua natureza, como observado no Gran Canal de Veneza, que recebeu até a visita de golfinhos. Uma situação que evidenciou a quão complexa é a relação entre turismo, patrimônio cultural, desenvolvimento e sustentabilidade.

Ao final da pesquisa da qual aqui tratamos, concluímos que o discurso das instituições públicas de turismo e cultura costuma diferir das versões de quem vive, de fato, a dinâmica do território e do patrimônio negociado. Tanto na centralidade europeia quanto na periferia latino-americana, foram constatadas muitas contradições, ora ativadas pelo fenômeno do *overtourism* e pela turismofobia, ora pelas estruturas do pensamento que balizam o paradigma pós-colonial e pela manipulação simbólica da história, da memória, da cultura.

Diante do exposto, situamos o discurso do turismo como indutor do desenvolvimento aliado à preservação do patrimônio cultural e à sustentabilidade, no âmbito da gestão turística do Patrimônio Mundial, em um lugar de destaque nas políticas neoliberais de turismo. E ao constatar a ênfase do discurso analisado, dentro do recorte trabalhado, em ideias potencialmente positivas, observamos que ela oculta outras que certamente as desarmaria.

Assim, ao se referir à entrada de divisas, o discurso omite a parte que é destinada para a economia nacional/regional/local e para as comunidades de acolhimento. Quando fala em geração de riqueza, exclui quem a concentra ou como é distribuída. Ao destacar a geração de empregos, silencia-se a qualidade - precariedade, estabilidade, temporalidade - do trabalho no setor turístico. Dessa forma, a exaltação dos ideais de renda, riqueza e trabalho que esse turismo gera, além de favorecer a adesão ao modelo, é uma manobra eficaz para esconder a ausência de distribuição e de direitos, e dos atores que são realmente beneficiados.

O discurso objeto da análise realizada foi percebido como um modelo reproduzido de modo universal, com poder de aplicação indistinta, ignorando as singularidades dos países e incentivando aos subdesenvolvidos uma relação de dependência cada vez maior da entrada de capitais externos e uma fixação por indicadores como o número de turistas que chegam ou viajam ao território, o faturamento da indústria ou sua participação no PIB, as receitas em divisas, o investimento estrangeiro direto ou o posicionamento nos *rankings* entre os destinos mais visitados.

O efeito alienante de tais indicadores é notável na coerção que opera no entendimento que mistura lucro privado com o interesse público e, assim, apaga os limites entre os dois e legitima a promoção de políticas ou legislações (ou a eliminação de regulamentos) que privilegiam o primeiro, mas como se fosse o segundo. Nesse universo simbólico, o privado assume o aspecto de público, e o que beneficia apenas um setor acaba sendo aparentemente positivo para o todo.

Através do percurso de pesquisa relatado, foi possível observar o princípio foucaultiano de “inversão”, o qual enfatiza a necessidade de reconhecer o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do ideal propagado por meio de um padrão que ignora especificidades que não são legíveis em um jogo pré-discursivo de “significações prévias” (FOUCAULT, 1996).

Nessa direção, constatamos alguns avessos, como a exploração econômica e a privatização do patrimônio, a redução da diversidade à monocultura turística, a precarização do trabalho no turismo, a concentração de renda e vulnerabilidade econômica perante o capital estrangeiro, a perda da qualidade de vida em função da pressão e especulação turística, exclusão/expulsão/dispersão das comunidades locais e conflitos entre residentes e turistas, entre outros.

Avessos que associamos à ideia de Foucault (1986, p.56) de que “[...] por meio de exemplos precisos vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva”. E assim, sucintamente, evidenciamos a elisão da realidade que existe por trás do discurso em pauta, a qual segue velada há mais de meio século por uma espécie de cumplicidade global que faz com que a empírica desordem seja tragada por interdições, supressões, fronteiras e limites impostos que favorecem o alcance universal e a reprodução da ordem hegemônica. Cumplicidade que se esquia do incontrolável e manifesta um temor surdo de tudo o que pode emergir no discurso não ordenado, do que possa surgir de violento, descontínuo, combativo, descontrolado e perigoso (op.cit., pp. 50-53).

Entretanto, um contraponto foi revelado nos resultados da pesquisa mediante a percepção de que, ao mesmo tempo em que as comunidades locais envolvidas nos casos que analisamos parecem se sujeitar à materialidade do discurso em questão, também é possível notá-las mobilizadas por um sentimento de pertença - de território, de história, de memória, de classe, de interesse, de luta - ativado pela revolta contra a pressão turística aparentemente menosprezada pelo poder público enquanto o mesmo continua a pronunciar a retórica de que é preciso empoderá-las no processo de gestão turística.

Esses movimentos e os discursos de resistência pouco a pouco têm conquistado espaço na mídia e conseguido amplificar o chamado para a efetiva participação da comunidade nos processos de planejamento e tomada de decisão, em prol do interesse coletivo e cooperativo, da promoção de outro modelo de consumo turístico, propondo outras racionalidades, práticas e significados para o turismo e para a relação estabelecida com o patrimônio e com o território que compartilham.

É nessa perspectiva que apontamos para a necessidade de questionar e confrontar o discurso que aqui analisamos, não no sentido de desqualificar o potencial que o turismo tem para contribuir para o desenvolvimento e a preservação do patrimônio cultural, mas sim, o uso desse discurso para legitimar políticas neoliberais que operam justamente na contramão de seus enunciados enquanto seguem repetindo-os e reproduzindo-os deliberadamente, ignorando os conflitos inerentes à sua prática.

Por fim, cumpre destacar a contribuição que a tese resultante da nossa pesquisa representa para a construção do conhecimento histórico, reconhecendo que a mesma se insere em um lugar nada comum e ainda pouco explorado pela História, embora se dedique à temáticas e objetos de estudo extremamente potentes para a historiografia, em diferentes tempos e contextos. Haja vista a crescente preocupação em torno do problema de pesquisa ao qual nos dedicamos e que, por sua vez, repercute de maneira cada vez mais intensa no presente, em diferentes realidades do mundo e sob as mais diversas dimensões da vida – cultural, social, econômica, política, simbólica.

Uma formulação estratégica para olhar, estudar, escrever e agir de modo crítico e, assim, dar a nossa contribuição para o desafio de compreender as tramas e as práticas discursivas que tangenciam a gestão turística do Patrimônio Mundial.

Referências Bibliográficas

ANDRADE JR., Nivaldo V. Current Challenges and Risks for Preservation of the Historic Center of Salvador. In: Christofolletti e Olender (Orgs). *World Heritage Patinas: Actions, Alerts and Risks*. Ed. Springer, 2021.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

BRASIL. Decreto Nº 9.763, de 11 de abril de 2019. Regulamenta o disposto no inciso XI do caput do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil.

BÉDARIDA, François. Temps présent et présence de l'histoire. In: INSTITUT d'histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.

CAÑADA, E. (2019). Trabajo turístico y precariedad. En E. Cañada e I. Murray. *Turistificación global. Perspectivas críticas en turismo* (pp. 267-287). Barcelona: Icaria Editorial.

CHALOUB, J. LIMA, P., PERLATO, F. Direitas no Brasil Contemporâneo. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 13 n. 2 Dezembro. 2018

CORRÊA, R.M. *Catracas e contradições: o discurso da gestão turística do patrimônio cultural mundial no Brasil (2015-2021)*. Tese. PPGHIS-UFJF, 2021.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia: Florianópolis, v.4, n. 1. p. 05 – 22, jan/jun. 2012

FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências UNESCO. Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Paris, 1972.

ICOMOS. Carta de turismo cultural. 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=248>> Acesso: 31 mai 2012.

_____. Carta internacional sobre turismo cultural. 1999. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf> Acesso: 25 mai 2012.

MILANO, Claudio. Overtourism y Turismofobia: tendencias globales. ResearchGate: 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323174699_Overtourism_y_Turismofobia_Tendencias_Globales_y_Contextos_Locales. Acesso em: 20 mar 2019

OMT. Global Economic Impact & Trends. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: Acesso em 01.nov.2017.

RESPONSIBLE TRAVEL. Overtourism mapped: tourism is headed into a global crisis. Disponível em: <https://www.responsibletravel.com/copy/overtourism-map>. Acesso em: fev 2020.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

WTO. Siem Reap Declaration on Tourism and Culture – Building a New Partnership Model. 2015

_____. Muscat Declaration on Tourism and Culture: Fostering Sustainable Development. 2017

_____. Istanbul Declaration on Tourism and Culture : For the Benefit of All. 2018

_____. Kyoto Declaration on Tourism and Culture : Investing in future generations. 2019

_____. Global economic impact & trends. WTTC, 2020.

_____. International Tourism Highlights, 2019 Edition. UNWTO, Madrid, DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284421152>.

OBTENÇÃO E PROCESSAMENTO DE NUVENS DE PONTOS POR AEROFOGRAMETRIA: DOCUMENTAÇÃO ARQUITETÔNICA DA IGREJINHA DA PAMPULHA

Tiago de Castro Hardy
Willi de Barros Gonçalves

Introdução

A documentação científica é imprescindível para as ações preservacionistas do patrimônio cultural. Conforme Braga (2008, p.7), ela “significa antes uma ação que se confunde com a própria preservação da memória, pois é capaz de conservar não só a imagem e a história do patrimônio constituído”.

As ações de salvaguarda dos bens culturais devem se iniciar por rotinas diagnósticas que incluem a obtenção e sistematização e ampliação de dados sobre os mesmos, em múltiplas categorias informacionais, em um processo contínuo que “consiste em investigar, registrar (inventariar), documentar e gerenciar as informações sobre um determinado bem, permitindo sua melhor compreensão” (PANISSET, 2011, p.30)

As rotinas de documentação científica evidenciam e incluem vários procedimentos e tipos de registros, visando a permanência da informação e preservação dos valores dos bens culturais nos diversos contextos a que eles pertençam. Pereira Filho (2015, p.2) diz que a “documentação assume a função de representar ideias e objetos que nos informam sobre algo”.

A documentação científica é a base para o adequado conhecimento dos bens culturais, fundamental para viabilizar a sua gestão, conservação preventiva ou curativa e, quando necessário, propostas de intervenção conforme explica Oliveira:

Além de ser a base óbvia sobre a qual vamos elaborar o nosso projeto de intervenção, os cadastros feitos com apuro e exatidão nos permitem leitura mais detalhada da evolução do organismo arquitetônico e suas transformações, além de ensejarem a avaliação das deformações estáticas que a estrutura do edifício vem sofrendo, para que se possam aplicar as soluções corretivas. Mostram, inclusive, certas irregularidades construtivas que facilitam o entendimento da história do edifício, suas mutações e adições feitas no passado para ampliação da sua capacidade ou incorporação de novos usos. (OLIVEIRA, 2008, p. 13)

A escolha de ferramentas e métodos adequados, em cada caso, depende das finalidades da documentação, podendo variar desde informações básicas, como levantamentos dimensionais e fotográficos iniciais, até procedimentos técnicos mais sofisticados e detalhados, que irão embasar instrumentos de preservação como os inventários. Por sua vez, esses últimos seguem recomendações internacionais desde o início do século XX e envolvem fundamentos históricos, artísticos e sociais, entre outros (MOTTA; REZENDE, 2017, p.10).

O termo inventário, “de acordo com a sua etimologia, se origina do termo latino *inventarium*, com o sentido de *achar* ou em outras palavras pôr à mostra, dar a conhecer” (HOUAISS *apud* MOTTA; REZENDE, 2017, p.3). Neste sentido, “os inventários estão na origem da constituição do campo da preservação do patrimônio, devendo ser considerados conceitos-chave, porque remetem à própria conceituação do que seja o patrimônio cultural” (MOTTA; REZENDE, 2017, p.5). Assim, o inventário serve como base para o instrumento legal para a proteção do patrimônio cultural imóvel no Brasil: o tombamento.

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias. (IPHAN, 2015, p. 1)

A palavra “patrimônio” parte da ideia de propriedade, ou a “herança do pai”, *heritage* em inglês, possuindo um caráter emocional, envolto por significados como afeto e emoção. Segundo (CARSALADE, 2014, p. 183), “o processo de significação é uma função física da identificação entre o *ser* e o mundo e implica o senso heideggeriano de pertencimento”.

Patrimonium também remete ao vocábulo latino *moneo*, “o que leva a pensar”, ou o que produz uma lembrança (DAWSEY, 2020). O patrimônio está associado à capacidade de lembrar, de algo herdado e a necessidade da preservação e continuidade. Deste modo, no campo da preservação, passa-se a discutir se deve-se preservar tudo, ou selecionar o que seria a memória coletiva.

Desta forma, o processo seletivo e a gestão da preservação dos bens envolvem questões de valor, que transcendem a materialidade dos objetos, e se referem também à forma como é transmitido pelo seu reconhecimento simbólico, coletivo, funcional e às expectativas sociais. Com isso, o documento deixa de ser apenas um artefato histórico e passa a ser um patrimônio cultural coletivo cheio de significados e mensagens embutido de valores, momentos históricos significativos, monumentos, construções, objetos, paisagens... Fazendo parte de uma memória coletiva de grupos sociais.

Le Goff (1924, p. 462), diz que “a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos”, onde “monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”. Já o termo “documento” (*documentum*) deriva do latim *docere* (ensinar) evoluindo para o significado de prova, instrumento ou

testemunho, resguardados pelas narrativas dos historiadores, as quais podem atender às intenções das classes dominantes:

O documento não é inócuo. É antes de_ mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (LE GOFF, 1924, p. 462)

A documentação científica não contribui apenas para transmitir conhecimento sobre os lugares de *herança e significados*, mas também exerce um papel fundamental como base para tomadas de decisão de gerenciamento, monitoramento, conservação preventiva, curativa e, quando necessário, intervenções de restauração. Segundo Letellier (2007, p. 11) as informações do *patrimônio* são a base para a conservação e envolvem um processo cíclico: monitoramento, compreensão avaliação, significados e tomadas de decisões (Figura 1).

Figura 1 – Uso e fluxograma das informações do patrimônio.



Adaptado de Letelier (2007, p.12).

Segundo Gonçalves e Michelin (2020), a preservação e a conservação do patrimônio edificado envolvem uma série de fatores como atribuição de valores sociais, materiais e técnicas construtivas embutidos de significados culturais, necessitando desta forma uma atenção especial, visando “evitar a perda de *valor* decorrente de intervenções inadequadas” (GONÇALVES; MICHELIN, 2020, p.8).

Portanto, o registro, documentação e gerenciamento de informações estão entre as atividades fundantes na tomada de decisão no processo de gestão da conservação do patrimônio cultural.

Uso da fotogrametria na documentação científica de bens culturais

A palavra fotogrametria é formada da junção de três palavras de origem grega “*photon*” (luz), “*grafos*” (descrição) e “*metron*”, podendo ser definida como a ciência aplicada à técnica e à arte de extrair de fotografias métricas, a forma, as feições, as dimensões e a posição dos objetos nelas contidos.

Segundo Oliveira (2008, p. 84), os “fundamentos da fotogrametria repousam sobre a geometria da projeção central e da perspectiva”, onde a percepção da visão tridimensional é produzida através visão estereoscópica¹, obtida a partir de duas imagens de um mesmo objeto, com pontos de vista distintos e observadas simultaneamente por apenas um dos olhos. O estereoscópio, é um aparelho que facilita a interpretação do cérebro a obter esta sensação de volume obtidas por meio de duas imagens planas e seus princípios físicos.

A estereoscopia não é o único fundamento da fotogrametria, embora seja o princípio básico utilizado nos programas de computador contemporâneos. Ainda segundo Oliveira (2008), Meydenbauer trabalhou anos com a restituição² gráfica obtida por meio de uma só fotografia e, dependendo da forma do edifício, é possível aplicar processos de “monorrestituição”.

A possibilidade de retificar as imagens fotográficas é outro procedimento empregado na fotogrametria, cuja técnica envolve remoção da deformação da perspectiva baseada no conhecimento de pelo menos uma verdadeira grandeza da parte de uma imagem.

O estado da arte das técnicas fotogramétricas digitais inclui a obtenção de “nuvens de pontos”, seja por imagens fotográficas ou por varredura a *laser*, produzindo modelos tridimensionais a partir de uma grande quantidade de pontos referenciados e “essas técnicas têm permitido o levantamento de grande quantidade de informações, de modo mais preciso e rápido se comparado com os métodos tradicionais” (GROETELAARS, 2015, p. 49).

A fotogrametria digital pode ser executada utilizando estações fotogramétricas digitais (*DPW- Digital Photogrammetric Workstations*) para a representação

1 A estereoscopia, que nos dá a ideia de terceira dimensão, fundamenta-se, por sua vez, na visão humana, desde quando foi tomado conhecimento de que a paralaxe do eixo dos nossos olhos permite a visualização das imagens em 3D (OLIVEIRA, 2008, p. 84)

2 É a passagem da imagem da forma aparente como ela se apresenta ao espectador, ou seja, como se vê na fotografia, para a forma real, que corresponde às projeções ortogonais exatas do objeto, em escala e medidas corretas. Para essa operação, havia a exigência de instrumentos de grande complexidade mecânica, particularmente enquanto os métodos de restituição eram exclusivamente analógicos. Quando foram implementados os processos analíticos, a construção desses instrumentos tornou-se menos complexa e na passagem para a restituição digital, a partir dos anos 90, mais simples ainda, barateando enormemente a técnica da fotogrametria aproximada ou terrestre. (OLIVEIRA, 2008, p. 88)

e criação de modelos tridimensionais, derivados de imagens retificadas (BRANDALIZE, 2001, p.15). Essa técnica pode ser considerada de fácil acesso e baixo custo, podendo ser também executada utilizando-se câmeras digitais portáteis e até mesmo as câmeras fotográficas dos telefones celulares, resultando em produtos de diferentes qualidades, em termos de resolução e detalhamento.

O método fotogramétrico é útil para situações em que usar equipamentos tradicionais é demorado ou mesmo impossível, e nos casos em que a digitalização a *laser* é menos indicada devido ao tamanho ou dificuldade de acesso ao local (ROCHA, MATEUS, *et al.*, 2020).

Aerofotogrametria

Conforme conta Oliveira (2008), a primeira foto aérea reconhecida foi obtida a partir de um balão de ar quente a sobrevoar Paris, em 1858, pelo jornalista e fotógrafo Félix Nadar. Em 1983 foi desenvolvida uma técnica cartográfica obtida a partir de fotos aéreas, hoje conhecida como aerofotogrametria.

A aerofotogrametria é uma técnica cartográfica que consiste na utilização de registros fotográficos aéreos para a obtenção de informações referentes a um determinado local. Atualmente, o voo fotogramétrico é realizado por uma aeronave, na qual é acoplada uma câmera de alta resolução e as imagens obtidas são processadas com porcentagens de sobreposição o ortomosaico.

O estado da arte da aerofotogrametria permite que o registro fotográfico seja realizado por uma aeronave tripulada remotamente (*RPA - Remotely Piloted Aircraft*), popularmente conhecida como *drone* (ARAUJO, 2017). Os *drones* são equipados com câmeras de alta resolução, proporcionando, além das análises de fotografias e filmagens, a geração precisa de produtos cartográficos georreferenciados em um Sistema de Informação Geográfica (SIG).

As imagens geradas pelas RPAs são baseadas nos princípios da fotogrametria, obtidas com referência em um mesmo ponto e permitem a visualização de todo o contexto, podendo ser convertidas em imagens 360°, panorâmicas, ortomosaicos georreferenciados, nuvem de pontos e até imagens térmicas.

Resultados semelhantes seriam impossíveis de se obter por meio de um satélite, de um avião convencional ou por um observador no solo (SANTOS, HENRIQUES, *et al.*, 2016). A utilização das RPAs em diversos segmentos da engenharia é cada vez mais comum no Brasil e tem demonstrado uma ótima relação custo-benefício diante das inúmeras aplicações da ferramenta.

Equipados com câmeras especiais, as RPAs geram imagens que podem contribuir para o monitoramento do patrimônio cultural como por exemplo inspeções aéreas de coberturas e/ou fachadas, podendo ser acessadas remotamente por um profissional, o que diminui riscos operacionais.

A aerofotogrametria obtida por RPA se baseia normalmente na utilização do *drone* para se fazer um levantamento aerofotográfico em diferentes posições. O voo deve ser realizado em linha, para que um *software* de fotogrametria possa sobrepor as imagens a uma taxa média de 70%, gerando um ortomosaico a partir das fotos obtidas e modelos tridimensionais (nuvens de pontos). Estes *softwares* identificam pontos idênticos em imagens distintas e calculam sua posição, atribuindo para cada ponto, coordenadas X, Y e Z. As RPAs normalmente operam com um Sistema de Posicionamento Geográfico (GPS) que referencia as imagens com coordenadas geográficas. O voo pode ser totalmente pré-programado com a utilização de aplicativos específicos para voos autônomos, restando ao piloto conferir o trajeto definido e estando preparado para qualquer eventualidade que possa acontecer, como a perda de sinal, pássaros e ventos fortes.

Estudo de caso: A Igrejinha da Pampulha

A Igreja de São Francisco de Assis (Figura 2), mais conhecida como Igrejinha da Pampulha, está localizada em Belo Horizonte, MG/ Brasil e faz parte do conjunto Moderno da Pampulha, o qual é reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. A Igrejinha da Pampulha foi construída em 1940 com uma solução arquitetônica inventiva e original, incorporando, em sua composição arquitetônica, a relação com as artes plásticas, o paisagismo

e um diálogo entre o movimento moderno e o barroco mineiro (FMCBH 2014, p. 66).

Figura 2– Vista aérea da Igrejinha da Pampulha.



Fonte: Aerolevantamento por RPA realizado pelos autores em 03/03/2021.

Utilizando as novas possibilidades ofertadas pela tecnologia da época, Oscar Niemeyer projetou um edifício reconhecido pela vanguarda e ousadia das formas. O engenheiro Joaquim Cardozo propôs uma série de artifícios para o suporte de cargas concentradas, como por exemplo o coro e o apoio da abóbada do altar mor.

Na fachada posterior há um painel em azulejos elaborados por Candido Portinari, que retrata São Francisco, repetidas vezes, cercado por animais, além de algumas outras figuras sacras com um fundo de peixes e pássaros (Figura 3).

Segundo Emiliana, Werneck e Ricci (2021), a arquitetura moderna da igreja causou grande impacto na época da inauguração, ficando sem a bênção oficial da Igreja Católica durante 14 anos, de 1945 a 1959. Uma das polêmicas relatadas é a pintura mural de Cândido Portinari no altar principal, que retratou o santo padroeiro ao lado de um cão, causando reprovação do então arcebispo de Belo Horizonte Dom Antônio dos Santos Cabral e de parte

da comunidade católica. Somente em 1958 o edifício foi consagrado para o culto católico, sendo a primeira missa celebrada no ano seguinte.

Figura 3 – Fachada posterior da Igreja da Pampulha/ detalhe para o painel elaborado por Portinari.



Fonte: autores.

No dia 04/12/2021 a Igreja da Pampulha se tornou oficialmente Santuário Arquidiocesano São Francisco de Assis³, valorizando ainda mais o conjunto arquitetônico reconhecido como Patrimônio Mundial.

Procedimentos metodológicos e resultados

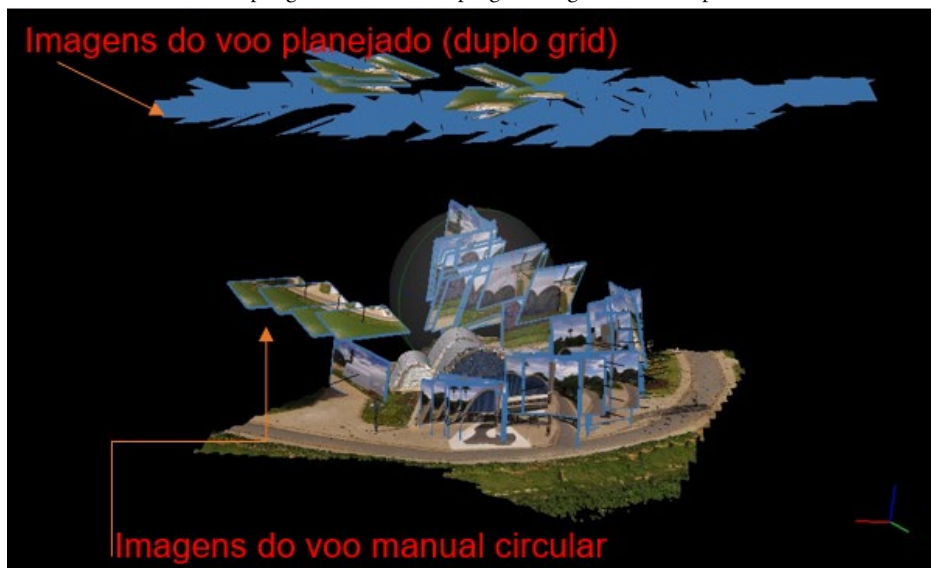
Para o levantamento aerofotográfico foram realizados dois voos⁴ sobre a “igrejinha da Pampulha”. O primeiro ocorreu no dia 28/10/2021, utilizando um RPA Phantom 3 Professional da marca DJI e foi planejado no aplicativo PIX4D em modo “duplo grid” a uma altura de 45 metros do solo. O segundo voo foi realizado em modo manual com alturas variadas envolvendo deslocamentos ortogonais e em torno da igreja.

3 Uma igreja ou outro local sagrado se torna santuário quando os fiéis, em grande número, por algum motivo especial de piedade, fazem peregrinações, com aprovação da autoridade da igreja local (bispo ou arcebispo). (EMILIANA; WERNECK; RICCI, 2021).

4 Todos os voos foram realizados, após a autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e da Comissão de filmagens e gravações da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte), realizados com equipamento homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e assegurado pelo seguro de Responsabilidade Civil do Explorador ou Transportador Aéreo (RETA) conforme legislação brasileira vigente

As imagens capturadas nos dois voos foram processadas no programa Agisoft metashape, desenvolvido pelo fabricante russo Agisoft LLC, para processamento de imagens e construção de modelos fotogramétricos (Figura 4).

Figura 4 - processo da junção das imagens obtidas nos dois voos (duplo grid e manual) no programa Agisoft Metashape.



Fonte: autores

Como foram realizados dois voos distintos, as imagens tiveram que ser referenciadas no programa de forma individual para evitar sobreposições e conflitos, resultando em uma nuvem de pontos rica em detalhes, mas com uma lacuna no painel de azulejos Portinari (Figura 5).

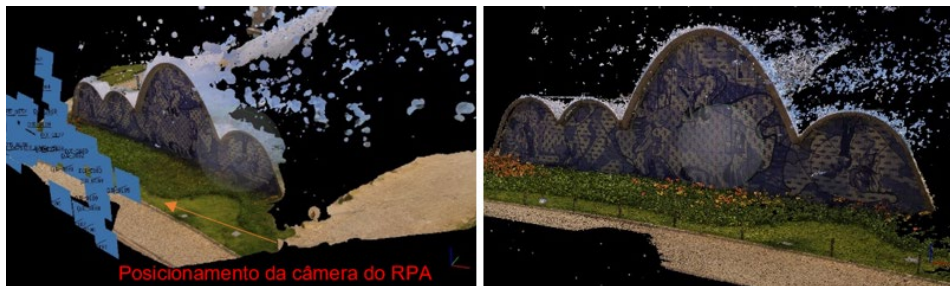
Figura 5 - Resultado da nuvem de pontos com a junção das imagens capturadas nos voos.



Fonte: autores.

Para preencher a lacuna na fachada posterior, procedeu-se ao processamento em separado das imagens dessa fachada, capturadas no segundo voo (modo manual), gerando a nuvem de pontos mostrada na Figura 6.

Figura 6 - Nuvem de pontos resultante do processamento em separado das imagens da fachada

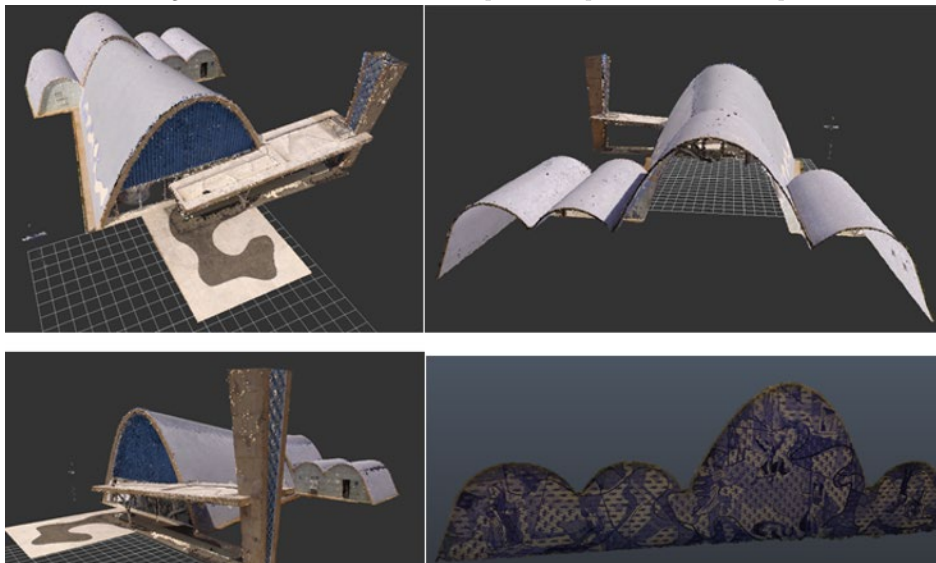


posterior – segundo voo (modo manual).

Fonte: autores.

Essas duas nuvens de pontos, resultantes da junção das imagens e do processamento da fachada posterior em separado, foram exportadas para o programa Recap, que foi utilizado para retirada de pontos excedentes (Figura 7).

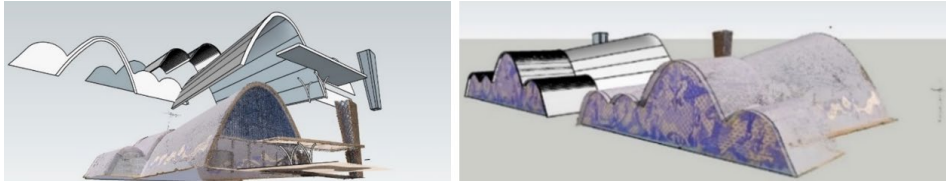
Figura 2 – Resultado das nuvens de pontos limpas no software Recap.



Fonte: autores.

Após o processamento no programa Recap, a nuvem de pontos foi exportada para o programa Sketchup Pro 2022, que possui um *plugin* para leitura de nuvem de pontos, o qual permite desenhar sobre a nuvem. Cada parte da igreja foi modelada separadamente e transformada em elementos componentes vetoriais. (Figura 8).

Figura 8 – Modelagem tridimensional no programa Sketchup Pro 2021.



Fonte: autores.

Considerações finais

Este texto apresentou parte dos resultados da dissertação de mestrado “O uso de aeronaves remotamente pilotadas em protocolos de monitoramento, diagnóstico e documentação científica para conservação do patrimônio cultural arquitetônico” (HARDY, 2022).

A documentação científica por imagens é utilizada na área de conservação e restauração de bens culturais para estudos, monitoramento e arquivo, utilizando diversos recursos e técnicas como fotografia técnica, escaneamento tridimensional a *laser*, fotogrametria, entre outros. Segundo Tolentino (2014) há uma ausência de um sistema de cadastro e gestão do patrimônio arquitetônico que utilize as tecnologias digitais de forma adequada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nossa proposta de doutoramento aprovada pelo Programa de Pós-graduação Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, propõe estudar os métodos de levantamento documental com ênfase em nuvem de pontos obtidas por técnicas de escaneamento a *laser* e também por aerolevanteamento realizado com RPAs.

A partir de uma revisão das normas internacionais e nacionais relacionadas a documentação do patrimônio arquitetônico e da investigação do estado da arte das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) aplicadas à preservação do patrimônio cultural, a pesquisa tem como objetivo principal estudar as técnicas de obtenção de nuvem de pontos, compará-las e mescla-las com vistas a uma proposta normativa nos procedimentos de documentação e elaboração de “mapas de danos” buscando sistematizar a forma de inserção

e gestão destes metadados em programas de Modelagem da Informação da Construção Histórica (*HBIM - Historic Building Information Modelling*), bem como investigar o estado da arte no uso de tecnologias de prototipagem e impressão tridimensional com essa finalidade.

A pesquisa envolve ainda o levantamento documental com a utilização de escaneamento a *laser* e RPA de dois ícones da Arquitetura Brasileira: a igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto/MG e a igreja de São Francisco de Assis em Belo Horizonte/MG (igrejinha da Pampulha) com objetivo de comparar as dificuldades e soluções adotadas para a documentação das distintas tipologias arquitetônicas: o Barroco Mineiro e o Modernismo Brasileiro. Com isso, a pesquisa busca contribuir para tornar o processo de documentação dos bens imóveis mais ágil e sistematizado e também contribuir para as discussões normativas de documentação do patrimônio imóvel e a gestão e a conservação dos bens arquitetônicos de interesse cultural no contexto brasileiro.

Referências

ARAUJO, Ana Paula R. Panorama da utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TICS para documentação do Patrimônio material imóvel no Brasil. In: **V Seminário Ibero - Americano Arquitetura e Documentação**, 24 a 26 out. 2017.

BRAGA, Sylvia. Apresentação. In: OLIVEIRA, Mário Mendonça. **A documentação como ferramenta de preservação da memória**. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2008.

BRANDALIZE, Amauri Alfredo. Perfilamento a laser: Comparação com Métodos Fotogramétricos. In: **XX congresso Brasileiro de Cartografia**. Esteio, 2001.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAWSEY, John C. Patrimônio, informação e mediações culturais na contemporaneidade: perspectivas de Walter Benjamin e antropologia da performance. In:

SILVA, Rubens Alves da.; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da.; COAN, Samanta; MOREIRA, Frederico Luiz. (Org.). **Patrimônio, informação e mediações culturais**. Belo Horizonte, SC: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020, p. 15-46.

EMILIANA, Cecília; WERNECK, Gustavo; RICCI, Larissa. Igrejinha da Pampulha, em BH, é elevada a santuário. **Estado de Minas**. 4 ago. 2021. Gerais. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/10/04/interna_gerais,1311258/igrejinha-da-pampulha-em-bh-e-elevada-a-santuario.shtml. Acesso em 13 dez. 2022.

FMCBH - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. **Dossiê Conjunto Moderno da Pampulha**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2014.

GONÇALVES, Willi de Barros; MICHELIN, Guilherme. A Comissão Técnica de Patrimônio Cultural - CTPC. **Revista ABENDI**. São Paulo, p. 8-9, ago. 2020.

GROETELAARS, Natalie Johanna. **Criação de Modelos BIM a partir de “nuvens de pontos”**: estudo de métodos e técnicas para documentação arquitetônica. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2015.

HARDY, Tiago de Castro. **O uso de aeronaves remotamente pilotadas em protocolos de monitoramento, diagnóstico e documentação científica para conservação do patrimônio cultural arquitetônico**. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2022.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Bens Tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: **Dicionário Iphan de**

patrimônio cultural. Brasília: IPHAN / DAF / COPEDOC, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/64/inventario>. Acesso em: 19 abr. 2021.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista.** Rio de Janeiro, v. 7, p. 311 – 328, março 2011.

OLIVEIRA, Mário Mendonça. **A documentação como ferramenta de preservação da memória.** Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2008.

PANISSET, Ana Martins. **O inventário como ferramenta de diagnóstico e conservação preventiva: estudo de caso da coleção “Santos de Casa” de Marcia de Moura Castro.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes. Belo Horizonte: 2011.

PEREIRA FILHO, H. F. **Documentação.** In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc: [s.n.], 2015.

ROCHA, Gustavo et al. A scan-to-bim methodology applied to heritage buildings. **Heritage**, v. 3, n. 1, p. 47-67, 2020.

SANTOS, Ivaneide et al. Metodologias para representar e promover o patrimônio geológico utilizando vant’s, tecnologia multimídia e realidade aumentada. In: **I Seminário Internacional UAV**, 2019.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

CAPÍTULO 1

INTERSUBJETIVIDADE NO PATRIMÔNIO, UM DESAFIO METODOLÓGICO: A ELABORAÇÃO DO DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DE BENTO RODRIGUES (MG)

João Pedro Otoni

Arquiteto e urbanista (2017) pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestre (2020) e doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, PPG-ACPS, Escola de Arquitetura da UFMG. Coordenador do Escritório de Assistência Técnica do Instituto dos Estudos do Desenvolvimento Sustentável. Pesquisa e atua em projetos voltados para o patrimônio cultural e sustentabilidade.

e-mail: otoni.joaop@gmail.com

Cláudia Nunes de Lima e Andrade

Analista de Gestão, Proteção e Restauro no IEPHA/MG, contratada para atuar junto ao Comitê Pró-Brumadinho. Graduada em arquitetura e urbanismo, mestre e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, PPG-ACPS da Escola de Arquitetura da UFMG, possui MBA em Gerenciamento de Projetos pela FGV (IBS). Tem experiência em planos diretores e patrimônio cultural.

e-mail: claudarq@gmail.com

Samantha de Oliveira Nery

Psicóloga, mestre MSc em Psicologia Social pela London School of Economics and Political Sciences, LSE, Diploma de Estudios Avanzados pela Universidad de Barcelona e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável PPG-ACPS, Escola de Arquitetura, UFMG. Têm trabalhado em projetos de desenvolvimento, planos diretores, hortas urbanas, economia solidária, conservação de patrimônio e gestão de risco.

e-mail: samnery@gmail.com

Leonardo Barci Castriota

Arquiteto urbanista (1986) e doutor em Filosofia (2000) pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; pós-doutorado no Getty Conservation Institute (GCI), Los Angeles (2001) e na Universidad Politécnica de Madrid (2009/2010). É professor titular da UFMG, subcoordenador do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, PPG-ACPS, presidente do ICOMOS Brasil e vice-presidente do ICOMOS Internacional. Tem atuação em diversos cargos e conselhos na área do patrimônio.

e-mail: leocastriota.yahoo.com.br

CAPÍTULO 2

O DESAFIO DA PROTEÇÃO DE UMA REFERÊNCIA DA HISTÓRIA DO TEATRO BRASILEIRO: PASCHOAL CARLOS MAGNO E A ALDEIA DE ARCOZELO

Leonardo Barci Castriota

Arquiteto urbanista (1986) e doutor em Filosofia (2000) pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; pós-doutorado no Getty Conservation Institute (GCI), Los Angeles (2001) e na Universidad Politécnica de Madrid (2009/2010). É professor titular da UFMG, subcoordenador do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído

e Patrimônio Sustentável, PPG-ACPS, presidente do ICOMOS Brasil e vice-presidente do ICOMOS Internacional. Tem atuação em diversos cargos e conselhos na área do patrimônio.

e-mail: leocastriota.yahoo.com.br

João Pedro Otoni

Arquiteto e urbanista (2017) pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestre (2020) e doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, PPG-ACPS, Escola de Arquitetura da UFMG. Coordenador do Escritório de Assistência Técnica do Instituto dos Estudos do Desenvolvimento Sustentável. Pesquisa e atua em projetos voltados para o patrimônio cultural e sustentabilidade.

e-mail: otoni.joaop@gmail.com

Tamara Nunes Pereira

Doutoranda em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestra Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos pelo MP-CECRE da Universidade Federal da Bahia (2018). Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2015). Técnica em Edificações pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - Campus Juiz de Fora (2010). Atuou como Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sudeste Mineiro (UNICSUM), entre 2019 e 2022, e atualmente elabora projetos de intervenção em bens de interesse cultural em parceria com outros arquitetos.

CAPÍTULO 3

OS VALORES DA PAISAGEM CULTURAL DO CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA E SEU RECONHECIMENTO PELA COMUNIDADE

Maria de Lourdes Martins Alves de Sousa

Arquiteta e urbanista pela FAMIH, especialista em Arquitetura de Interiores pela PUC-Minas, especialista em Arte Plásticas e Contemporaneidade pela Escola Guignard-UEMG e mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela EA-UFMG. Dedicar-se ao ensino na área de design de ambientes e arquitetura e atua em projetos de arquitetura de interiores comerciais, institucionais e residenciais.

e-mail: lu.sousa@yahoo.com.br

Flávio de Lemos Carsalade

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestrado em Arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais e Doutorado pela Universidade Federal da Bahia. É Professor Titular da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é Diretor da Editora UFMG, Presidente do ICOMOS Brasil e Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq.

e-mail: flavio.carsalade@gmail.com

Rogério Palhares Zschaber de Araújo

Arquiteto e urbanista pela EA-UFMG, mestre em planejamento urbano pela University of Rhode Island, USA e doutor em geografia pelo IGC-UFMG. Professor associado do Departamento de Urbanismo e do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG dedica-se ao ensino, pesquisa e extensão nas áreas de planejamento urbano, regulação urbana e ambiental, gestão de recursos hídricos e do patrimônio cultural.

e-mail: rogeriopalharesaraujo@gmail.com

CAPÍTULO 4

A (RE)INVENÇÃO DA PAMPULHA: A TRADIÇÃO INVENTADA DO CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA A PARTIR DE SUA CONSTRUÇÃO, PATRIMONIALIZAÇÃO E INSCRIÇÃO COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE

Yacy-Ara Froner

Doutora em História Econômica e professora do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável-UFGM, desenvolve pesquisa no campo do “Patrimônio Cultural e Sustentabilidade” e “Conservação Preventiva e Gestão de Riscos de Bens Culturais”.

Diogo Braga

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável-UFGM, com a dissertação “O culto pós-moderno ao patrimônio: a dialética das relações modernas de valoração do patrimônio a partir da inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha como patrimônio mundial da humanidade”, defendida em 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/38144>

Isabela Stiegert

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável-UFGM, com a tese “Acessibilidade universal e TICs em (pré) existências culturais: acesso e acolhimento de Pessoas com Deficiência e com Mobilidade Reduzida no Conjunto Moderno da Pampulha”, defendida em 2022.

CAPÍTULO 5

PROPOSTA DE FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO DE ELEMENTOS DE SUSTENTABILIDADE CULTURAL EM PATRIMÔNIOS: A PERSPECTIVA DO TURISTA

Rafael Oliveira

Doutor em Gestão e Organização do Conhecimento (UFMG) e Superintendente de Políticas de Turismo da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT-MG).

e-mail: rafael.oliveira@secult.mg.gov.br

Renata Baracho

Doutora em Ciências da informação (UFMG) e Professora Associada da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

e-mail: renatabaracho@ufmg.br

Lorenzo Cantoni

Doutor em Educação e Linguística (Universidade Católica de Milão) e Reitor da Universidade da Suíça Italiana (USI - Suíça).

e-mail: lorenzo.cantoni@usi.ch

Hebert Canela

Doutor em Geografia (UFU) e Professor Adjunto da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

e-mail: hebert.salgado@ufvjm.edu.br

Silvia de Ascaniis

Doutora em Ciências da Comunicação (USI - Suíça) e Coordenadora da Cátedra UNESCO em TICs para o desenvolvimento e promoção do turismo sustentável em Patrimônios Culturais da Humanidade (USI - Suíça).

e-mail: silvia.de.ascaniis@usi.ch

CAPÍTULO 6

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CONCEBIDO EM OURO PRETO E A INFLEXÃO DE VALORES SOB A ÓTICA DO ESVAZIAMENTO RESIDENCIAL

Edson Fialho de Rezende

Doutorando e Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais. Historiador e conservador de bens culturais móveis. Coordenador do Laboratório de Conservação e Restauro do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto.

e-mail: edsonfialho@ufop.edu.br

Leonardo Barci Castriota

Arquiteto urbanista (1986) e doutor em Filosofia (2000) pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; pós-doutorado no Getty Conservation Institute (GCI), Los Angeles (2001) e na Universidad Politécnica de Madrid (2009/2010). É professor titular da UFMG, subcoordenador do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, PPG-ACPS, presidente do ICOMOS Brasil e vice-presidente do ICOMOS Internacional. Tem atuação em diversos cargos e conselhos na área do patrimônio.

e-mail: leocastriota.yahoo.com.br

Leandro Benedini Brusadin

Pós-doutorado pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Pós-doutorado em Sociologia pela Université de Paris - Faculté des Sciences Humaines et Sociales – Sorbonne. Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista de Franca. Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi e Bacharel em Turismo pela PUC-Campinas. Professor Associado do Departamento de Turismo e Professor do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio ambos da Universidade Federal de Ouro Preto. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais.

e-mail: leandro@ufop.edu.br.

CAPÍTULO 7

MUSEUS, PATRIMÔNIO E HOSPITALIDADE: CONCEITOS INTERDISCIPLINARES

Larissa Gonçalves Venâncio

Mestranda em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharela em Museologia pela Universidade Federal de Ouro Preto.

e-mail: larissag.venancio@gmail.com.

Leandro Benedini Brusadin

Pós-doutorado pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Pós-doutorado em Sociologia pela Université de Paris - Faculté des Sciences Humaines et Sociales – Sorbonne. Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista de Franca. Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi e Bacharel em Turismo pela PUC-Campinas. Professor Associado do Departamento de Turismo e Professor do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio ambos da Universidade Federal de Ouro Preto. Professor Permanente do Programa de

Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais.

e-mail: leandro@ufop.edu.br.

Lia Sipaúba P. Brusadin

Pós-doutoranda em História da Arte no College of the Arts da University of Florida (EUA). Doutora e Mestre em Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharela e Licenciada em História pela Universidade Estadual Paulista de Franca. Atualmente é Professora Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental da Universidade Federal de Ouro Preto, Professora da Pós-Graduação em História da Arte da PUC-Minas e Professora da Pós-Graduação do Núcleo de Artes, Conservação e Restauração da Universidade Santa Úrsula.

e-mail: liabusadin@gmail.com.

CAPÍTULO 8

INTERCESSÕES NA SERRA DE OURO PRETO: MEMÓRIAS E IDENTIDADES

Fernanda Alves de Brito Bueno

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. Área de concentração: *Teoria, Produção e Experiência do Espaço*. Mestre em Ciências da Engenharia Civil, pelo PROPEC/DECIV/Escola de Minas da UFOP. Docente efetiva do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. Pesquisadora do Laboratório de Estudos em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários (LAPACOM - UFOP).

e-mail: fernanda.bueno@ufop.edu.br

Márcia Maria Arcuri Suñer

Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo, com pós-doutoramento pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Docente efetiva do Departamento de Museologia e do corpo de professores permanentes do PPG em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto. Professora Colaboradora do PPG em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Laboratório de Estudos em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários (LAPACOM - UFOP).

e-mail: marcia.suner@ufop.edu.br

Yara Mattos

Doutora em Ciências Pedagógicas/ICCP/La Habana/Cuba. Museóloga/Curso de Museus/MHN/UFRJ. Docente aposentada/UFOP/EDTM/DEMUL. Vice-presidente da ABREMC – Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários. Coordenadora do Sistema de Museus de Ouro Preto, MG. Coordenadora acadêmica do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto/LAPACOM.

e-mail: yaramattos@ufop.edu.br

CAPÍTULO 9

PODERES E PERIGOS DO DISCURSO DO TURISMO COMO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO ALIADO À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL (2015-2021)

Raphaela Maciel Corrêa

Doutora em História, mestra em Comunicação e bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, onde é professora dos cursos de Turismo e Humanidades.

e-mail: raphaela.correa@ufff.br

CAPÍTULO 10

OBTENÇÃO E PROCESSAMENTO DE NUVENS DE PONTOS POR AEROFOTOMETRIA: DOCUMENTAÇÃO ARQUITETÔNICA DA IGREJINHA DA PAMPULHA.

Tiago de Castro Hardy

Arquiteto e urbanista (2005) pelo Centro Universitário Izabela Hendrix, mestre (2022) e doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, PPG-ACPS, Escola de Arquitetura da UFMG.

E-mail: tiagohardy@yahoo.com.br.

Willi de Barros Gonçalves

Doutor em Artes (Conservação Preventiva) UFMG (2013). Mestre em Eng. Mecânica UFMG (2000). Arquiteto e Urbanista UFMG (1994). Atua na área de Arquitetura com ênfase nos seguintes temas: ensino, pesquisa e consultoria em conservação preventiva de bens culturais, gerenciamento ambiental de coleções, gerenciamento de riscos ao Patrimônio Cultural, conforto ambiental, planejamento e projeto de arquitetura com foco em arquitetura de museus, bibliotecas e arquivos, eficiência energética, arquitetura bioclimática e materiais de construção. Vice-presidente da ANTECIPA – Associação Nacional de Pesquisa em Tecnologia e Ciência do Patrimônio.

Email: willidebarros@ufmg.br